

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Kátia de Carvalho Lopes

**EDUCAÇÃO PÚBLICA COMO NICHOS DE INVESTIMENTO
SOCIAL PRIVADO**

Florianópolis
2010

Kátia de Carvalho Lopes

EDUCAÇÃO PÚBLICA COMO NICHOS DE INVESTIMENTO
SOCIAL PRIVADO

Dissertação submetida ao
Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade
Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre
em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a
Eneida Oto Shiroma

Florianópolis
2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO PÚBLICA COMO NICHOS DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO”

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Mestrado em Educação do Centro de Ciências da Educação em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 30/09/2010

Dra. Encida Oto Shiroma (CED/UFSC-Orientadora)

Dr. André Silva Martins (UFJF/MG-Examinador)

Dr. Ary Cesar Minella (CFH/UFSC-Examinador)

Dra. Roselane de Fátima Campos (CED/UFSC-Suplente)

Profa. Célia Regina Vendramini
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação/CED/UFSC
Portaria nº 988/GR/2010

KÁTIA DE CARVALHO LOPES

FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/SETEMBRO/2010

Agradecimentos

O resultado de uma tese não é fruto da ação individual, ao contrário, é o resultado de inúmeras relações que se estabelecem entre o autor e o universo ao seu redor. Busco, nesta dedicatória, dar destaque a alguns destes sujeitos neste momento singular.

Aos meus pais, meus amores e meu esteio, a quem devo a materialidade de minha existência e o enorme apreço pelos estudos;

À minha amada companheira Valéria, pelo respeito ao trabalho e a paciência pelas infindas horas distantes e marcadas pelo silêncio;

À orientadora e amiga, Eneida Shiroma, pelo carinho que distribui a todos os seus orientandos e pela humildade que marca o seu gesto de ensinar;

Aos queridos professores Ary Jantsch (*in memoriam*), Beatriz Hanff, Lucídio Bianchetti, Paulo Meksenas (*in memoriam*), Olinda Evangelista, Maria Helena Michels e Ary Minella, pela partilha e prestimosos ensinamentos;

Às amigas Joyce Machado e Paola Wentz, cuja distância de modo algum arrefeceu o sentimento que nos faz amigas por tantos anos;

Às amigas do “gepeneida”, Léa Medeiros, Adriana Turmina e Mara Schneider por acreditarem no meu trabalho, às vezes muito mais do que eu, e pelos inúmeros momentos singulares de riso e descontração, tensão e reflexão, amizade, carinho e respeito mútuos;

Aos amigos, Leatrice e Bruce Johnson, cujo auxílio para compreensão de detalhes da língua inglesa foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho;

Aos colegas de aula, pelas discussões, estudos e desabafos, especialmente Fabíola Borowski e Andréa Berlatto;

Aos servidores desta Universidade, em especial, à Soninha, Patrícia e Bethânia, sempre atenciosas, prestativas e amigas;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa de investigação;

Muito obrigada!

“É preciso atrair violentamente a atenção para o presente do modo como ele é, se se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade”

Antônio Gramsci

RESUMO

No contexto da globalização do capital e mutações do neoliberalismo, Unesco e Banco Mundial se destacam na proposição de agendas políticas que enfatizam o engajamento de organizações privadas em redes. Apresentadas como facilitadoras da ação coletiva, da participação política, e de parcerias entre o público e o privado, as ações de redes criam fontes alternativas para aumentar o “investimento social” em educação. O objetivo geral do presente trabalho foi estudar os interesses subjacentes à formação de redes com vistas a discutir a sua atuação na produção de políticas públicas para educação. Realizamos pesquisa bibliográfica e análise documental para identificar nos documentos da Unesco e da rede Gife as diretrizes de constituição de redes e respectivas formas de atuação. Para descrever e analisar o modo como a rede Gife se constitui e opera, utilizamos a metodologia da Análise de Redes Sociais. Adotamos como referencial teórico, os estudos de Gramsci. A atualidade do pensamento de Gramsci está relacionada às contribuições de seu trabalho para análises articulada dos processos de produção e reprodução no capitalismo. Na tentativa de construir uma nova pedagogia da hegemonia, empresas e organizações privadas sem fins lucrativos se reúnem ao redor de questões sociais com fins claramente econômicos, políticos e

ideológicos. Valendo-se do marketing social e das isenções fiscais, buscam reforçar um tipo de sociabilidade necessário ao capital. Estudar a atuação do Gife possibilitou-nos compreender como organização de redes aparentemente respondem a uma demanda social insuficientemente atendida pelo Estado mas, na essência, constitui uma estratégia da burguesia para influir em políticas públicas e consolidar sua hegemonia.

Palavras-chaves: Gife; investimento social privado; redes de políticas públicas; política educacional

ABSTRACT

In the context of the globalization of capital and mutations in neo-liberalism, Unesco and the World Bank stand out due to their proposed political agendas. They both emphasize the importance of the involvement of private organizations in networks. Presented as facilitators of collective action, political participation and partnerships between the public and private sectors, the actions of networks create alternative sources that increase “social investment” in education. The objective of the present research was to study the underlying interests in the creation of networks, aiming at the discussion of their role in the production of public policies for education. Through bibliographical research and documentary analysis we identified in the records of Unesco and Gife Network the formative directives of networks and their respective methods of action. To describe and to analyze the way Gife Network is constituted and how it operates, we employed the Analysis of Social Networks. Our theoretical reference has been the work of Gramsci. The main contributions of Gramsci, that we have adopted in this study, are the concept of hegemony, the analysis which relates civil society with the State as well as the processes of production and reproduction in capitalism. In the attempt to build a new pedagogy of hegemony, private companies and charity organizations gather around social issues with clearly economic,

political and ideological aims. Resorting to social marketing and fiscal exemption they seek to reinforce a certain type of sociability that is necessary to the capital. The study of Gife's performance, allowed us to understand how the organization of networks apparently answer to a social demand that is not sufficiently attended by the State, but which, in essence, constitutes a strategy of the bourgeoisie to influence public policies and consolidate its hegemony.

Keywords: Gife; private social investment; policy networks; education policy

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Redes convergentes.....	25
Figura 2 – A lógica do PMSE.....	125
Figura 3 – Articulação sujeitos-organizações nos Conselhos Gife (1999-Atual).....	144
Figura 4 – Rede Gife: relação social entre as organizações associadas e não associadas.....	150
Figura 5 – Membros do Gife e instituições investidoras em educação – subgrupos de rede.....	152
Figura 6 – Rede Gife e redEAmérica.....	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Associados Gife em 2010.....	41
Quadro 2 – Acordos entre Unesco e Brasil para a Educação.....	64
Quadro 3 – Problemas e recomendações para a educação na perspectiva da Unesco.....	115
Quadro 4 – Compromissos com a educação.....	116
Quadro 5 – Organizações pioneiras na rede Gife.....	133
Quadro 6 – Investidores em projetos/programas educacionais..	135
Quadro 7 – Presidentes do Conselho de Governança do Gife (1999-Atual).....	140
Quadro 8 – Organizações presentes nos Conselhos Gife (1999-Atual).....	140
Quadro 9 – Organizações da rede Gife com representação nos Conselhos do CDES.....	149
Quadro 10 – Congressos nacionais sobre ISP.....	173
Quadro 11 – Eventos internacionais.....	175
Quadro 12 – Cursos Gife.....	178
Quadro 13 – Publicações Gife.....	181
Quadro 14 – “Desafios e oportunidades” para ISP em educação.....	199
Quadro 15 – As experiências exitosas recomendadas pelo Gife.....	203

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento no número de associados Gife.....134

Gráfico 2 – Investidores Gife por área de atuação.....138

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADVB	Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil
Andi	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
ARS	Análise de Redes Sociais
BID	Banco Interamericano para o Desenvolvimento
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Cedac	Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária
Cenpec	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
Cepal	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Consocial	Conselho Superior de Responsabilidade Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EFA	Education for All
ESPM	Escola Superior de Propaganda e Marketing
EUA	Estados Unidos da América
FCC	Fundação Carlos Chagas
Febraban	Federação Brasileira de Bancos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAE	Grupo de Afinidade em Educação
Gife	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GTI	Grupo de Trabalhos Interministerial
HIV	Human Immunodeficiency Virus
IAD	Inter American Dialogue
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Idis	Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
IETS	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
Ipea	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
Ismart	Instituto Social Maria Telles

ISP	Investimento Social Privado
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MAM	Museu de Arte Moderna
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MBC	Movimento Brasil Competitivo
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos
OIT	Organização Internacional para o Trabalho
ONG	Organizações não-governamentais
Onu	Organização das Nações Unidas
Oscip	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMSE	Plano de Mobilização Social pela Educação
Preal	Programa de Promoción de la Reforma Educativa de América Latina y el Caribe
Prelac	Proyecto Regional de Educación para América Latina y el Caribe
Promedlac	Projeto Principal de Educação para América Latina e Caribe
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSF	Programa de Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RBS	Rede Brasil Sul de Comunicação
TpE	Todos pela Educação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UIP	União Inter Parlamentar

Unesco	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
Unicef	United National Children's Fund
Usaid	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo
WCF	Windows Communication Foundation
WWF	World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
1.1	Origem do tema.....	20
1.2	Delimitação do problema.....	32
1.3	Objetivos.....	44
1.4	Considerações teórico-metodológicas.....	45
1.5	Estrutura do texto.....	51
2	REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO.....	55
2.1	Contextualizando a emergência das RPP.....	71
2.1.1	Pós-Consenso de Washington e a Terceira Via.....	74
2.1.2	Reforma gerencial do Estado e “Terceiro Setor”.....	80
2.1.3	“Terceiro setor” e gestão social em redes.....	88
2.2	As redes nas propostas para a educação na América Latina.....	97
2.2.1	Prelac: redes sociais.....	100
2.2.2	Educação como bem público e estratégico: questão de responsabilidade social.....	109
2.2.3	A organização de redes na educação.....	118
2.3	MEC e o plano de mobilização social pela educação.....	124
3	A REDE GIFE.....	132
3.1	Associados e conselhos.....	139
3.2	Formas de atuação.....	155
3.2.1	Aliança rede Gife e redEAmérica.....	156
3.2.2	Programa “Marco legal e políticas públicas”.....	162
3.2.3	Eventos nacionais e internacionais.....	171
3.2.4	Cursos.....	176
3.2.5	Grupos de afinidade e publicações.....	180
3.3	Estatuto e código de ética.....	184
4	INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO.....	187
4.1	ISP: prática econômica gerencial, competitiva e lucrativa.....	190
4.2	O papel do investidor social privado.....	205
4.3	Gestão em redes e o novo espírito do capitalismo.....	210

4.4 Uma nova forma de fazer política social.....	218
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	222
REFERÊNCIAS.....	233

1 INTRODUÇÃO

1.1 Origem do tema

Este estudo teve origem em três pesquisas, realizadas em 2007 e 2008, desenvolvidas no programa de Iniciação Científica “Profissionalização e Gerencialismo na Educação – Profíge” (SHIROMA, 2007); “Do global ao local: redes sociais, reforma educativa e gestão do trabalho docente – Redes” (SHIROMA, 2008), ambas sob a orientação da professora Dra. Eneida Oto Shiroma e a de estágio curricular obrigatório do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, projeto “Fundação Casan: histórico e interlocuções público-privado – Fucas” (LOPES; GOULART, 2008), sob a orientação do professor Dr. Lucídio Bianchetti. As três pesquisas contemplaram discussões sobre as relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil, em especial, organizações privadas sem fins lucrativos, para a produção e implementação de políticas educacionais.

No projeto Profíge (SHIROMA, 2007), analisamos as 16 Conferências Ibero-Americanas para Ministros da Educação, promovidas pela Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI, no período de 1989 a 2006. Percebendo a recorrência da expressão “educação de qualidade”, procuramos identificar novos significados atribuídos ao conceito qualidade. Trabalhamos com a

hipótese de que a substituição progressiva das expressões “qualidade na educação” por “educação de qualidade” teria contribuído para legitimar reformas na e para formação de professores, diretores de escola (gestores e líderes comunitários) e currículos. A pesquisa mostrou que a ênfase posta na qualidade, cujo objetivo anunciado era o alívio da pobreza, veladamente pretendia a **formação de sujeitos para a coesão social**, como garantia de governabilidade¹.

No projeto Fucas (LOPES; GOULART, 2008) trabalhamos com a hipótese de que as reformas legislativas para a Seguridade Social² influiriam na organização de Fundações

¹ A Organização dos Estados Americanos (OEA), em sessão especial sobre “Debilidades institucionais e governabilidade”, realizada em abril de 2001, definiu governabilidade como “estabilidade política e institucional e eficácia decisória e administrativa; [...] continuidade das regras e das instituições e ao ritmo, à coerência e à intensidade das decisões; [...] a linha mais curta entre o INPUT da sociedade e o OUTPUT do governo; capacidade de adaptação permanente entre a regra e o ato, entre a regulação e os seus resultados, entre a demanda e a oferta de políticas e de serviços públicos; a governabilidade depende da governança, isto é, do nível de amadurecimento da sociedade organizada e de sua capacidade de assumir responsabilidades partilhadas na implementação da decisão e na arte de bem governar” (OEA, 2001, p.5. Grifos no original). Na perspectiva da Terceira Via, governabilidade “significa a articulação entre as esferas público e privada (base e fundamentação do conceito de público não-estatal) em âmbito nacional e internacional numa única direção. Trata-se de um duplo reconhecimento de mesmo significado: primeiramente, o capitalismo não sobrevive sem o Estado; em segundo lugar, o Estado deve estar a serviço do capitalismo (LIMA; MARTINS, 2005, p. 51).

² O texto constitucional de 1988 – artigos n.º 194 e 195 – define seguridade social como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a **assegurar os direitos** relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988. Sem grifos no original). A Seguridade Social deveria ser organizada com base nos preceitos da universalidade de cobertura e atendimento, uniformidade e equivalência de benefícios e serviços a toda população, seletividade e distributividade na

assistenciais resultando em reformulações de programas e projetos de intervenção social. Essa hipótese foi confirmada pela análise dos documentos da instituição que permitiu evidenciar as ações educacionais da Fucas por meio do desenvolvimento de atividades extracurriculares condicionadas ao bom desempenho dos alunos da escola estadual atendida nas atividades escolares regulares e capacitação de professores daquela escola com pressupostos teórico-metodológicos fundamentos na Pedagogia Social³ para formação do educador social, **parceria** justificada no

prestação de benefícios e serviços, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio, diversidade da base de financiamento e caráter democrático e descentralização da gestão administrativa com participação da comunidade – trabalhadores, empresários e aposentados especialmente. Posteriormente, a Lei n.º 8.742 de 07/12/1993 (BRASIL, 1993), revista na Lei n.º 9.720 de 30/11/1998 (BRASIL, 1998c), denominada Lei Orgânica da Assistência Social, confirma o preceito constitucional sobre assistência social dirigida “a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à Seguridade Social” (BRASIL, 1988, Art. n.º 203). Se de um lado conforma-se um padrão de atendimento e gestão pública da Seguridade Social, de outro também se desenvolve legislação atinente ao “terceiro setor”, como a Lei n.º 9.608 de 18/02/1998 (BRASIL, 1998a) que dispõe sobre o Serviço Voluntário, a Lei n.º 9.637 de 15/05/1998 (BRASIL, 1998b) que, articulada pelo ex-ministro Bresser-Pereira, favorece a transferência de atividades estatais para o setor privado, qualificando como Organização Social pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades dirijam-se ao ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e preservação do meio ambiente, cultura e saúde e a Lei n.º 9.790 de 23/03/1999 que qualifica pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), instituindo e disciplinando o termo de parceria, objetivando vínculo cooperativo entre OSCIP e Poder Público.

³ De acordo com Lopes e Goulart (2008), a pedagogia social reúne, destacadamente, pesquisadores das áreas de administração, direito, serviço social e psicologia, em detrimento da área educacional, resultando numa “salada epistemológica” que faz distanciar a especificidade da natureza da educação, provocando uma disjuntiva na perspectiva epistemológica da Pedagogia (SAVIANI, 2000) “como se a ciência da educação não bastasse como ciência

apelo à “melhoria da qualidade da educação” (LOPES; GOULART, 2008).

No projeto Redes (SHIROMA, 2008) que investiga a ação de redes sociais e a produção de políticas para educação, partiu-se da premissa de que uma “agenda globalmente estruturada para educação” (DALE, 2004) orienta a construção de políticas nacionais, organizadas por meio de planos, programas e projetos. No processo de implantação, as políticas passam por um conjunto de instâncias que concordam, discordam, adaptam, aderem, acrescentam, suprimem, de acordo com o embate de forças, interesses em disputa; pesquisamos, então, o papel de redes sociais como intermediárias entre o global e o local na implementação dessas políticas (SHIROMA, 2008). O mapeamento da rede Preal – *Programa de Promoción de la Reforma Educativa de América Latina y el Caribe*, e posterior elaboração de seu gráfico, deu visibilidade às articulações estabelecidas entre Estado, organizações privadas sem fins lucrativos, Organizações Multilaterais, instituições de ensino superior, públicas e privadas, centros de pesquisa, instituições financeiras nacionais e internacionais e empresariado brasileiro⁴.

social e o social não bastasse como espaço pedagógico” (LOPES; GOULART, 2008, p. 54).

⁴ Da rede Preal participam personalidades que estiveram no aparelho de Estado como Fernando Henrique Cardoso, Paulo Renato Souza, Guiomar Namó de Melo; organizações privadas sem fins lucrativos, Institutos Sangari, Braudel, Fundações Ford, Itaú Social, Victor Civita; Organizações Multilaterais, Onu (Organizações das Nações Unidas), OIT (Organização Internacional para o

Os gráficos de redes construídos naquele trabalho (vide figura 1) permitiram dar visibilidade às relações que evidenciaram não ser o Estado o único protagonista na formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais.

Trabalho), Unesco (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*); universidades estaduais e federais; universidades privadas como Pontifícia Universidade Católica, Pitágoras, FGV (Fundação Getúlio Vargas); centros de pesquisas, FCC (Fundação Carlos Chagas), IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas); instituições financeiras Bancos Bradesco, Itaú, do Brasil, Banco Mundial; representantes do empresariado brasileiro de setores diversos, além de editoras, jornais e televisão, entre outros (SHIROMA, 2009).

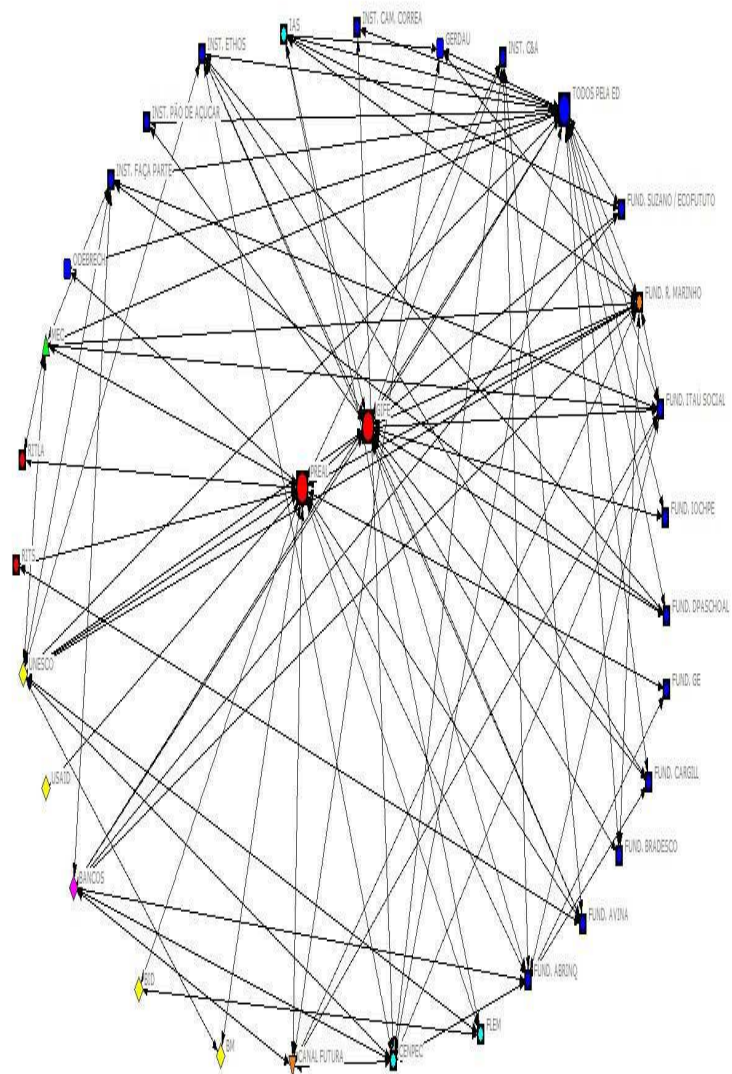


Figura 1 – Redes convergentes. Fonte: Lopes (2008, p. 12).

A “qualidade da educação” deveria ser entendida não apenas como ferramental de gestão característico dos anos de 1980 e 1990, mas também como *slogan*⁵, mote agregador por meio do qual se fomentam parcerias e alianças e se constroem **redes sociais** que atuem no campo educacional.

“Rede social” é expressão que ganhou importância em diferentes correntes político-ideológicas e discussões no campo teórico de diversas áreas do conhecimento, matemática, antropologia, sociologia, ciências políticas, ciências da informação, e, mais recentemente, na educação. As redes sociais são apontadas por organizações multilaterais como espaços que valorizam a ação coletiva, a participação política, a confiança entre pares, a solidariedade e, principalmente, como parceiras do Estado na resolução de questões sociais. A valorização das redes está relacionada também à noção de educação e implica uma concepção de Estado e do seu papel em relação às políticas públicas para educação.

Na revisão bibliográfica que realizamos as “redes” foram descritas como **elemento agregador de pessoas e/ou de organizações** que, articuladas com interesses comuns, poderiam responder por demandas e necessidades da sociedade de maneira

⁵ Contreras (2002, p.23), ao discutir a autonomia dos professores, usou o termo *slogan* como forma de difusão de uma idéia na qual se desgastam e esvaziam seus significados pelo uso freqüente. Utilizados em excesso os *slogans* provocam uma “atração emocional, sem esclarecer nunca o significado que se lhes quer atribuir. Funcionam assim como palavras com aura”.

integrada ou, ainda, como **meio de tornar mais eficaz a gestão das políticas sociais** (SCHERER-WARREN, 2005; CARVALHO, 1999). Essas descrições são reproduzidas em discursos pró-reformas e servem de justificativa para proposição de políticas educacionais localizadas, colaborando para a construção de uma “hegemonia discursiva” (JAMESON *apud* SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 428).

De um lado, as redes em prol da educação caracterizam um número significativo de organizações, instituições e sujeitos que, articulados, movimentam a opinião pública e reclamam ao Estado a melhoria da qualidade da educação e, de outro, o Estado, que premido por políticas neoliberais de controle fiscal e redução de investimentos nas questões sociais, deve responder a esses reclamos, “fazendo mais com menos” (CAMPOS, 2005). Como solução ao impasse gerado entre as demandas sociais e a agenda econômica neoliberal⁶, o Estado passa a atuar na promoção de um suposto “terceiro setor” (MONTAÑO, 2005) para intervir em questões sociais.

De acordo com seus ideólogos, o “terceiro setor” se situa entre o Estado (primeiro setor) e o mercado (segundo setor), tanto no plano legal quanto na esfera econômica, constituindo-se como

⁶ A agenda econômica neoliberal caracteriza-se, segundo Gentili (1998, p. 14), pela implementação de reformas que incluem: “disciplina fiscal; redefinição das prioridades do gasto público; reforma tributária; liberalização do setor financeiro; manutenção de taxas de câmbio competitivas; liberalização comercial; atração das aplicações de capital estrangeiro; privatização de empresas estatais; desregulamentação da economia; proteção de direitos autorais”.

fonte alternativa para aumentar o aporte técnico e financeiro à educação, por meio de programas e ações que contam com a participação das famílias e comunidades e são mantidos por meio de parcerias público-privado, doações do setor privado, entre outros. Essas ações conjugadas deslocam, paulatinamente, para os sujeitos a responsabilidade de organizar suas comunidades a fim de solucionar problemas diversos e contribuir para a “boa governança”⁷.

As organizações que compõem o “terceiro setor” se apresentam como sujeitos coletivos capazes de agregar e organizar a sociedade na busca de soluções para os problemas sociais do país. Amparadas no discurso político-ideológico de que o Estado deveria atuar em parceria com o setor privado na promoção do crescimento econômico e de que sozinho não conseguiria cumprir suas obrigações em assegurar o bem comum, essas organizações advogam a necessidade do fortalecimento de instituições privadas sem fins lucrativos para provimento de serviços de interesse público, bem como a necessidade de reformar o aparato regulatório para que se torne mais favorável tais ações.

⁷ No âmbito empresarial, a idéia de governança está associada ao governo de organizações na relação com seus investidores e beneficiários – *stakeholders*. O conceito de governança corporativa diz respeito aos sistemas de controle e monitoramento estabelecidos entre acionistas e administradores de tal forma que decisões de cunho financeiro sejam tomadas de acordo com o interesse dos acionistas, em outras palavras, transparência administrativa em investimentos (FREY, 2007; FONTES FILHO, 2003; ALVES, 2001). Retomaremos esse conceito no capítulo dois.

Assim, intelectuais orgânicos do capital⁸, vinculados ou não a organizações privadas sem fins lucrativos, vêm assumindo papel preponderante no estabelecimento de bases políticas e sociais, apresentando “soluções humanizadoras para o capital” para legitimar proposições neoliberais no Brasil (MARTINS, 2008). Tal tendência insere-se no projeto de atualização da agenda neoliberal denominada Terceira Via da qual consta a partilha, entre Estado e sociedade, da responsabilidade pelas questões sociais. Para operacionalizar estratégias de sociabilidade que podem ser agrupadas ao redor de três objetivos gerais:

a) diluir as formas de identificação do trabalhador com a sua classe através do estímulo ao chamado *individualismo como valor moral radical*, fortalecendo a idéia de *cidadania ativa* circunscrita à noção de voluntariado através de incentivos à criação de demandas cada vez mais específicas e desconectadas do mundo do trabalho; b) reordenar o papel das organizações da sociedade civil pré-existentes para torná-las instrumento de difusão da nova sociabilidade, fortalecendo a noção de *sociedade civil ativa*; c) incentivar o surgimento de organizações de novo tipo em condições de atuar na execução das políticas sociais, fortalecendo o *capital social* das comunidades e os modelos de *descentralização participativa* rumo à formação da chamada *sociedade de bem-estar* (MARTINS, 2009, p. 141).

⁸ Na acepção gramsciana, intelectuais ligados à classe dominante fundamental (GRAMSCI, 1979, SEMERARO, 2006; SIMIONATO, 2004).

Iniciativas como essas visam, ainda, restringir a noção de sociedade civil à noção de “terceiro setor” e legitimar a responsabilidade social empresarial, resultando na organização de um segmento da classe burguesa que, por meio de intervenções sistemáticas em questões sociais, visam a defesa de seus interesses e a ampliação de sua influência no campo político (MARTINS, 2008).

As justificativas apresentadas pelos ideólogos do “terceiro setor” para partilhar com o Estado a responsabilidade sobre as questões sociais decorrem da suposta eficiência acenada pelas organizações privadas sem fins lucrativos, com destaque às promessas gerenciais de manutenção dos padrões de qualidade no atendimento/serviço com o mínimo de investimento (LOPES; GOULART, 2008). Sob a égide da responsabilidade social empresarial, essas organizações buscam atuar em redes envolvendo investidores sociais privados, centros de pesquisa, universidades e órgãos públicos em prol de uma “educação de qualidade para todos”.

O Estado, de provedor de políticas sociais⁹ passa a assumir as funções de avaliador, “coordenador de iniciativas privadas”

⁹ Ainda que não se possa considerar que no Brasil o modelo de *welfare state* tenha sido implementado, a exemplo de países europeus como França e Inglaterra, é necessário reconhecer que a Carta Magna de 1988 incorporou demandas da classe trabalhadora assegurando direitos pleiteados desde os anos de 1970. Esses direitos foram, progressivamente, solapados nos anos de 1990 sob os auspícios da Reforma Administrativa do Estado e suas diretrizes de cortes de

(MARTINS, 2009, p. 141), nas áreas econômicas e sociais. Com esse tipo de organização, “[...] o poder seria dividido com outros órgãos, outras instituições [...] fazendo surgir uma sociedade descentralizada e pluralista, na qual [...] as organizações também precisariam assumir a responsabilidade social, por meio da cooperação” (NEVES, 2010, p. 112).

As parcerias acordadas entre o setor privado e suas organizações sociais e o Estado, com vistas a desenvolver uma “nova cidadania” fundada na responsabilidade social – aceitando as desigualdades sociais como naturais e a solidariedade como paliativo para solucionar os problemas decorrentes dessas – favorecem a constituição de um núcleo estratégico no poder Executivo, executor e avaliador de políticas governamentais.

Pareceu-nos relevante, então, conhecer as políticas propostas por organizações multilaterais como Unesco (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), que enfatiza a constituição de redes para influenciar políticas públicas, buscando compreender a atuação das redes na formulação das políticas educacionais e suas implicações na produção de políticas sociais. As propostas da Unesco têm como objetivos anunciados a coesão social e a redução da pobreza que seriam alcançados por meio de programas e projetos desenvolvidos em parcerias estabelecidas entre o Estado e o setor

investimentos na área social e redução de gastos orçamentários (MONTAÑO, 2005).

privado para a gestão das mazelas sociais resultantes do excludente modo de produção capitalista – desemprego, distribuição desigual de riqueza, etc.

Neste estudo, trabalhamos com a hipótese de que as redes viabilizam uma nova maneira de se propor e fazer políticas sociais, configurando novas formas de articulação entre Estado e sociedade. Pesquisamos ainda, o modo como se constituem e como operam essas redes e a relevância de sua atuação na formulação das políticas nacionais para a educação.

1.2 Delimitação do problema

No âmbito internacional, duas instituições se destacam na proposição de reformas educacionais, por meio de seus financiamentos e projetos de assistência, tornando-se centrais para a difusão e implementação de políticas de cunho neoliberal: o Banco Mundial e a Unesco¹⁰.

O Banco Mundial tem financiado projetos em educação nos países da América Latina e no Caribe, anunciando como

¹⁰ Neves (2010) adverte que estudos sobre a atuação do Banco Mundial revelaram que a partir de 1986 a influência dessa agência sobre políticas educacionais aumentou significativamente concomitantemente ao esvaziamento do papel da Unesco relacionado à saída dos Estados Unidos e Grã-Bratânia desse organismo. Sabe-se que os ajustes estruturais de cunho neoliberal dominaram o período dos anos de 1980 até os anos finais de 1990 quando representantes da corrente neoliberal de Terceira Via começaram a pautar uma nova agenda de ajustes com uma face mais “humanizada” do capital, coincidindo com a inversão da influência destas agências e a reformulação da própria política interna do Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2005).

objetivos a promoção da coesão social, a redução da pobreza, e o fortalecimento da democracia por meio da participação da sociedade na gestão de serviços sociais. No documento *Education change in Latin American and the Caribbean* (1999), o Banco recomenda o envolvimento do setor privado no provimento de serviços educacionais, administração de escolas públicas e suporte de programas específicos de escolas da América Latina e Caribe, como forma de promover a competição por financiamento público, oferecido na forma de *vouchers*, entre prestadores de serviço da esfera pública e privada (BANCO MUNDIAL, 1999). Outra forma de financiamento público recomendada no referido documento são as parcerias acordadas com organizações privadas sem fins lucrativos que, de acordo com o Banco, se administradas localmente e monitoradas pelos pais, resultariam na oferta de um serviço educacional de qualidade e na redução de gastos governamentais (BANCO MUNDIAL, 1999). Essa forma de financiamento tem como pressuposto o desenvolvimento e fortalecimento do “terceiro setor”, cujas organizações, segundo o Banco Mundial, “tem proposto muitas mudanças no setor educacional [...] especialmente durante os economicamente turbulentos anos de 1980, quando os governos reduziram dramaticamente seus gastos com serviços sociais” (BANCO MUNDIAL, 1999, p. 30-31).

Com o objetivo de alcançar as metas do *Education for all* (Efa)¹¹ e os Objetivos do Milênio¹², a Unesco tem fomentado a criação de redes internacionais, regionais e nacionais, a fim de agregar sujeitos diversos e estimular o envolvimento desses para que se comprometam e responsabilizem pelos resultados de projetos gestados nessas redes:

Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias em todos os

¹¹ O compromisso *Education for all* (Efa) firmado entre 155 países e cerca de 150 representantes de organizações governamentais e não-governamentais durante a Conferência Mundial homônima organizada pela Unesco em 1990, Jomtien, Tailândia (UNESCO, 1990), e reafirmado no Fórum de Dakar, Senegal, em 2000, tem como objetivos: 1) ampliar e aperfeiçoar cuidados e educação para primeira infância especialmente para crianças em situação de vulnerabilidade social; 2) assegurar acesso ao ensino primário gratuito, obrigatório e de qualidade a todas as crianças, especialmente as meninas, até 2015; 3) assegurar aprendizagens de jovens e adultos através de acesso equitativo e programas apropriados de aprendizagem e treinamento para a vida; 4) melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos e acesso equitativo à educação básica e contínua para todos os adultos até 2015; 5) eliminar disparidade de gênero no ensino primário e secundário e 6) melhorar os aspectos da qualidade da educação e assegurar a excelência desta de modo que os resultados de aprendizagem, reconhecidos e mensuráveis, possam ser alcançados por todos especialmente em alfabetização lingüística, matemática e na capacitação essencial para vida (UNESCO, 2000). No sistema educacional brasileiro, a educação primária é etapa obrigatória, oferecida gratuitamente nos estabelecimentos oficiais. A Lei n.º 11.274 de 6 de fevereiro de 2006 ampliou de oito para nove anos (de 6 a 14 anos de idade) esta etapa de formação (BRASIL, 2006).

¹² A Declaração de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foi aprovada em setembro de 2000, em Nova York, assinada por 147 chefes de Estado e Governo e de 191 países participantes dessa reunião promovida pela Onu – Organização das Nações Unidas com o objetivo de firmar um compromisso em nome da ajuda aos países menos desenvolvidos e combater a pobreza extrema. São oito os objetivos a serem alcançados até 2015: 1) erradicar a pobreza extrema; 2) universalização do ensino primário; 3) promoção da igualdade entre gêneros e autonomia da mulher; 4) redução da mortalidade infantil; 5) melhoria da saúde materna; 6) combate ao HIV/Aids, paludismo e outras enfermidades; 7) sustentabilidade ambiental e 8) associação mundial para o desenvolvimento (ONU, 2000).

níveis: entre todos os subsetores e formas de educação, reconhecendo o papel especial dos professores, dos administradores e do pessoal que trabalha em educação; entre os órgãos educacionais e demais órgãos de governo, incluindo os de planejamento, finanças, trabalho, comunicações, e outros setores sociais; entre as organizações governamentais e não-governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias. [...] **Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem constitui-se uma responsabilidade comum e universal a todos os povos, e implica solidariedade internacional** [...] Todas as nações devem agir conjuntamente para resolver conflitos e disputas [...] Só um ambiente estável e pacífico pode criar condições para que todos os seres humanos, crianças e adultos, venham a beneficiar-se das propostas desta declaração. (UNESCO, 1990, p. 5-7. Grifos no original).

Numa primeira análise, observamos que a celebração de pactos nacionais entre redes de empresários e organizações privadas sem fins lucrativos com diversas esferas do poder público, do municipal ao federal, tinha foco na construção de uma agenda partilhada para a gestão da educação. Ressaltamos a constituição de parcerias entre esses sujeitos diversos e o Estado para complementação de recursos financeiros e técnicos¹³: “**Para**

¹³ Exemplos de parcerias para complementação de recursos financeiros e técnicos estão disponíveis na *web* e são, portanto, de domínio público, como os que destacamos a seguir. Em 2006, a Fundação Pró-Cerrado assumiu, por meio de

que as necessidades básicas de aprendizagem para todos sejam satisfeitas mediante ações de alcance muito mais amplo, será essencial mobilizar atuais e novos recursos financeiros e humanos, públicos, privados ou voluntários” (UNESCO, 1990, p. 6. Grifos no original). Com essa perspectiva, a Unesco destaca a organização de redes como estratégia para “fortalecer o profissionalismo de docentes e diretores” (UNESCO, 2007, p. 55), objetivando a fixação dos “melhores professores em escolas com maiores necessidades” (UNESCO, 2007, p. 56) e como meio para “impulsionar a saúde cívica e a coesão social” (UNESCO, 2007, p. 71), aproveitando “ao máximo todos os recursos de uma localidade” (UNESCO, 2007, p. 103).

Uma das redes atuantes na América Latina é o *Programa de Promoción de la Reforma Educativa de América Latina y el Caribe* (Preal), criado em 1995 pelo *Interamerican Dialogue* (IAD) que publica boletins com informações sobre a educação na América Latina com base em dados e análises fornecidos pela

parceria firmada com o Estado de Tocantins, a gestão do Colégio Agropecuário de Natividade, escola que até então era administrada pela Secretaria de Educação daquele estado. A organização investiu valores doados pelo governo japonês por meio de programa do Governo Federal “Assistência a Projetos Comunitários e de Segurança Humana”. Dados disponíveis em: <http://www.br.emb-japan.go.jp/apc/projetos3.pdf>. Acesso em: 23/08/2009. Os estados de Roraima, Pernambuco e Piauí adotaram, como política pública para gestão de suas redes o programa “Gestão nota 10”, idealizado pelo Instituto Airton Senna, que opera com indicadores, metas e resultados, entre outras ferramentas gerenciais, acompanhadas da capacitação técnica oferecida pelo próprio Instituto. Dados disponíveis em: <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/>. Acesso em: 03/01/2010.

Unesco, Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), Banco Interamericano para o Desenvolvimento (Bid) e Banco Mundial e conta com o apoio econômico da *United States Agency for International Development* (Usaid), da *Avina Foundation*, a *Tinker Foundation*, do Banco Mundial, a *GE Foundation* entre outras. A coordenação geral do programa está a cargo de um Conselho Consultivo que tem como atribuições facilitar acordos entre diversos setores da sociedade criando novas alianças que favoreçam as reformas educacionais em curso; ampliar a base de apoio às reformas envolvendo líderes alheios ao setor educacional; estabelecer um sistema de prestação de contas para projetos educacionais e assumir o melhoramento das políticas educacionais¹⁴ (PREAL, 2009).

Segundo Evangelista e Shiroma (2008, p. 42), vários representantes do Preal e do IAD participaram da *Conferência Ações de Responsabilidade Social em Educação: melhores práticas na América Latina* promovida pelas Fundações Lemann e Jacobs, e Grupo Gerdau, em 2006: “O Brasil reuniu personalidades e representantes de empresas para propor compromissos concretos para a melhoria da educação na região, discutindo ações que comporiam um documento final do movimento intitulado Compromisso Todos pela Educação”.

¹⁴ Informações disponíveis em: http://www.preal.org/Quienes.asp?Id_Quienes=15&Id_Seccion=47. Último acesso em: 10/11/2009.

Segundo as autoras, o Compromisso visa mobilizar a iniciativa privada e organizações privadas sem fins lucrativos,

[...] para atuar de forma convergente, complementar e sinérgica com o Estado na definição das políticas públicas. O ponto central de sua estratégia é a coresponsabilidade e a busca de eficiência, eficácia e efetividade. Seu enfoque é primordialmente voltado à melhoria da qualidade do ensino traduzida em resultados mensuráveis obtidos por meio de avaliações externas (EVANGELISTA; SHIROMA, 2008, p. 42).

Em setembro de 2007, o Compromisso institucionalizou-se como organização privada sem fins lucrativos, Todos pela Educação (TpE) sob a presidência de Jorge Gerdau. A organização é patrocinada pelas empresas Banco Real, Dpaschoal, Gerdau, Odebrecht e Suzano, Fundações Bradesco e Itaú e Institutos Camargo Corrêa e Unibanco e está vinculada a rede Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife)¹⁵, que tem atuado no Brasil em parceria com a Unesco e outras organizações multilaterais na difusão de conceitos e práticas de Investimento

¹⁵ O Código Civil Brasileiro, Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, prevê cinco tipos de pessoas jurídicas de direito privado, dentre elas as associações e as fundações, ambas organizadas para fins não econômicos (sem fins lucrativos) e que se diferem, respectivamente, pelos fins – alteráveis e imutáveis e pelo patrimônio – constituído paulatinamente e instituído fundamentalmente. Não há referências normativas sobre Institutos. Pela natureza das atividades dos Institutos vinculados ao Gife e pelo modelo organizacional apresentado em seus *websites* acreditamos que a constituição destes se dê nos moldes jurídicos das instituições fundacionais.

Social Privado¹⁶ (ISP): “criatividade, energia e recursos de pessoas e organizações de origem privada em prol do interesse público” (GIFE, 2006, p. 2). Essas organizações partilham em comum o objetivo geral de mobilizar a sociedade para o desenvolvimento da educação, equiparando indicadores educacionais brasileiros a padrões definidos internacionalmente¹⁷.

Em maio do ano seguinte, 2008, o Ministério da Educação (Mec) lançou o Plano de Mobilização Social pela Educação (PMSE), com o objetivo de promover atividades que contribuam para a melhoria da qualidade da educação e foi definido como “[...] uma orientação e um incentivo às lideranças sociais para a realização de ações pautadas pelo **Diálogo com os públicos de interesse sobre a importância da educação**” (BRASIL, 2008a, p. 4). Nesse documento, o Mec fomenta a organização de redes

¹⁶ De acordo com o Gife, o ISP é uma forma de investimento “voluntário” de recursos privados “para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público” diferenciando-se das práticas assistenciais ou meramente filantrópicas pela preocupação intrínseca “com o planejamento, o monitoramento e avaliação dos projetos”; pela adoção de “estratégia voltada para resultados sustentáveis de impacto e transformação social”; pelo “envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação”, e pode ser realizado “por meio de incentivos fiscais concedidos pelo poder público e também pela alocação de recursos não-financeiros e intangíveis” (Gife, 2009). Esse conceito será desenvolvido no capítulo quatro desta dissertação.

¹⁷ De acordo com o MEC, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é o indicador/estatístico norteador de políticas públicas educacionais, cujas metas foram definidas com base em parâmetros técnicos comparativos entre o sistema de ensino do Brasil e dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Informações disponíveis em:

http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3&Itemid=4. Último acesso em: 15/07/2010.

sociais para a manutenção e expansão das ações de mobilização, e tem como parceiros instituições religiosas diversas, empresas privadas de capital nacional e multinacional, Gife e TpE, entre outras organizações privadas sem fins lucrativos, Unesco, além de agências e aparelhos do Estado.

O Gife é uma organização que reúne empresas, institutos e fundações de origem privada para a prática do ISP, privilegiando a ação em rede para difusão de seus objetivos. Esse grupo de associados investe em projetos sociais diversos, sendo a educação uma das áreas temáticas priorizadas e, de acordo com seu *website*, procuram transferir para os projetos financiados/operados diretamente, ou por meio de suas associadas, tecnologias de gestão de recursos financeiros e humanos, planejamento, definição de metas e avaliação de resultados, buscando a cumplicidade da comunidade nas tomadas de decisão (GIFE, 2009).

Apresentamos no quadro 1, a lista das associadas Gife que em 2010. Participam do rol, empresas e fundações/institutos empresariais de capital industrial e financeiro, nacional, internacional e transnacional.

3M do Brasil	Fundação Santillana	Instituto Nextel
ACES - Ação Comunitária do Espírito Santo	Fundação Semear	Instituto O Boticário
AES Brasil	Fundação Telefônica	Instituto Pão de Açúcar
Amanco Brasil	Fundação Tide Azevedo Setubal	Instituto Paulo Montenegro
Associação Sequóia Foundation	Fundação Vale	Instituto Profarma
Banco Bradesco	Fundação Victor Civita	Instituto Razão Social
BASF S.A	Fundação Volkswagen	Instituto Ressoar
BorgWarner Brasil	Fundação W.K. Kellogg	Instituto Robert Bosch
Braskem	Fundación Avina	Instituto Rogério Steinberg
Bridgestone Firestone do Brasil	Fundo Cristão para Crianças	Instituto Ronald McDonald
BRQ Soluções em Informática S.A.	Goodyear do Brasil	Instituto Sabin
Carrefour	Grupo ABC de Comunicação	Instituto Sadia de Sustentabilidade
CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias	Grupo BrasilCred	Instituto Sangari
Citigroup	Harald Indústria e Comércio de Alimentos Ltda	Instituto Social Sotreq
Comgas- Companhia de Gás de São Paulo	IAMAR	Instituto Société Generale
Fersol Indústria e Comércio Ltda	IBM Brasil	Instituto Socioambiental Invepar
Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança	IMPAES	Instituto Souza Cruz
Fundação Alphaville	Instituto Algar	Instituto Synthesis
Fundação Ana Lima	Instituto Arcor Brasil	Instituto Unibanco
Fundação ArcelorMittal Acesita	Instituto Avon	Instituto Vivo

Fundação ArcelorMittal Brasil	Instituto Ayrton Senna	Instituto Vonpar
Fundação Banco do Brasil	Instituto BM&FBovespa	Instituto Votorantim
Fundação Bradesco	Instituto C & A de Desenvolvimento Social	Instituto Wal-Mart
Fundação Bunge	Instituto Camargo Corrêa	Intel Semicondutores do Brasil LTDA
Fundação Cargill	Instituto Claro	Ismart - Instituto Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos
Fundação Clemente Mariani	Instituto Coca Cola Brasil	Klabin
Fundação CSN para o Desenvolvimento Social e a Construção da Cidadania	Instituto Consulado da Mulher	Lojas Renner
Fundação Demócrito Rocha	Instituto Criança é Vida	Microsoft Informática Ltda.
Fundação Educar Dpaschoal	Instituto Cultural Oboé	Natura
Fundação Ford	Instituto de Cidadania Empresarial	NET
Fundação Iochpe	Instituto Desiderata	Oi Futuro
Fundação Itaú Social	Instituto Ecofuturo	Petrobras
Fundação José Silveira	Instituto Elektro	Philips do Brasil Ltda
Fundação Lemann	Instituto Embraer de Educação e Pesquisa	Pinheiro Neto Advogados
Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho	Instituto Estre	Politec Ltda.
Fundação Nestlé Brasil	Instituto Eurofarma	Promon
Fundação O Boticário de Proteção à Natureza	Instituto Gerdau	Santander
Fundação Odebrecht	Instituto Hedging-Griffo	Serasa Experian
Fundação Orsa	Instituto Holcim	TIM Brasil
Fundação Otacílio Coser	Instituto HSBC Solidariedade	TNT

Fundação Ponto Frio Alfredo João Monteverde	Instituto Itaú Cultural	TV Globo
Fundação Projeto Pescar	Instituto Lina Galvani	United Way Brasil
Fundação Roberto Marinho	Instituto Marquês de Salamanca	Xerox do Brasil
Fundação Romi	Instituto Medial Saúde	

Quadro 1 – Associados Gife em 2010. Fonte: Gife (2010).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), das 100 maiores empresas seguradoras no Brasil, destacaram-se, em 2007, alguns associados Gife como os Bancos Bradesco (1º) e Santander (2º). Essas duas instituições financeiras ocuparam, ainda, o segundo e sétimo lugares, respectivamente, entre os 50 maiores bancos comerciais e múltiplos do Brasil, no ano de 2008. No rol de associados Gife constam empresas como a AES Brasil (energia elétrica), a Basf (produtos químicos), o Carrefour (comércio varejista), a Comgás (gás natural), a Klabin (celulose e papel) e a Oi (telecomunicações) listadas entre as 500 maiores sociedades anônimas do Brasil, em 2008 (FGV, 2009). Os associados da rede Gife aplicaram cerca de R\$1,15 bilhão em projetos sociais, culturais e ambientais; o valor destinado à educação em 2005 foi estimado em R\$124 milhões (GIFE, 2006a; 2006b). Ressaltamos a atuação do setor privado financiando ações/programas, uma prática que o Gife nomina de Investimento Social Privado (ISP).

Por meio do ISP, o Gife, e seus associados, ordenam e incentivam a intervenção burguesa em questões sociais (MARTINS, 2009). O estabelecimento de parcerias com o setor privado para o provimento da educação, enfatizada pelo Banco Mundial, e as ações em redes, enfatizada pela Unesco, como meio para **produção de consenso** sobre as questões educacionais (LOPES, 2008), também favorecem **ações de controle social e de responsabilização/transparência** na prestação de serviços à sociedade. Essas **redes**, quando associadas ao Estado, operam por projetos e/ou programas executados em parceria com a iniciativa privada (empresas e organizações sem fins lucrativos) e **influenciam na produção de políticas sociais**. Os dados encontrados reforçaram a pertinência das investigações a fim de compreender quais os interesses dessas empresas em questões sociais e, especificamente, por que investir em educação.

1.3 Objetivos

O **objetivo geral** do presente trabalho foi estudar os interesses subjacentes à formação de redes com vistas a discutir a sua atuação na produção de políticas públicas para educação.

Para tanto trabalhamos com os seguintes **objetivos específicos**:

1. identificar nos documentos da Unesco quais as recomendações para constituição de redes que atuem no

âmbito educacional e/ou condições organizativas necessárias a esse fim;

2. pesquisar e delinear a rede Gife buscando dar visibilidade às articulações entre organizações que a compõem, analisando seus objetivos e modos de atuação;
3. evidenciar a influência da participação da rede Gife no processo de produção de políticas públicas.

1.4 Considerações teórico-metodológicas

Adotamos a análise documental como metodologia para identificar nos documentos da Unesco as recomendações para organização de redes e parcerias entre Estado e organizações privadas sem fins lucrativos, e nos documentos da rede Gife, as diretrizes de constituição de uma rede de política pública e respectiva forma de atuação. Para tais fins, apresentamos abaixo o *corpus documental*, divididos em principais e complementares:

- a) Documentos principais
 - *Proyecto Regional de Educación para América Latina y el Caribe - Prelac. Primera Reunión Intergubernamental del Prelac;*
 - *La educación como bien público y estratégico. Encuentro regional Unesco-Unicef;*

- *Educación de calidad para todos: un asunto de derechos humanos. Documento de discusión sobre políticas educativas en el marco de la II Reunión Intergubernamental del Prelac;*
- *Plano de mobilização social pela educação;*
- *Gife: Relatório de atividades: anuarios de 2000 a 2009;*
- *Gife: Código de ética;*
- *Gife: Estatuto;*
- *Perspectivas para o marco legal do terceiro setor;*
- *Censo Gife educação;*
- *Guia Gife sobre investimento social privado em educação;*
- *Mapa estratégico e plano de ação 2010.*

b) Documentos complementares

- *Financiamiento y gestión de la educación en América Latina y el Caribe. Trigésimo período de sesiones de la Cepal;*
- *Education Sector Strategy Update;*
- *Influir em políticas públicas e provocar mudanças sociais. Experiências a partir da sociedade civil brasileira;*
- *Censo GIFE 2005/2006;*

- *Censo GIFE 2007/2008*;
- *Education change in Latin American and the Caribbean*.

Compreender a produção de consensos, a assimilação de conceitos e a adesão às reformas educacionais pressupõem entender também como se produzem as políticas educacionais. Para tanto, estudamos as propostas da Unesco para as políticas educacionais do século XXI na América Latina, particularmente no que concerne a organização de redes comprometidas com a educação no Brasil.

É importante frisar que, ao analisar documentos de políticas, adotamos como premissa que discursos políticos são produzidos a partir de embates de interesses e que a formulação das políticas brasileiras sofre influências de diretrizes e metas estabelecidas internacionalmente (GARCIA, 2004). A profusão de documentos produzidos por organizações multilaterais pode ser compreendida, então, como estratégia que se destina tanto a pautar a agenda a ser seguida, quanto a apresentar um conjunto de justificativas que objetivam convencer da “necessidade” do cumprimento dessa agenda (CAMPOS, 2005). Nesse sentido, os textos são produtos e produtores de orientação políticas, que

[...] embora caracterizados por um tom prescritivo e recorrendo a argumento de autoridade, os textos da política dão margem a interpretações e reinterpretções, gerando, como consequência, atribuição de significados e

de sentidos diversos a um mesmo termo (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 431).

Sabemos que a política nacional sofre a influência de organizações multilaterais e é constituída por meio de planos, programas e projetos, mas, para chegar a materializar-se nas instituições escolares passa por um conjunto de instâncias que concordam, discordam, adaptam, aderem, acrescentam, suprimem de acordo com o embate de forças, interesses, etc. (SHIROMA, 2007).

Entendemos que apreender a funcionalidade das redes nos documentos da Unesco contribuirá para a compreensão dos sentidos das políticas proposta para a educação do século XXI; políticas que anunciam a partilha do poder, a equidade e a solidariedade e que ocultam processos de luta pela hegemonia, antagonismos de classes e a reprodução da sociabilidade capitalista.

Para descrever e analisar o modo como a rede Gife se constitui e como opera, com a expectativa de apreender a sua funcionalidade na formulação das políticas sociais brasileiras, adotamos como metodologia de análise a Análise de Redes Sociais (ARS).

A metodologia de ARS é eminentemente descritiva e não se constitui numa teoria, podendo ser utilizada com distintas abordagens teóricas. Assim sendo, trabalhamos com o referencial gramsciano para discutir as relações entre Estado e sociedade,

apoiando-os em Gramsci (1984; 1979) e nos estudos de Neves (2010; 2009; 2008; 2005), Acanda (2006), Nogueira (2003; 2001), Magrone (2006), Martins (2008a), Semeraro (2006), Lima e Martins (2005) e Martins (2009; 2008). Para compreender as políticas sociais nos ampamos nas pesquisas de Simionato (2009; 2007; 2006; 2004); apoiamos nossas reflexões sobre o “terceiro setor” nos estudos de Montañó (2005); buscamos em Shiroma, Campos e Garcia (2005) subsídios teórico-metodológicos para a análise de documentos e, para a análise de redes, nos voltamos aos escritos, principalmente, de Marques (2003; 2000), Minella (2007; 2003), Pizarro (2009), Evangelista e Shiroma (2008), Shiroma (2009; 2008), Klijn (1998), Zurbriggen (2006) e Lopes (2008).

A atualidade do pensamento de Gramsci está relacionada às contribuições que se pode extrair de suas análises do processo de produção e reprodução do capitalismo (MARTINS, 2008a) para compreender as iniciativas das empresas na área social, como parte de um “[...] novo espírito capitalista, na idéia de que a indústria e o comércio antes de serem um negócio, são um *serviço social*” (GRAMSCI, 1984, p. 415. Grifos no original). Na tentativa de construir uma nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005) pelo fortalecimento do *marketing* social, empresas e organizações privadas sem fins lucrativos se reúnem ao redor de questões sociais, para que “[...] o “capitalismo de rapina” [seja] superado e se instaur[e] um novo costume, mais

propício ao desenvolvimento das forças econômicas” (GRAMSCI, 1984, p. 416); um tipo de sociabilidade que produz a internalização dos valores do capital pelas classes subalternas, contribuindo para a conformação de um novo tipo de homem necessário em cada tempo histórico (MÉSZÁROS, 2004).

Buscamos compreender o modo como as práticas de empresas na área social se efetivam e discutir a que, essencialmente, se destinam estas iniciativas na área educacional. Embora alguns autores já tenham se dedicado à temática da responsabilidade social no campo educacional (MARTINS, 2009; AZEVEDO, 2008; LIMA; MARTINS, 2005) um fenômeno recente carece de investigação: a ampla difusão da noção e práticas de ISP. De acordo com o Gife (2010), trata-se de uma especificidade da responsabilidade social e se dá quando a empresa decide profissionalizar ou institucionalizar sua ação social com a comunidade, ou seja, quando ela decide repassar recursos privados para fins públicos de maneira planejada e gerenciada. Essa afirmação suscita um amplo leque de indagações sobre intenções, mecanismos de atuação, aporte jurídico-normativo que fundamenta essa prática de investimento. Requer pensar na articulação entre econômico e político, entre macro e micro. Para tanto descrevemos e apresentamos graficamente a rede Gife, dando visibilidade às organizações que a compõem, analisando seus objetivos e modos de atuação e estudando suas produções para área da educação.

A partir dos dados sobre os gestores e associados da rede Gife, e sua afiliação a outras organizações, desenhamos os contornos dessa rede. Convém ressaltar que, mapear as informações para apresentar graficamente a rede Gife “não constitui[u] um fim em si mesmo” (SHIROMA, 2008, p. 19), mas um meio de agrupar e compilar dados, favorecendo a construção de hipóteses que contribuam para a compreensão do processo implicado na produção de políticas educacionais em curso.

1.5 Estrutura do texto

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos além do introdutório. Em *Redes de políticas públicas na educação* mostramos que as redes de políticas públicas são constituídas por relações de parcerias estabelecidas entre o Estado e o setor privado. Observamos que práticas necessárias à atuação em redes tais como, participação política e responsabilidade social entre outras, inserem-se na pauta de uma nova agenda mundial: o “neoliberalismo de Terceira Via” (NEVES, 2010). Assim, empreendemos esforço para compreender o contexto no qual se atualiza essa agenda. Apregoando a inépcia do Estado na promoção do bem-estar social, intelectuais orgânicos ao capital disseminam a idéia de um “terceiro setor” para tal fim. Aparentemente consternados com a fatídica realidade da desigualdade social crescente, esses intelectuais, individual e

coletivamente, defendem a construção de uma sociedade socialmente responsável e coesa, apresentando soluções humanizadoras para os dilemas sociais. Para operacionalizar essa estratégia de sociabilidade, intelectuais dessa corrente política, buscam reduzir a noção de sociedade civil à noção de “terceiro setor”, legitimando as práticas de responsabilidade social, resultando na organização de um segmento da classe burguesa orientada para o social. Ainda nesse capítulo identificamos, nos documentos produzidos pela Unesco para a educação na América Latina, as recomendações acerca de parcerias com organizações privadas sem fins lucrativos e o Estado para o provimento da educação e a estabelecimento de redes sociais. Buscamos evidenciar as prescrições dessa agência para o modo de organização e atuação das redes e a incorporação de suas idéias no Brasil, analisando um dos planos implementados pelo Ministério da Educação.

Para analisar esse tipo de rede, partimos do pressuposto que o Estado não é o único protagonista na formulação e implementação das políticas públicas. Elegemos a rede Gife para análise, uma vez que suas articulações reúnem representantes do setor privado, capitais nacional e internacional, e apresentamos, no capítulo *A rede Gife*, a forma como essa organização atua objetivando influir na produção, implementação e avaliação de políticas sociais, prática instrumentalizada na promoção do Investimento Social Privado.

No capítulo *Investimento social privado* buscamos evidenciar que a prática gerencial do Investimento Social Privado configura-se numa estratégia para atuar em rede que tenta elidir o conceito de classe social. Destacamos, ainda, o papel assumido pelos sujeitos que a ela se dedicam e/ou promovem e o modo como manifesta o “novo espírito” do capitalismo. O discurso que dá sustentação a essa prática é dirigido principalmente a um segmento da classe trabalhadora que se identifica com os princípios liberais de liberdade, igualdade e fraternidade, que revistos, podem ser também descritos como autonomia, justiça social e solidariedade. Esses princípios estão na base daquilo que entendemos ser uma nova forma de se propor política social: localizada, mas passível de multiplicação em contextos diversos, em detrimento de proposições universalizantes; dirigidas a grupos específicos da sociedade, jovens em situação de risco, as chamadas populações vulneráveis entre outras, enfim, àqueles cuja condição de subsistência é mencionada como foco de ações de solidariedade.

Por fim, apresentamos algumas sínteses destacando que organizações como o Gife, operando em redes, equivalem a grandes corporações que administram seus negócios por meio de acordos inter-organizacionais, buscando, nas parcerias estabelecidas com o Estado, investimentos legais e financeiros. Ao atuar em redes, produzindo, implementando e avaliando, ou seja, influenciando políticas públicas, o setor privado reforçou

sua participação na provisão de serviços educacionais públicos, viabilizando a constituição de um nicho para a prática do investimento social privado.

2 REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO

A partir dos anos de 1990, intelectuais orgânicos do capital vem assumindo papel preponderante no estabelecimento de bases políticas e sociais para legitimar as proposições neoliberais no Brasil, apresentando soluções fragmentadas de caráter humanizador, de modo a partilhar com a sociedade a responsabilidade pelas questões sociais. Para Martins (2008) tal tendência resulta do projeto de atualização da agenda da chamada Terceira Via. A sociedade é convocada a participar da gestão pública como co-responsável de medidas implementadas, partilhando o fracasso ou provando a auto-suficiência do sistema (MARTINS, 2008) e como órgão de controle de tais medidas.

Para operacionalizar essa estratégia de sociabilidade, iniciativas que resultam na organização de um segmento da classe burguesa orientada para o social são postas em marcha. Trata-se, de um movimento que Martins (2009; 2008) identificou como “direita para o social”; um amplo agrupamento de empresários que, organizados em redes atuando por meio de intervenções sistemáticas em questões sociais, busca ampliar horizontes de luta política.

As redes de políticas públicas que se configuram a partir dessas relações, formando um contexto no qual se explicita o **processo político**, podem ser definidas como “padrões mais ou

menos estáveis de relações sociais entre atores **interdependentes**, que tomam forma ao redor dos **problemas e/ou programas de políticas**” (KLIJN, 1998, p. 2). A análise de redes de políticas públicas constituiria, então, parte do reconhecimento de que essas políticas emergem da relação entre atores públicos e privados, na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas.

A análise de redes sociais, também chamada análise estrutural, é desenvolvida desde os anos de 1950 por cientistas sociais na Europa e Estados Unidos, e mais recentemente entre estudiosos brasileiros, podendo ser aplicada em diferentes áreas do conhecimento e na análise de situações e questões sociais com diferentes enfoques teóricos. Segundo Marteleto (2001), a origem dessa metodologia localiza-se historicamente com fim da segunda Guerra Mundial, difundindo-se no meio acadêmico a partir do fim da Guerra Fria com a redefinição de atuações de sujeitos internacionais, e, de acordo com Espinoza (2005), os primeiros registros indicando o uso de tal metodologia por intelectuais latino-americanos datam de meados dos anos de 1960¹⁸, mas o autor destaca que apenas no final dos anos de 1990, é que se passou a utilizá-la com formulações mais sistemáticas.

¹⁸ Para saber mais sobre o uso da ARS na América Latina, leia-se Espinoza em *Genealogía de los usos actuales del análisis de redes en Latinoamérica*. O autor aponta alguns enfoques teóricos utilizados nas ciências sociais desde os anos de 1950 para explicar a participação latino-americana no sistema capitalista mundial. In: PORRAS, J. I.; ESPINOSA, V. (Org.) **Redes: enfoques y aplicaciones del análisis de redes sociales (ARS)**. Santiago, Chile: Editorial Universidad Bolivariana, 2005, pp.15-65.

Autores de diversas áreas do conhecimento têm escrito sobre redes e/ou utilizado a análise de redes como metodologia de pesquisa, como por exemplo, Eduardo Marques (Universidade do Estado de São Paulo), Ary Minella e Ilze Scherer-Warren (Universidade Federal de Santa Catarina), Christovam Barcellos e Regina Marteleto (Fundação Oswaldo Cruz), Barry Wellman (Universidade de Toronto), Mark Granovetter (Universidade de Stanford), Jean Louise Cohen (Universidade de Columbia), Robert Hanneman (Universidade de Riverside), José Luis Molina (Universidade Autônoma de Barcelona), Narciso Pizarro (Universidade Complutense de Madri), José Ignacio Porras Martinez (Campus ARSChile), entre outros. Entre os autores que discutem a temática “redes, educação e políticas públicas”, destacam-se os pesquisadores, Eneida Oto Shiroma (Universidade Federal de Santa Catarina), Jefferson Mainardes (Universidade Estadual de Ponta Grossa), Stephen Ball (Instituto de Educação da Universidade de Londres) e Jorge Ávila de Lima (Universidade dos Açores).

Elegemos a técnica de análise de redes pela possibilidade de identificar as ações articuladas entre sujeitos e organizações numa determinada área, no caso a educação, potencializando o estudo das relações entre público e privado. A perspectiva desse modelo de análise permite detalhar tais relações dando visibilidade à complexa relação presente na elaboração, implementação e avaliação de políticas educacionais,

possibilitando a formulação de hipóteses sobre o modo como as prescrições de organismos multilaterais são incorporadas às políticas locais. Trata-se de passar da análise de organizações sociais específicas, fragmentadas, para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação dessas organizações, percebendo as interconexões entre o local e o global (SHIROMA, 2008). O desenvolvimento dessa metodologia de análise recebeu contribuições de diversas áreas; ressaltamos as oriundas das ciências políticas, pelo referencial analítico que fornece para o estudo das redes de políticas públicas que pesquisamos.

O conceito de redes na análise de processos políticos começou a ser utilizado em meados dos anos de 1970 (ZURBRIGGEN, 2006; KLJIN, 1998). Estudos inspirados na teoria das organizações¹⁹ surgiram como alternativa ao enfoque *top-down* no qual o processo de organização do trabalho se desenrolava a partir de metas formuladas por um sujeito central (ZURBRIGGEN, 2006; KLJIN, 1998). De acordo com Kljin (1998) na abordagem de redes a análise centra-se nos sujeitos que interagem para solução de um determinado problema no nível operacional local, observando a existência de relações entre

¹⁹ Desenvolvida ao longo dos anos de 1950, a teoria das organizações é uma abordagem que interpreta as organizações como estruturas que expressam ações racionais sujeitas às pressões do ambiente social podendo, por isso, transformarem-se em sistemas orgânicos nos quais os valores substituem os fatores técnicos nas determinações de objetivos e tarefas (GARCIA, 2000; CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999; BAUER, s/d).

representantes do público e do privado para a promoção do bem comum.

O modelo denominado Redes de Políticas Públicas (RPP) baseia-se em conceitos da sociologia das organizações, particularmente naqueles que se referem às relações inter-organizacionais, predominantes nos anos de 1960 e 1970, e na literatura dos subsistemas e comunidades políticas, do campo das ciências políticas, desenvolvida nos anos de 1950 e 1960, e tem sido utilizado para analisar os complexos processos de construção de políticas públicas (ZURBRIGGEN, 2006; KLJIN, 1998). Uma das definições bastante citadas na literatura sobre RPP é a de Kljin (1998, p.5):

[...] patrones más o menos estables de relaciones sociales entre actores interdependientes, que toman forma alrededor de los problemas y/o de los programas de políticas. Las redes de políticas públicas, forman el contexto en el que tiene lugar el proceso político. Representan un intento dentro de la ciencia política para analizar la relación entre el contexto y el proceso en la hechura de políticas (Sem grifos no original).

As redes têm sido utilizadas nas ciências sociais, segundo Marques (2000), ora como metáfora, ora como método. Para ele, quando utilizadas como metáfora, as redes podem ser compreendidas como um elemento agregador de sujeitos que, articulados com algum interesse comum responderiam a

demandas e necessidades da população de maneira articulada; como método, diz respeito à forma de utilização que possibilita descrever e analisar padrões de relações existentes.

Amparadas nos estudos de Schneider (2005) compreendemos que as redes também têm sido concebidas como estrutura de governança²⁰ política. Para esse autor, governança política seria o conjunto de processos de regulação e condução da sociedade por meio de instituições e sujeitos que, articulados em rede, produziriam políticas públicas não mais como um assunto exclusivo de uma hierarquia governamental e administrativa, mas um complexo processo nos quais estão envolvidas organizações tanto públicas quanto privadas (SCHNEIDER, 2005).

A definição operacional de redes, para Cohen (2003), é a de que elas constituem estruturas comunicativas das quais tomam parte sujeitos de diferentes posições a fim de influir sobre diferentes áreas. De acordo com a autora caracterizam-se por esquemas de comunicação e trocas voluntárias, recíprocas e horizontais, com o elemento de confiabilidade mútua inerente às

²⁰ No âmbito político duas perspectivas estão associadas à governança: a norte-americana que define governança pelo conjunto de tradições e de instituições pelas quais se exerce a autoridade num país, e a europeia, para a qual governança está relacionada às regras, processos e comportamentos por meio dos quais os interesses são articulados, os recursos são geridos e o poder é exercido. Em comum, as abordagens pressupõem a expectativa de transparência em relação à administração pública e que os resultados de suas políticas atendam às necessidades da sociedade (CURADO, 2005; KLIJN, 1998). Partilhamos da interpretação de Borges (2003, p. 2) ao afirmar que conceito de governança representa “um deslocamento de preocupações de caráter mais técnico, ligado às reformas burocráticas e ao gerenciamento de política econômica, para temas mais abrangentes, como a legitimidade e o pluralismo político”.

relações que se estabelecem: “[...] a rede é uma nova forma de pluralidade que torna possível uma nova forma de conexão social, novas formas de ação coletiva e uma ‘solidariedade entre estranhos’”(COHEN, 2003, p.435). Nossos estudos mostraram, no entanto, tratar-se de uma solidariedade, intra-classe, entre frações da classe social dominante que se unem para promover ações e programas sociais endereçados à classe trabalhadora corroborando a tese de Martins (2008) da constituição de uma elite capitalista voltada para o social.

O sociólogo Narciso Pizarro assevera que a idéia de redes vai mais além de ‘solidariedade entre estranhos’, porque são determinadas pelas relações estabelecidas entre indivíduos e por um sistema de propriedades dos elementos que o integram. Para o autor, os determinantes que caracterizam uma relação social em rede são o tipo de vínculo relacional, se a relação é regular ou não, o tempo ou a duração da relação, sua frequência e amplitude: *la expresión relación social* [quando utilizada na análise de redes] *debería usarse sólo para patrones de interacción* [existentes] *regularmente en el tiempo, en períodos más amplios que la vida humana individual* (PIZARRO, 2009, p. 5. Sem grifos no original).

A celebração de pactos supranacionais com Organizações Multilaterais e nacionais, como o Movimento TpE e o PMSE, congregando empresários, organizações privadas sem fins lucrativos, diversas esferas do poder público, do municipal ao

federal e entidades de representação dos trabalhadores com o objetivo de estabelecer vínculos entre sociedade e Estado ao redor de objetivos comuns, chamou nossa atenção para a influência dessas organizações no processo de produção de políticas públicas para educação.

No intuito de alcançar as metas de Efa e os Objetivos do Milênio, a Unesco tem fomentado a criação de redes internacionais, regionais e nacionais, como elemento agregador de sujeitos diversos, capaz de estimular o envolvimento desses para que se comprometam e responsabilizem pelos resultados de projetos gestados nessas redes:

As parcerias estabelecidas pela UNESCO permitem maximizar o trabalho em rede, fomentar o intercâmbio de experiências e reforçar a complementariedade, legitimidade e visibilidade de suas ações no Brasil. É por isso que temos avançado na construção de laços cooperativos com atores governamentais (federais, estaduais e municipais), com a sociedade civil organizadas, o setor privado e o meio acadêmico (UNESCO, 2009).

O documento *Unesco – Country programming document (UCEP)* (UNESCO, 2009) trata especialmente da colaboração anunciada pela entidade para o Brasil. Refere-se à retomada das prioridades programáticas dessa Organização nas áreas de educação, ciência e cultura, no qual a rede Gifê é formalmente indicada como “valiosa” colaboradora no processo de

implementação de atividades e projetos na área da educação, particularmente ciências humanas e sociais (UNESCO, 2009, p. 84).

Os acordos Unesco 41-23500013BRZ e Unesco 41-23503015BRZ, celebrados em 2008 entre Unesco, Mec, União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Conselho Nacional de Educação (CNE), e outras instâncias governamentais e organizações privadas sem fins lucrativos visando, respectivamente, conhecimento, informação, normas e padrões para a qualidade da educação em todos os níveis, e para construção de subsídios e diretrizes para o desenvolvimento de políticas e programas de ensino médio e de educação profissional, são bons exemplos de influência. Ao todos, estão vigentes 146 acordos entre Brasil e Unesco para as áreas de educação, ciência e cultura, com aplicações previstas entre os anos de 2000 e 2012 (UNESCO, 2009). No quadro 2, listamos os acordos para a educação, destacando seus objetivos e parceiros.

Categoria	Projeto	Objetivo	Parceiros
POLÍTICAS - Produção, implementação, suporte técnico	Educação e aprendizagem	Contribuir para formulação de políticas de longo prazo para a melhoria da educação básica [...] (p. 88).	MEC
	Apoio ao Programa de melhoria e expansão do ensino médio (PROMED)	Apoiar o FNDE [...] e participar na formulação das políticas globais na criação e aperfeiçoamento de estratégias nacionais [...] (p. 89)	MEC – FNDE
	Subsídio à formulação e avaliação de políticas educacionais brasileiras	Apoiar o CNE no cumprimento de suas atribuições legais plenamente e na ampliação de sua capacidade de análise, interpretação e equacionamento de problemas educacionais do país [...] (p. 91).	
	Apoio ao desenvolvimento do PDE	Contribuir para formulação e implementação [...] das políticas de melhoria educacional articuladas no PDE (p. 91).	MEC - Sec. Executiva
	Apoio à alfabetização e à EJA em municípios prioritários	Melhorar indicadores educacionais relacionados à alfabetização e à escolaridade [...] por meio de políticas públicas locais [...] (p. 92).	MEC - SECAD
	Referenciais para EJA indígena, do campo e de nível médio	Construir referenciais teóricos e pedagógicos formativos que contribuam para a formulação de políticas públicas [...] (p. 92).	MEC -SECAD
	Desenvolvimento da educação especial: um compromisso com a inclusão	Desenvolver ações de apoio aos sistemas de ensino para a implementação da política nacional de educação especial [...] (p. 92).	MEC –SEESP
	Conhecimento, informação, normas e padrões para aumentar a qualidade da educação em todos os níveis	Monitoramento e <i>advocacy</i> para o cumprimento das metas de EFA (p. 93).	MEC / UNDIME / CONSED / CNE / outras instâncias governamentais / acompanhar nacional pelo direito à

			educação / outras ONG
	Educação de qualidade e ciência ao serviço da educação secundária, TVE e desenvolvimento sustentável	Construção de subsídios e diretrizes para o desenvolvimento de políticas e programas de ensino médio e de educação profissional (p. 93).	MEC / UNDIME / CONSED / CNE / secretarias estaduais e municipais de educação / HQ / IPE / OREALC / ONG
	Incentivo à cooperação internacional na educação superior	Fortalecer a política de incentivo à cooperação internacional [...] das IFES (p. 95).	MEC – SESu
AVALIAÇÃO - diagnósticos, monitoramento de programas e resultados	Monitoria e avaliação do PIM	Contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de monitoramento do programa Primeira Infância Melhor (PIM) e para a avaliação qualificada dos resultados e impactos do mesmo [...] mediante o estabelecimento de indicadores de processo e resultados (p. 88)	Gov. Est. RS
	Programa SESI educação do trabalhador	Elaboração do sistema de avaliação de competências do Programa SESI - educação do trabalhador (p. 90)	SESI
	Os desafios da pós-graduação no século XXI sob a ótica da sua avaliação	Promover uma reflexão conceitual acerca dos novos desafios impostos ao sistema avaliativo da CAPES [...] que propiciem um avanço qualitativo das ações avaliativas no âmbito da pós-graduação [...] (p. 91).	MEC - CAPES

<p>Incremento às políticas de avaliação desenvolvidas pelo INEP, com foco na avaliação de resultados dos alunos do ensino médio, da EJA e do ensino superior</p>	<p>Melhorar os modelos de avaliação de desempenho por competências e habilidades por meio de aprimoramento de instrumentos, sistemas e metodologias utilizadas pelo INEP (p. 91)</p>	<p>MEC – INEP</p>
<p>Fortalecimento da capacidade institucional da SME de São José dos Campos</p>	<p>Formular e implementar processos metodológicos, instrumentais e operacionais de diagnóstico e avaliação de desempenho institucional e educacional [...] (p. 95).</p>	<p>SME - São José dos Campos</p>
<p>Incentivo ao Projeto de apoio ao programa Todos pela Educação - TOPA da SEE da Bahia</p>	<p>Elaborar e implementar [...] sistemática de acompanhamento da execução do TOPA [...] com abrangência de entrada e saída de resultados e capacitação do pessoal envolvido (p. 95)</p>	<p>SEE – BA</p>

Categoria	Projeto	Objetivo	Parceiros
GESTÃO - planejamento, estratégias, formação, assistência técnica	FUNDESCOLA: equidade e qualidade no ensino fundamental	Contribuir para a melhoria da qualidade das escolas de ensino fundamental no que se refere ao planejamento e gestão escolar, desenvolvimento e implantação de modelos pedagógicos e infra-estrutura, promovendo também o fortalecimento da capacidade institucional das Secretarias de Educação por meio de planejamento, processos e metodologias de gestão e organização [...] (p. 89)	MEC – FNDE
	Apoio à implementação do Plano de Metas Todos pela Educação - Fase II	Desenvolver ações de assistência técnica a estados e municípios, por meio de elaboração de Planos de Ações Articuladas (PAR) [...] (p. 91)	MEC – FNDE
	Novos modelos de gestão da educação superior: estudos sobre programas e ações em desenvolvimento e disseminação de seus resultados	Apoiar a implementação de novos processos para macro gestão da educação superior [...] (p. 92).	MEC – SESu
	Compromissos nacionais com o letramento	Preparação de materiais que contribuam para a formação de gestores e subsidiem a tomada de decisões de governantes e equipes técnico-pedagógicas [...] (p. 92).	Estados-membros da UNESCO / Gov. Brasileiro
	Fortalecimento de políticas por meio da capacitação de gestores educacionais	Fortalecer a capacidade de gestão das equipes técnicas envolvidas em diferentes níveis governamentais [...] (p. 94).	MEC
	Apoio à formação de servidores municipais para	Apoiar a SEPLAN - MT na qualificação e formação de funcionários públicos dos municípios que atuam na	SEPLAN – MT

	elaboração de projetos do MT	elaboração de projetos, gestão, aplicação e prestação de contas de recursos públicos da educação [...] (p. 94).	
	Educando para a liberdade nas prisões do MT	Apoiar a SEJUSP - MT no desenvolvimento de política educacional pública para jovens e adultos nas penitenciárias (p. 94).	SEJUSP – MT
	Fortalecimento da capacidade institucional da SEE nas áreas de gestão e planejamento estratégico	Formular e atualizar processos e instrumentos de gestão e planejamento, no âmbito da Secretaria de Educação [...] de Sergipe (p. 95).	SEE – SE
PUBLICIZAÇÃO - de resultados, divulgação de experiências exitosas, publicações, prêmios	Otimização das ações de comunicação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE	Aprofundar e dinamizar as interfaces do MEC com a sociedade brasileira, informando-a sobre os princípios políticos, fundamentos teóricos, métodos e programas que o MEC tem implementado [...] (p. 90).	MEC - Comunicação social
	Apoio à cooperação internacional no âmbito do PDE	Identificar e apoiar a transferência de experiências e tecnologias educacionais do exterior [...], bem como transferir para os países em desenvolvimento experiências exitosas do MEC [...] (p. 90).	MEC - Assessoria Internacional
	Criação de um centro de memória da educação brasileira	Definir e estruturar as bases conceituais, programáticas, técnicas e orçamentárias para a implementação de um centro de memória da educação brasileira (p. 91).	MEC
	Apoio à publicação e difusão de pesquisas e ações educacionais inovadoras na área da educação profissional e tecnológica	Melhorar a qualidade da educação profissional e tecnológica [...] por meio de uma difusão sistemática do trabalho pedagógico, científico e tecnológico [...] (p. 92).	MEC – SETEC

VI Conferência internacional da UNESCO em educação de adultos (CONFINTEA VI) e Encontro regional de educação em prisões (CIEP)	[...] CONFINTEA VI: preparar uma série de publicações destinadas a apoiar o governo brasileiro a promover a universalização da alfabetização e a servir como fontes de boas práticas [...] realizar encontros com <i>stakeholders</i> da EJA (p. 92).	MEC / MJ
Identificação, fortalecimento e difusão de boas práticas em todos os níveis	Elaborar publicação para disseminação da experiência do projeto Saúde e Prevenção nas escolas (p. 93).	MS / MEC / UNICEF / UNFPA
Produção de material de referência para implementação de programas de interação escola-família	Fortalecer a interação escola-família [...] (p. 93).	MEC
Valorização de docentes	Promover o debate público com o objetivo de construir propostas para uma ampla e gradual reforma do magistério [...] (p. 94)	MEC
Prêmio Escola de incentivo à prevenção à DST/AIDS e ao uso de drogas	Premiação de cartazes elaborados pelas escolas públicas de ensino fundamental e médio e EJA (p. 96)	UNICEF / UNFPA / UNODC / UNAIDS / MS, MEC
Prêmio nacional de referência em gestão escolar	Identificar e reconhecer, como referência nacional, estabelecimentos escolares que estejam desenvolvendo práticas eficazes de gestão (p. 96).	CONSED / UNDIME / Fund. Roberto Marinho
Selo Escola Solidária de 2009	Reconhecimento de ações realizadas pelas escolas junto à comunidade [...] (p. 96).	CONSED / UNDIME / Compromisso TPE
Prêmio MERCOSUL de ciência e tecnologia	Reconhecer e premiar os melhores trabalhos de estudantes, jovens universitários, jovens pesquisadores e equipes de pesquisa [...] (p. 100).	MERCOSUL / MCT / Petrobrás / CNPq / MBC

	Prêmio de tecnologia social	[...] identificação, seleção, certificação, promoção e fomento de tecnologias [...] sociais [...] (p. 100).	FBB / Petrobrás / KPMG Auditores independentes
	Concurso cientistas do amanhã	Reconhecer e premiar os melhores trabalhos de alunos do ensino fundamental [...] e do ensino médio [...] (p. 100).	IBECC / SBPC / CNPq / CenDoTec

Quadro 2 – Acordos entre Unesco e Brasil para a Educação. Fonte: Unesco (2009).

As relações que se estabelecem entre Estado, empresariado e organizações sem fins lucrativos, nacionais e/ou supranacionais como a Unesco, vão configurando uma rede atuante no processo de produção das políticas, denominadas **Redes de Políticas Públicas**. As RPP podem ser encaradas como uma nova forma de governança política, cujos recursos políticos são mobilizados para a formulação e implementação de programas dispersos entre atores públicos e privados (SCHNEIDER, 2005).

Segundo Kljin (1998), a análise das RPP centra-se nas **relações desenvolvidas entre organizações buscando estabelecer os padrões, baseados nos resultados obtidos pela interdependência entre as organizações**, para essas relações. Para o autor, o **entorno** de uma organização é formado por um **conjunto de organizações onde cada uma controla algum tipo de recurso** – capital, conhecimento, pessoal, e precisa interagir com outras adquirindo recursos necessários para alcance de objetivos pré-estabelecidos. Nesse sentido, o autor parte do pressuposto que nenhuma das organizações do conjunto é capaz de gerar todos os recursos necessários isoladamente resultando

numa dependência que cria redes de organizações interconectadas (KLJIN, 1998).

As RPP se caracterizam, então, pela interdependência de recursos estabelecida entre as organizações conectadas, pela diversidade de organizações que a compõem e pelas complexas relações que se estabelecem; concentram a totalidade das unidades que estão conectadas por certo tipo de relação limitando ou facilitando as ações das organizações (ZURBRIGGEN, 2006). As redes de políticas emergem num contexto em que relações entre organizações do “terceiro setor” e Estado são construídas sob a influência das prerrogativas do Pós-Consenso de Washington e da Terceira Via como demonstraremos a seguir.

2.1 Contextualizando a emergência das RPP

A imposição dos interesses econômicos do grande capital na determinação de estruturas e dinâmicas econômicas nacionais, nos anos de 1990, nos moldes do “Consenso de Washington”, requereu a intervenção do poder do Estado. O “Consenso de Washington”, expressão cunhada por John Williamson em 1990 para definir as recomendações de políticas econômicas cogitadas por instituições financeiras sediadas em Washington a serem aplicadas nos países da América Latina e Caribe, refere-se a um conjunto de políticas de reestruturação econômica e reforma de Estados que condicionaram a concessão de créditos e atribuição de credibilidade à adoção de medidas de reajuste fiscal e a

redução da intervenção do Estado em questões sociais (MONTAÑO, 2005; NEVES, 2005).

A mesma lógica tangenciou as políticas sociais, tendo como referência básica o mercado. No discurso neoliberal, políticas de proteção social tais como seguros acidente e desemprego, pensões e aposentadorias constrangeriam e desequilibrariam o mercado de trabalho porque esses benefícios seriam, de acordo com essa cartilha, indutores de acomodação e dependência de subsídios estatais. Esse protecionismo estatal contribuiria, na ótica neoliberal, para desagregação familiar e do pátrio poder na medida em que, a proteção oferecida ao trabalhador afastado do mercado de trabalho acabaria por alimentar a indolência e a permissividade social (AZEVEDO, 2004).

Entre a exaltação às forças do mercado, o conjunto de políticas de liberalização, desregulamentação, e a ressonância desses dispositivos sobre as políticas de proteção social, a educação ganhou centralidade como fator importante na redução das desigualdades, entendida como agente promotor de equidade (IPEA; CEPAL, 1995). Dito de outra forma, por meio da educação se haveria de conter os índices de miséria e a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para inserção no mercado de trabalho.

As reformas neoliberais resultaram em desemprego estrutural e precarização do trabalho produzindo novos

contingentes de excluídos; Kuenzer (2005) utilizou as categorias de “exclusão includente e inclusão excludente”, para explicar o resultado dos arranjos políticos de tal doutrina econômica. De acordo com a autora, a exclusão includente é uma das estratégias de superexploração do trabalho que exclui o trabalhador do mercado formal, reintegrando-o posteriormente com salários mais baixos e perda de direitos trabalhistas ou deixando-o à mercê da inclusão no mercado informal, ou à prática do voluntariado. O par dialético dessa estratégia, “inclusão excludente”, é evidenciado na qualificação dos sujeitos excluídos do mercado formal e incluídos em diversos níveis e modalidades da educação escolar onde supostamente melhorariam as condições de empregabilidade individual. Essas modalidades de ensino conferem “certificações vazias” e por isso “constituem-se em modalidades aparentes de inclusão que fornecerão à justificativa, pela incompetência, para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência” (KUENZER, 2005, p. 93).

O que percebemos é a gradativa substituição de políticas públicas, ações e programas de caráter universal por políticas localizadas/focalizadas de caráter emergencial e provisório (LOPES, 2008). Ao invés da construção de redes de proteção social expressando a ação do Estado na garantia de direitos sociais, retrocedeu-se numa concepção de bem-estar que pertence ao âmbito privado e que deve responsabilizar-se por essa

proteção numa rede de solidariedade que proteja os mais pobres (SOARES, 2005).

Diante do exposto, novas estratégias para redefinir relações entre o Estado e a sociedade, a partir das noções de colaboração, mobilização e parcerias, são postas em marcha. Sob o lema da “responsabilidade social”²¹, outras práticas políticas foram apresentadas consonantes a um movimento internacional: a Terceira Via (LIMA; MARTINS, 2005). Como demonstraremos nos itens seguintes, as propostas políticas da Terceira Via não divergem da cartilha neoliberal, mas incorpora, em seu discurso ideológico, um viés humanitário, distinguindo-se de sua matriz conservadora no tipo de intervenção do Estado sobre o mercado.

2.1.1 Pós-consenso de Washington e a Terceira Via

Críticas produzidas dentro do *establishment* capitalista ao conjunto de medidas que se conheceu como Consenso de Washington e conduzidas por personalidades de projeção internacional, dentre eles o ex-vice-presidente do Banco Mundial Joseph Stiglitz, sugerem a existência de um Pós-Consenso, uma

²¹ Para Lima e Martins (2005, p. 151) a “responsabilidade social” é uma ideologia – na acepção gramsciana, conjunto de idéias e concepções que, sistematizadas, impulsionam os homens a intervir na realidade – que superaria a noção de “filantropia empresarial” e seria indicativa de “novas acomodações políticas e novas movimentações qualitativamente superiores que penetram o campo das políticas de Estado e envolvem todas as frações de classe burguesa, reordenando as relações políticas mais amplas localizadas no interior da sociedade civil”.

“nova” agenda que comporte desenvolvimento econômico e equidade social com forte intervenção do Estado. De acordo com Diniz (2006, p. 3):

A crítica aos malefícios de uma postura passiva, a defesa de um enfoque mais independente das relações com o sistema internacional e o questionamento da concepção minimalista do Estado seriam, [...], posições assumidas publicamente pela alta tecnocracia das agências multilaterais, a partir de fins da década de [19]80, após a constatação dos fracassos das políticas rigidamente norteadas pelas recomendações do Consenso de Washington.

Para a autora, tal reposicionamento configurou-se como uma inflexão no debate internacional que teria chegado ao ápice com publicação de Joseph Stiglitz, em 2002, fomentando medidas para um Pós-Consenso de Washington nas quais, comparando casos distintos na condução de políticas de estabilização e reformas orientadas para o mercado nas décadas de 1980 e 1990, concluíra que soluções próprias e autonomia “estariam na raiz dos casos bem sucedidos [...] em contraste a aplicação acrítica das fórmulas consagradas pelas agências multilaterais frequentemente associadas a experiências desastrosas” (DINIZ, 2006, p. 4).

A expectativa que se segue e espraia entre as agências multilaterais, de acordo com Diniz (2006, p. 4) é que a presença de um Estado atuante e eficiente se tornaria mais favorável à

superação de dificuldades postas ao crescimento econômico dos países: “[...] o fortalecimento de economias de mercado num mundo globalizado não só não seria incompatível, como exigiria a presença de um Estado capaz e efetivo”.

Em conferência realizada em Helsinque, em janeiro do ano de 1995, intitulada “*Mais instrumentos e objetivos mais amplos: rumo ao Pós-Consenso de Washington*”, Stiglitz levantou uma série de questões às políticas do Consenso de Washington, procurando demonstrar como elas não responderam ao esperado desenvolvimento econômico dos países que as adotaram. Segundo o ex-vice-presidente do Banco Mundial:

O Consenso de Washington estabeleceu que para obter bons resultados seria preciso haver comércio liberalizado, estabilidade macroeconômica e sistemas capazes de fixar preços reais. Bastaria que o governo cuidasse dessas questões – essencialmente, bastaria que ele “saísse do meio”, deixando de intervir – para que logo os mercados privados passassem a gerar crescimento e alocações eficientes. Certamente essas questões são importantes para o funcionamento dos mercados. Afinal, é muito difícil os investidores tomarem boas decisões se a inflação está a 100% ao ano. Contudo, as políticas propostas pelo Consenso de Washington são bastante incompletas e, algumas vezes, equivocadas. Coisas importantes foram deixadas de lado: por exemplo, para que os mercados funcionem não basta inflação baixa, é preciso que haja regulação financeira confiável, políticas pró-competição, políticas para facilitar a

transferência de tecnologia e transparência nas informações. Ao mesmo tempo que temos avançado na compreensão dos instrumentos necessários para promover o bom funcionamento dos mercados, também temos ampliado as metas do desenvolvimento: o conceito já inclui outros objetivos, como desenvolvimento sustentável, igualitário e democrático. Hoje, um aspecto importante do desenvolvimento é a procura de estratégias complementares para caminhar simultaneamente no sentido desses objetivos. Na busca dessas políticas, porém, não devemos ignorar dilemas ou escolhas conflitivas, que são inevitáveis (STIGLITZ, 1995, p. 2).

Embora o autor aponte as limitações das políticas propostas no Consenso, particularmente no que tange ao funcionamento dos mercados, Stiglitz (1995) argumenta que o Estado deve cumprir um importante papel, não como promotor de bem estar social, mas como eficiente regulador e como agente complementar ao mercado atuando com vistas a promover o seu pleno funcionamento e corrigindo suas falhas. Em outras palavras, o Estado atuaria como um catalisador de ações no intuito de resolver o problema da insuficiente intervenção no setor social.

Trabalhando com índices econômicos como os da Coreia, Malásia e Tailândia nos quais a renda *per capita* representa pouco mais que um dólar/dia, Stiglitz (2007) enfatiza a necessidade dos países compreenderem quais políticas lhe são apropriadas e como

direcionar a assistência dos Estados aos mercados para a promoção do crescimento econômico e a redução da pobreza com a máxima eficiência. Nesse sentido, o economista aponta, em 2007, três fenômenos que estariam influenciando as atuais estratégias de desenvolvimento: o colapso das economias socialistas, o sucesso das economias do leste asiático e a globalização da economia mundial.

Podemos dizer que a agenda do “Pós-consenso de Washington” enfatiza a ação e intervenção do Estado sobre o mercado que embora não se subordine a ele, também não o faz subordinado: Estado e mercado tornar-se-iam “parceiros”. Ao Estado caberia a função de proporcionar ao mercado condições para que opere – incentivo à competitividade mediante regulação de taxas financeiras, abertura de novos espaços de investimento; e o mercado, por sua vez, responderia ao incentivo estatal com o crescimento econômico e a redução da pobreza.

É necessário considerar que a formação dessa nova agenda está inserida no contexto da crise global do capitalismo e que são incorporadas por organizações multilaterais que influenciam a definição das políticas dos estados nacionais. A ascendência de nações centrais do capitalismo sobre as periféricas se expressa por meio de relações coercitivas de poder, desde ameaças de retaliações até embargos econômicos e financeiros, alterando orientações de valores das elites nacionais e difundindo novas

idéias e ideais, especialmente sobre as funções do Estado (SIMIONATTO, 2004).

O conjunto de medidas sugeridas por Stiglitz compõe uma doutrina política mais ampla, a chamada Terceira Via, sistematizadas pelo sociólogo inglês Anthony Giddens.

Identificada por seus propositores como a “nova esquerda”, “nova socialdemocracia”, “novo trabalhismo”, “democracia social modernizadora ou atualizada” (GIDDENS, 2007, p. 20) a Terceira Via defende duas idéias fundamentais: “a existência de uma *nova era* (ou novo mundo) que tornou o materialismo histórico e o liberalismo perspectivas teóricas incapazes de ordenar as práticas sociais em sintonia com as mudanças ocorridas no mundo; e a existência de uma *nova cultura política* que se sobrepõe às relações de classe e às divisões tradicionais entre esquerda e direita” (NEVES, 2010, p. 105). Essas duas idéias têm como base, segundo Neves (2010), quatro teses que caracterizam o projeto político da Terceira Via, das quais destacamos duas: a constituição de uma “sociedade civil ativa”, também identificada como “terceiro setor” e o delineamento de um “novo Estado democrático” (NEVES, 2010).

Com o objetivo de caracterizar a difusão de tais idéias no Brasil, nos deteremos à discussão da Reforma do Estado brasileiro, sobre os auspícios na nova gestão pública, e na promoção do “terceiro setor” assemelhado por seus ideólogos, à sociedade civil.

2.1.2 Reforma gerencial do Estado e “terceiro setor”

Independentemente do título que receba, nova esquerda, nova socialdemocracia, novo trabalhismo ou democracia social modernizadora Giddens (2007) acredita que três conjuntos de reformas estruturais caracterizariam a Terceira Via: governo e Estado, mercado e sociedade civil (GIDDENS, 2007). Assim, um dos eixos de reforma da Terceira Via, está relacionado ao Estado afim de “descobrir um papel ativista para o governo, restaurando e renovando as instituições públicas” que teriam como meta “tornar o governo e as agências estatais transparentes, **voltados ao consumidor** e ágeis” com o propósito de resolver problemas como a apatia, a corrupção política e a credibilidade do Estado (GIDDENS, 2007, p. 23. Sem grifos no original). Isto exigiria, segundo o autor, governo e Estado capazes de incentivar e regular o mercado – Estado e mercado parceiros.

Consoante às idéias defendidas por Lima e Martins (2005), acreditamos que a composição dessa parceria entre Estado e mercado sejam funcionais à tentativa de recuperação do ciclo produtivo do capital e na definição de uma cultura burguesa “orientada para o social” (MARTINS, 2008; 2009); a primeira seria atendida pelo incentivo à eficiência e agilidade do mercado no atendimento de um amplo leque de ações envolvendo empresas e organizações sem fins lucrativos no atendimento das questões sociais e estabelecendo um novo nicho de mercado; a

segunda tentativa se destaca num modelo de homem co-responsável pelas questões sociais, no intento de promover o consenso ao redor dos ideais doutrinários da Terceira Via.

Na esteira do pensamento de Antony Giddens o economista Bresser-Pereira²² (2007) pleiteia para a Terceira Via, o lugar de “Nova Esquerda” na dinâmica política brasileira. Para o economista:

A Nova Esquerda é o resultado da grande mudança histórica, que ocorreu nas sociedades contemporâneas em meados dos anos [19]70, quando o centro político deslocou-se para a direita. Em anos recentes, o centro novamente começou a mover-se, agora para a esquerda, mas o mundo não está retornando aos anos [19]50: pelo contrário, está irrompendo num novo milênio no qual as mudanças serão ainda maiores. [...] Considerando-se apenas as democracias liberais avançadas, a direita foi a primeira a mudar, nos anos [19]70 e [19]80, rejeitando a tradição e o nacionalismo e partindo abertamente para uma abordagem libertária ou neoliberal. A esquerda também mudou nos anos [19]80 e [19]90, rejeitando a nacionalização e o planejamento, e afirmando o papel do Estado, no campo econômico, de complementar o mercado na coordenação do sistema econômico e defendendo a sua

²² Luiz Carlos Bresser-Pereira, economista brasileiro, é formado em Direito pela Universidade de São Paulo, é mestre em Administração de Empresas pela *Michigan State University*, doutor e livre docente em Economia pela Universidade de São Paulo; foi ministro do MARE, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, durante o primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998).

reconstrução e legitimação (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 498).

O autor define a nova esquerda como “moderna e **orientada para** a mudança tecnológica e **a eficiência**” e salienta que essa eficiência “[...] será alcançada sobretudo através dos mercados livres, não através de mercados não-controlados ou descontrolados” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 510). Com esse pressuposto o autor discorre sobre as ações da Nova Esquerda no exercício do poder estatal:

A Nova Esquerda, particularmente quando no governo, é **pragmática**, preocupada mais em fazer um trabalho superior ao dos conservadores do que em debater idéias abstratas. O desafio dos novos socialdemocratas é governar o capitalismo de modo mais **eficiente** e de forma mais justa do que os capitalistas. [...] deve **gerenciar** bem a economia, regular os mercados de forma competente, alcançar a estabilidade macroeconômica e o crescimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 515. Sem grifos no original).

Ao enaltecer a nova esquerda, Bresser-Pereira critica a tese de desregulamentação irrestrita do mercado e do tipo de participação do Estado, ignorando os significados políticos e econômicos de tais medidas como os problemas decorrentes das novas estratégias adotadas para manutenção do lucro, da mais-valia e exploração, entre outros. Com essa abordagem o ex-

ministro, “descontextualiza o neoliberalismo, esvazia seu significado político-econômico e o descaracteriza” como medida política cuja pretensão é reverter a crise estrutural do capital, ocultando, portanto, seu caráter reformista (LIMA; MARTINS, 2005, p. 45).

À luz das teses da Terceira Via, Bresser Pereira dirigiu, no Brasil, a implementação da reforma do Estado concebida conforme as proposições da nova gestão pública²³. De acordo com ex-ministro, a nova gestão pública foi técnica patente na segunda metade do século XX para “responder” à crise do Estado: descentralização, inovação e criatividade e contrato de gestão, para controle dos gestores públicos, foram importantes estratégias da nova gestão (BRESSER-PEREIRA, 2001).

²³ A nova gestão pública emergiu com vigor na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da América (EUA) por ocasião dos governos da primeira ministra Margareth Thatcher, 1979, e Ronald Reagan, 1980 (LIMA, 2007; BRESSER-PEREIRA, 2001). Na Grã-Bretanha o gerencialismo foi aplicado ao serviço público imediatamente após a posse da primeira ministra Thatcher; reformas semelhantes foram implementadas também na Nova Zelândia, na Austrália e na Suécia; nos EUA, a meta de reformar a administração pública federal foi estabelecida em 1992 durante o governo de Bill Clinton (BRESSER-PEREIRA, 2001).

Segundo Lima (2007) este modelo gerencial tem raízes sobre dois movimentos complementares: o gerencialismo (*managerialism*) e a nova economia institucional. O primeiro consiste na introdução de métodos de gestão, característicos do setor privado, nos serviços públicos: gestão dirigida por profissionais, definições de padrões para desempenho de tarefas, administração por resultados, racionalização de custos, atendimento voltado ao consumidor, etc. (LIMA, 2007). A economia institucional, por sua vez, caracteriza-se pela introdução de incentivos na provisão dos serviços públicos promovendo competitividade através da contratação de prestadores de serviços e ênfase no direito de escolha dos consumidores (LIMA, 2007).

As técnicas de gerenciamento, introduzidas simultaneamente aos programas de ajuste estrutural, apresentariam fases distintas, segundo Bresser-Pereira: o primeiro momento, “gerenciamento diluído”, constituir-se-ia de medidas para redução de gastos públicos e número de funcionários – curto prazo – e o segundo, estaria relacionado ao aumento da eficiência nos serviços mediante orientação gerencial – médio prazo (BRESSER-PEREIRA, 2001).

A idéia geral na administração pública gerencial era descentralizar e delegar autoridade. Entretanto, seria preciso especificar claramente em que setores o Estado operaria e as competências e modalidades da administração de cada um desses. De acordo com Bresser-Pereira (2001), os Estados modernos contariam com quatro setores: núcleo estratégico – centro no qual se definiriam leis e políticas; atividades exclusivas – aquelas que garantiriam o cumprimento e financiamento de leis e políticas; serviços não-exclusivos – educação, cultura, saúde e pesquisa científica e produção de bens; serviços para o mercado – empresas estatais (BRESSER-PEREIRA, 2001).

Sobre os serviços não-exclusivos, três possibilidades foram apontadas pelo economista podendo: ficar sob o controle do Estado, ser privatizados e receber financiamentos ou subsídios do Estado, mas controlados pela sociedade²⁴. Das três, a última foi

²⁴ Gentili, (1998, p. 75), analisando as diversas formas de privatização “no campo educacional”, relata que, de modo geral, “a privatização envolve uma

apontada por Bresser-Pereira (2001, p. 35) como a que melhor dialoga com a administração pública gerencial: “Se não têm, necessariamente, de ser propriedade do Estado ou propriedade privada, a alternativa é adotar-se o regime da **propriedade pública não-estatal**”. (Sem grifos no original). Como propriedade pública não-estatal Bresser-Pereira e Grau (1999, p. 2) entendem o:

[...] espaço da democracia participativa ou direta, ou seja, é relativo à participação cidadã nos assuntos públicos. [...] a expressão “público não-estatal” [...] define com maior precisão do que se trata: são organizações ou formas de controle “públicas” porque estão voltadas ao interesse geral; são “**não-estatais**” porque não fazem parte do aparato do Estado, seja **porque não utilizam servidores públicos** ou porque não coincidem com os agentes políticos tradicionais.

As principais instituições a serem reformadas eram as de domínio das atividades exclusivas, convertidas em agências autônomas, e as de atividades não-exclusivas, transformadas em Organizações Sociais. As agências autônomas ficariam plenamente integradas ao Estado e as Organizações Sociais

dinâmica onde se combinam três modalidades institucionais complementares: 1) fornecimento público com financiamento privado (privatização do financiamento); 2) fornecimento privado com financiamento público (privatização do fornecimento); 3) fornecimento privado com financiamento privado (privatização total)”. Tal análise contribui para inferir que “controlados pela sociedade civil” e “propriedade pública não-governamental” são eufemismos de privatização.

autorizadas a receber dotação orçamentária estatal; o contrato de gestão seria o instrumento de controle de ambas com a finalidade de prover recursos de pessoal, materiais e financeiros para as agências ou Organizações Sociais, definindo, quantitativa e qualitativamente, os indicadores de desempenho ou resultados a serem alcançados. Para Peroni e Adrião (2004, p. 15), o público não-estatal caracteriza-se²⁵ pela transformação de instâncias constitutivas da estrutura estatal em entidades juridicamente privadas: “As Organizações Sociais [...] expressam uma mudança das instituições estatais em instituições privadas”. O Estado continuaria responsável pelos direitos básicos, como saúde e educação, mas os executaria por meio de organizações “públicas não-estatais”, ou Organizações Sociais.

O setor público não-estatal pode ser compreendido pelo caráter econômico-instrumental que reduz o cidadão à condição de consumidor porque se lhe retiram requisitos de possibilidade de participação social no controle dos serviços e/ou por meio da

²⁵ A caracterização dada pelas autoras está relacionada à Lei n.º 9.790 de 23/03/1999 que qualifica pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como *Oscip*, e institui e disciplina o termo de parceria, objetivando vínculo cooperativo entre esta e Poder Público determinado na estrutura administrativa da própria Organização. Contudo, nossos estudos nos fazem crer que a dimensão do público não-estatal é mais ampla e não se constitui apenas de relações estabelecidas entre o Estado e as Organizações Sociais e/ou *Oscip*, mas também entre o Estado e demais organizações privadas sem fins lucrativos, relações consolidadas por meio de outros instrumentos que incluem contratos de gestão, termos de parceria, fomentos a programas e projetos oferecidos em editais, apoios institucionais, etc. Este conjunto de vínculos formais irão caracterizar a organização de redes políticas, como demonstraremos no capítulo quarto deste trabalho, sustentando a tese de que as políticas sociais são elaboradas em rede.

lógica do seu funcionamento – co-financiamento e execução conjunta estabelecida entre Estado, organizações sem fins lucrativos e empresariado – controlado por meio de contratos de gestão ou termos de parceria.

Para o campo educacional destacamos uma importante implicação do público não-estatal: a difusão da concepção de “educação-serviço” cuja gestão pauta-se nos resultados. Segundo Gandini e Riscal, (2002, p. 60), a constituição do setor público não-estatal permitiu a abertura de um nicho de mercado em função da gradual incorporação de agentes privados “privilegiados como interlocutores, para a determinação de quais seriam as demandas sociais e também como co-operadores no estabelecimento dos resultados esperados, estratégias de desempenho e financiamento educacional”. Esse quadro produz a situação na qual a ação estatal não estabelece as fronteiras e diferenças entre interesses coletivos e individuais, favorecendo a “privatização do público” (BOBBIO, 2010)²⁶.

Contribuindo para a concretização do regime de propriedade pública não-estatal, o “terceiro setor”, por meio de

²⁶ É necessário esclarecer que adotamos como concepção de público, aquela que “[...] se funda sobre a contraposição do interesse coletivo ao interesse individual e sobre a necessária subordinação, até à eventual supressão, do segundo pelo primeiro, bem como sobre a irredutibilidade do bem comum à soma dos bens individuais, [significando, portanto, o] aumento da intervenção estatal na regulação coativa [...] dos grupos infra-estatais, ou seja, o caminho inverso ao da emancipação da sociedade civil em relação ao Estado” (BOBBIO, 2010, p. 24-25). Neste sentido, a privatização do público, “representa a revanche dos interesses privados através da formação dos grandes grupos que se servem dos aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos” (BOBBIO, 2010, p. 27).

suas organizações privadas sem fins lucrativos, divide progressivamente com o Estado o atendimento dos serviços sociais, dentre eles a educação, participação resultante da influência dessas organizações na produção de políticas públicas. Os ideólogos do “terceiro setor” esforçam-se em identificá-lo como sociedade civil, como demonstraremos a seguir.

2.1.3 “Terceiro setor” e gestão social em redes

Advogando em causa da sociedade e da justiça social, Giddens (2007, p. 26) divulga a idéia de equidade de poder entre Estado, economia e sociedade como baluartes de “uma ordem democrática [...] uma economia de mercado eficaz [...] uma sociedade civil florescente”. Essa “sociedade civil florescente” deveria orientar-se “pelo empreendedorismo cívico”, objetivando um novo contrato social que se vincule à noção de responsabilidades individuais para promoção do bem comum.

Lima e Martins (2005) alertam que esse “novo contrato” significa um dos mais importantes princípios constitutivos do projeto político da Terceira Via: a reinvenção da sociedade civil. Segundo os autores:

Dentro da lógica em que as mudanças do mundo apresentar-se-iam como um dado estabelecido, irreversível e sem contradições, o argumento da reinvenção é apresentado como um imperativo ético e político de grandes magnitudes, pois antes

de tudo, significaria o reconhecimento de que o mundo de hoje não é controlado rigidamente pelo poder humano, mas sim por um conjunto de incertezas artificiais que vem gerando alterações significativas na política. Nos termos propostos, renovar ou recriar a sociedade civil significaria abrir espaço para a “restauração das solidariedades danificadas” e para a promoção da “coesão cívica” – ou coesão social – por intermédio da disseminação de posturas mais harmônicas, flexíveis, dialógicas e cooperativas que permitiriam enfrentar os desafios da chamada era das “incertezas artificiais” (LIMA; MARTINS, 2005, p. 52. Grifos no original).

Essa “renovada” sociedade civil se orienta pela busca da coesão social, tornando-se instrumento promoção da solidariedade entre classes sociais e estabelecendo laços entre grupos diversos até atingir o conjunto da sociedade (LIMA; MARTINS, 2005). Destarte, a “sociedade civil empreendedora” na perspectiva da Terceira Via, se tornaria num centro de ajuda mútua, de solidariedade, de colaboração entre classes fundamental e historicamente antagônicas. Partilhamos com Lima e Martins (2005) o entendimento de que, novas organizações, à luz dessa doutrina, visam tornar-se referência no fortalecimento e na dinamização das relações sociais, articulando solidariedade e responsabilidade com a promoção do bem comum.

Essas referências indicam que, no âmbito da teorização proposta, a sociedade civil

constitui-se em uma instância que possui materialidade, uma forma própria e portadora de um elevado grau de autonomia e independência do processo histórico. Seria um novo agente histórico por excelência, em lugar das classes sociais polarizadas. Atuaria nessa lógica, sem chão histórico, apenas em função da vontade (LIMA; MARTINS, 2005, p. 53).

Autores que utilizam o referencial teórico gramsciano para analisar o processo de produção e reprodução do capitalismo (MARTINS, 2008; 2009; NEVES; PRONKO, 2008; ACANDA, 2006; MAGRONE, 2006; SEMERARO, 2006; LIMA; MARTINS, 2005; NEVES, 2010; 2005; 2004; NOGUEIRA, 2003) salientam que é necessário compreender sociedade civil dentro do conceito de bloco histórico, como um momento de superestrutura no qual uma classe hegemônica faz valer sua dominação (repressiva ou cultural e educativa) medida pelo conjunto das múltiplas organizações sociais (de caráter cultural, educativo, religioso, político e econômico) que se compõem.

Acanda (2006, p. 174-182) adverte que o “conceito de sociedade civil é uma noção política, não um instrumento neutro [...], é também um instrumento de projeto [...]” para construir ou desconstruir espaços-guias de atividade e movimento de sujeitos sociais específicos. Por outro lado, a sociedade civil é também espaço de confrontação da diversidade que a constitui

socialmente, porque “faz parte do aparato de dominação, mas é também seu mais poderoso antagonista”.

No Brasil, os ideólogos da Terceira Via buscam converter a sociedade civil num espaço de redenção, aliviando pela caridade, o desconforto e os constrangimentos impingidos pelo capitalismo, reduzindo-a às concepções de “terceiro setor”; o conceito crítico, formulado por Gramsci, foi transformado em princípio positivo, uma utopia de solidariedade e justiça resultante da pragmática retórica reformista do capitalismo que metamorfoseia conceitos e termos visando obediência e resignação públicas (MORAES, 2003).

A reforma do Estado enfatizou a importância da propriedade pública não-estatal, ou organizações do “terceiro setor”, na execução dos serviços sociais garantidos pelo Estado:

O setor produtivo público não-estatal é também conhecido por “terceiro setor” [...] A expressão “terceiro setor” pode considerar-se também adequada na medida em que sugere uma terceira forma de propriedade entre a privada e a estatal, mas se limita ao não-estatal enquanto produção, não incluindo o não-estatal enquanto controle. (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999, p. 02)

Em análise crítica sobre o “terceiro setor” Montañó (2005) ressalta quatro debilidades conceituais teóricas. Primeiro, a sociedade civil produz historicamente suas instituições – particularmente Estado e mercado – portanto há primazia dessa

sobre as demais o que a colocaria na posição de primeiro setor ao invés de terceiro. Em segundo lugar não há acordo entre teóricos e pesquisadores sobre as entidades que efetivamente o integram – o *Greenpeace*²⁷, por exemplo, não almeja lucros e não é governamental, mas não é reconhecida como instituição do “terceiro setor”. A terceira debilidade está fundada sobre o não esclarecimento de um setor da sociedade, ao contrário, idealmente mescla diversos sujeitos com atividades similares, mas de interesses, espaços e significados sociais diversos, contrários e/ou contraditórios. Nessa divisão, o mercado seria tão inepto quanto o Estado para tratar de questões sociais, mas justamente o mercado responderia por tais questões se ou quando da ineficiência do Estado. Contraditoriamente, o Estado deve legislar fomentando o apoio financeiro ao mercado para a atuação do “terceiro setor”. Mais curioso ainda é que, as Organizações Sociais, por exemplo, são demandadas a partir do Estado, em outras palavras, a legislação que rege essas Organizações obedece à determinação de constituir órgãos colegiados com participação de representantes do Poder Público. Por fim, o conceito não caracteriza verdadeiramente a generalidade de caráter não-governamental, autogovernada e não lucrativa, ao contrário, as organizações privadas sem fins lucrativos, na prestação de um

²⁷ O *Greenpeace* é uma organização privada sem fins lucrativos, global, que atua para defender o meio ambiente e promover a paz. É mantido por doações privadas e está presente em mais de 40 países.

serviço social para o Estado, estabelecem com ele uma relação de interdependência, além de auferir lucros mediatos, expectativa gerada pelas práticas de investimento social privado²⁸. O conceito de procedência norte-americana, “terceiro setor”²⁹, é ideológico e difundido por intelectuais orgânicos do capital sinalizando estreito vínculo com interesses da burguesia (MONTAÑO, 2005).

O debate sobre o “terceiro setor” tornou-se funcional às necessidades de respostas às seqüelas da questão social, favorecendo, no interior das estratégias neoliberais, a reestruturação do Capital. Curiosamente dentre os sujeitos solidários e socialmente responsáveis identificam-se empresários e filantropos da classe dominante (MONTAÑO, 2005). A participação desses sujeitos na agenda política dos Estados direciona esforços para o atendimento dos chamados grupos mais vulneráveis – leia-se trabalhadores subempregados, desempregados, etc. – configurando, segundo Carvalho (1999) um *welfare* dualizado entre mercado e organizações da sociedade.

Para Carvalho (1999) o movimento de descentralização, flexibilização e fortalecimento da sociedade para compor pactos e condições de governabilidade e a disputa na definição da agenda política social resultante da articulação de Organizações Multilaterais, agências governamentais e do “terceiro setor”

²⁸ Essa discussão será aprofundada no quarto capítulo, subitem 4.3.1.

²⁹ O termo foi cunhado nos EUA por John D. Rockefeller III em 1978. No Brasil sua utilização está vinculada à Fundação Roberto Marinho. (MONTAÑO, 2005).

movendo-se em **redes mundializadas**, criaram elementos de tensão que dualizaram a gestão das políticas sociais entre as lógicas da tutela/compaixão e do direito – a primeira ancorada no valor social da solidariedade, que se pode transmutar em compaixão reinstaurando a cultura da tutela, negando ou desconsiderando a segunda, o direito, como fundamento da política social.

Como superação desse modelo, outras disposições para a gestão social foram apresentadas por Carvalho (1999): a ação local, como mais representativa e legítima no processo de implementação e realização de políticas públicas assertivas; a **gestão em rede**, admitindo que o fazer social ocorre no entrelaçamento de redes alimentadas por fluxos contínuos de informação e interação, **interconectando organizações governamentais e não-governamentais**, comunidades e serviços similares e complementares, favorecendo a intersetorialidade e exigindo a conjugação, convergência e integração das políticas e programas setoriais e; a flexibilização dos programas e serviços, favorecendo o envolvimento de comunidades solidárias, pequenas Organizações Não-Governamentais (ONG)³⁰ e

³⁰ O conceito de ONG - em inglês *NGO Non-Governmental Organization* – designa organizações que não foram estabelecidas por acordos governamentais, associadas com a criação da ONU no final da segunda guerra mundial. No Brasil, o conceito esteve relacionado ao universo de organizações criadas nos anos de 1970 e 1980 que apoiavam movimentos populares engajados na defesa por direitos políticos e sociais, sendo adotado principalmente por influência de agências internacionais de financiamento no intuito de reforçar o distanciamento

beneficiários de serviços, envolvimento esse expresso nas parcerias público-privado legitimadas por contratos de gestão e/ou termos de parceria.

As técnicas gerenciais incorporadas pelo Estado desde os anos de 1990 e as recomendações políticas respaldadas pelas teses da Terceira Via favoreceram a atuação de organizações privadas sem fins lucrativos nos espaços de intervenção social, e, particularmente na educação, cujas ações têm sido justificadas pelo apelo a educação de qualidade. A compreensão da sociedade cindida em setores, Estado, mercado e sociedade civil, favoreceu a difusão ideológica do “terceiro setor” composto de organizações sociais que teriam a capacidade de solucionar os problemas sociais atuando em redes colaborativas das quais participam, também, o Estado e o setor empresarial por meio de iniciativas de “responsabilidade social”.

No que se refere às práticas interventivas na educação brasileira, quando identificamos os sujeitos que tomam parte nos conselhos consultivos e/ou diretores de organizações sem fins lucrativos atuando nessa área e vinculados a redes como o Preal e

destas organizações dos governos não democráticos (FERREIRA; SILVA, 2008; FISCHER; FALCONER, 1998). Entretanto, para Fischer e Falconer (1998), esta “senha compartilhada”, ONG, é problemática para caracterizar organizações privadas sem fins lucrativos direcionadas à assistência social e/ou comunitária, originárias de agregação religiosa ou não, que não se constituíram de um esforço coletivo para opor-se ao Estado ou regime político e que buscam recursos financeiros em diferentes fontes, inclusive governamentais. Para fugir dessa armadilha conceitual, trabalharemos com o conceito administrativo legal organizações privadas sem fins lucrativos ao invés de ONG, exceto quando os autores referendados assim o fizerem.

TpE, verificamos tratar-se de uns poucos cidadãos: grandes empresários e/ou *socialites*, ex-integrantes dos altos escalões de governos e Organizações Multilaterais (SHIROMA, 2009; LOPES, 2008). Os **argumentos gerenciais** do “terceiro setor” **reforçam a idéia de constituição de redes ligadas à concepção administrativa de sistemas organizacionais** capazes de reunir indivíduos e instituições em torno de um objetivo comum, anunciando práticas organizadas consensualmente promovendo ajuda mútua, voluntariado, ações comunitárias, entre outras. Em defesa da atuação por meio de redes, os intelectuais vinculados ao “terceiro setor” enfatizam a necessidade de cooperação e de relações de confiança entre os sujeitos/organizações, elementos geradores de capital social (LOPES, 2008).

No que diz respeito ao Estado, o acento à necessidade de controle, de gestão por objetivos e dos incentivos à competição, conduziram ao modelo de regulação de políticas públicas, ou redes de governança, indicando uma noção de Estado cujo dever é, segundo Lima (2007, p. 167), assegurar a manutenção da tríade Estado/mercado/sociedade civil por meio de parcerias “atenuando a sua representação como centro decisor, para promover especialmente a idéia do Estado regulador, supervisor, mediador e avaliador”. As articulações estabelecidas entre os aparelhos estatais e organizações da sociedade civil, permitem a observação de que há acentuada intencionalidade do Estado brasileiro em promover pacto nacional em torno de um projeto de sociabilidade

com apelo à caridade, que se encerra ou restringe na irrealizável humanização do capitalismo (LOPES, 2008). Parafrazeando Neves (2004, p. 04), trata-se da “*submissão* consentida do conjunto da sociedade às idéias, ideais e práticas da classe que detém a hegemonia política e cultural no Brasil de hoje”.

Partindo do pressuposto que, no contexto da globalização, a formulação de políticas nacionais são influenciadas por metas e diretrizes definidas em âmbito internacional (SHIROMA, 2008), entendemos que as reformas educacionais implementadas nas últimas décadas no América Latina sofreram e sofrem influências de organizações multilaterais como a Unesco. Essa agência, que atua como instância de mediação e de difusão de modelos de atendimento à educação (CAMPOS, 2008; FULLGRAFF, 2007), e para legitimar políticas sociais focalizadas e fragmentadas (NEVES, 2010), se apóia em programas e projetos de organizações sociais sem fins lucrativos visando o alívio da pobreza e/ou a coesão social atuando em redes como demonstraremos nos capítulos seguintes.

2.2 As redes nas propostas para a educação na América Latina

Este capítulo tem por finalidade identificar nos documentos da Unesco as recomendações para constituição de redes que atuem no âmbito educacional. O objetivo se justifica no

reconhecimento de que o governo brasileiro é signatário de acordos transnacionais, como o Efa (UNESCO, 1990), a Declaração de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ONU, 2000) e a Declaração de Ottawa³¹ (UNESCO, 2003), entre outros, e, portanto, compromete-se com a aplicação e cumprimento de metas desdobradas em projetos regionalmente elaborados (CAMPOS, 2008), evidenciando o caráter de influência dessa Organização Multilateral na produção e implementação de políticas nacionais.

No âmbito mundial as ações da Unesco sobre a educação se destacam no Plano de Ação aprovado na Conferência Mundial do Efa. Na conferência realizada em Jomtien, Tailândia, no ano de 1990, a Unesco tomou para si a responsabilidade sobre a educação mundial: “[a Unesco] deverá conceder prioridade à

³¹ A Declaração de Ottawa foi assinada no Canadá, em Junho de 2003, durante a *Conference for the promotion of relations between Unesco and Parliamentarians*, uma iniciativa da União Inter Parlamentar (UIP), fórum cooperativo estabelecido em 1889 que tem como objetivo “contribuir para a paz e a segurança, para a cooperação entre povos e para o respeito universal da justiça” (UIP, 2010) [Disponível em <http://www.ipu.org/english/whatipu.htm>. Acesso em: 05/07/2010]. Na declaração supracitada os signatários comprometem-se em estabelecer uma rede institucional de ligações permanentes entre parlamentos nacionais e comissões nacionais para a Unesco, com a finalidade de estabelecer ligações entre os poderes legislativo e executivo e a sociedade para facilitar o “apoio” da Unesco à formulação de políticas nacionais (UNESCO, 2003). Assim, a representação da Unesco no Brasil e o Senador José Jorge (PFL-PE) lideraram um movimento no Congresso Nacional para criar o “Grupo de Parlamentares amigos da Unesco” para difundir os ideais da organização e influir na formulação de políticas nacionais de educação, ciência e cultura (UNESCO, 2010). [Disponível em: <http://www.unesco.org/pt/brasil/about-the-office/networks/parliamentarians/>. Acesso em: 05/07/2010].

implementação do Plano de Ação e fomento à provisão dos serviços necessários ao fortalecimento e cooperação e coordenação internacionais” (UNESCO, 1990, p. 36). Essa responsabilidade foi ratificada no Fórum Mundial de Educação realizado em Dakar, Senegal, no ano de 2000: “A Unesco continuará exercendo seu mandato na coordenação dos parceiros de Educação para Todos e a manter seu ímpeto de colaboração” (UNESCO, 2000, p. 9).

No âmbito regional a Unesco tem atuado com o propósito de apoiar os Estados membros da região latino-americana na definição de estratégias para o desenvolvimento de suas políticas educativas, desenvolvendo projetos com a anuência de Ministros da Educação dos países da América Latina como o “Projeto Principal de Educação para América Latina e Caribe” - Promedlac, elaborado por solicitação de ministros da Educação, do Planejamento e da Economia reunidos no México em 1979, projeto esse cujas metas vigoraram até o ano de 2000 (UNESCO, 1979). O Prelac, que tem como objetivo promover reformas nas políticas e práticas educativas visando à melhoria da qualidade educacional no período de 2002 a 2015, também encerra a expectativa de converter-se em um fórum técnico-político promotor de diálogo regional e de intercâmbio entre autoridades e sujeitos do sistema educativo. Tem em vista, principalmente, o cumprimento das metas do programa Efa acordado em Jomtien, e os acordos do Fórum Mundial de Educação para Todos, em

Dakar, (UNESCO, 2002). Esse projeto prevê a constituição de “redes sociais” como mecanismo para sua implementação, acompanhamento e avaliação.

Apresentamos a seguir, as principais recomendações para constituição de redes voltadas à educação nos documentos Prelac 2002 e 2007 e no encontro promovido pela Unesco e *United National Children's Fund* (Unicef) em 2005.

2.2.1 Prelac: redes sociais

Segundo a Unesco, a situação de empobrecimento, fragmentação e exclusão social na América Latina e Caribe exigiam políticas públicas orientadas à superação das causas geradoras de tais desigualdades e entre elas, políticas educacionais. O Promedlac, assinado com ministros de educação da região que vigorou no período de 1980 a 2000 com o objetivo de ampliar a cobertura dos sistemas educativos, reduzir o analfabetismo e introduzir reformas para melhorar a qualidade, contribuiria para a superação de tal situação. Em sua última reunião, no ano de 2001, os participantes declararam uma vez mais o direito de todos a uma educação de qualidade e solicitaram à Unesco, em conjunto com os países latino-americanos e Caribe, que preparassem novo projeto regional para dar cumprimento à meta de promover ações de desenvolvimento

de políticas públicas nos países no prazo de 15 anos (UNESCO, 2002).

O Prelac, assinado em Cuba no ano seguinte, 2002, entre UNESCO e ministros de educação dos países da região, tem como objetivo:

[...] promover cambios en las políticas educativas, a partir de la transformación de los paradigmas educativos vigentes para asegurar aprendizajes de calidad, tendientes al desarrollo humano³², para todos a lo largo de la vida. Las políticas educativas han de tener como prioridad hacer efectivos, para toda la población, los derechos a la educación y a la igualdad de oportunidades, eliminando barreras que limitan la plena participación y aprendizaje de las personas (UNESCO, 2002, p. 8. Sem grifos no original).

Com a prioridade estabelecida de promover mudanças que assegurem o acesso a toda população à educação básica em qualquer momento da vida e pretendendo em longo prazo a progressiva universalização da educação inicial e da educação média, integrando a educação de formação geral e a educação técnica e profissional, o Prelac definiu como princípios bases às mudanças educativas projetadas que atendam a necessidade de que a formulação, execução e avaliação das políticas

³² A Unesco utiliza a expressão “desenvolvimento” como *el proceso que aumenta la libertad efectiva de las personas para llevar a cabo aquello que valoran* (UNESCO, 2007, p. 17).

educacionais e que tenham como metas promover mudanças nos diferentes atores envolvidos e nas relações que se estabelecem entre eles (UNESCO, 2002).

O primeiro princípio norteador do projeto, *de los insumos y la estructura a las personas* (UNESCO, 2002, p. 9), é também justificativo para a estratégia de mudança baseada nas pessoas, que segundo a Unesco, significa desenvolver suas motivações e capacidades para que se comprometam com a mudança e se responsabilizem pelos resultados, o que significaria também, segundo a Unesco, estar atento às relações que se estabelecem entre elas.

O segundo princípio, “avanço à sociedade educadora”, está amparado no pressuposto de que as escolas precisam deixar de ser instituições isoladas, voltadas para si mesmas, e conectarem-se, não apenas ao seu entorno, mas ao mundo, através da participação em redes, o que possibilitaria às instituições educativas ações concretas que propiciem a aprendizagem necessárias para uma apropriação reflexiva e crítica das mensagens dos meio de comunicação (UNESCO, 2002).

O Prelac sustenta-se sobre cinco focos estratégicos, trazendo recomendações aos países da América Latina e Caribe para que concentrem esforços e recursos visando o êxito de sua finalidade e das metas estabelecidas no marco de ação de “Educação para Todos”: a) conteúdos e práticas da educação para construir sentidos individuais e coletivos; b) fortalecimento do

protagonismo docente nas mudanças educacionais para que respondam às necessidades de aprendizagem dos alunos; c) conversão das escolas em comunidades de aprendizagem e participação; d) gestão e flexibilização dos sistemas educativos para que ofereçam oportunidades de aprendizagem efetiva ao longo da vida³³ e e) responsabilidade social pela educação para gerar compromissos com o seu desenvolvimento e resultados (UNESCO, 2002).

O primeiro foco visa essencialmente atender aos “pilares da educação para o século XXI” definidos no Relatório Jacques Dellors da *Comisión Internacional sobre la educación para el siglo XXI*, (1996): aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conhecer e aprender a viver juntos, aos quais foi acrescido nesse projeto o quinto pilar, **“Aprender a emprender”**, *para el desarrollo de una actitud proactiva e innovadora, haciendo propuestas y tomando iniciativas* (UNESCO, 2002, p. 14. Grifos no original).

Tais proposições poderiam se concretizar por meio de: debates públicos e fóruns permanentes, com a participação de alunos, educadores, acadêmicos, políticos, famílias e diferentes organizações da sociedade civil, principalmente, docentes e

³³ Para Rodrigues (2008, p. 160) a noção de aprendizagem ao longo da vida, na perspectiva da Unesco, “[...] se constitui com um amálgama da concepção de educação [...], vinculada ao projeto histórico de organização de garantia de “paz na mente dos homens”, fundado fortemente na ideologia da “segurança coletiva”, de ordem, estabilidade e permanência do sistema capitalista” (Grifos no original).

meios de comunicação, difundindo idéias sobre educação para que sejam compartilhadas com a sociedade de modo a criar consciência e avançar a uma “sociedade educadora”; desenho de currículos abertos e flexíveis; revisão e mudança dos processos pedagógicos de modo que os docentes possam refletir sobre sua prática e transformá-la e incorporação de novas tecnologias e meios de comunicação, ferramentas de aprendizagem, **gestão do sistema educativo e das escolas**, com destaque ao uso do rádio e televisão que, se potencialmente utilizados, contribuiriam ao avanço para uma sociedade educadora (UNESCO, 2002).

O segundo foco destaca o protagonismo docente nas mudanças educacionais para que respondam às necessidades de aprendizagem dos alunos. Além das recomendações sobre a formação dos docentes e definição de suas competências, o Prelac parte do pressuposto que não é suficiente mudar as políticas para docentes sem mudar as políticas sobre o sistema educacional, tratando-os como manifestações recíprocas: *La transformación de las políticas públicas sobre la profesionalización docente supone por tanto, un cambio en las políticas de gestión, en los diseños curriculares, en la administración del sistema y en las políticas laborales y de seguridad social* (UNESCO, 2002, p. 16. Sem grifos no original).

O desenvolvimento desse foco se daria, de acordo com a Unesco, por meio da capacitação e formação docente, com ênfase à reflexão sobre suas práticas educativas; **incentivos a criação de**

redes internacionais, regionais e nacionais de escolas, alunos e docentes que utilizam a *internet* para compartilhar experiências e reflexões sobre suas práticas educativas; políticas de incentivos orientadas àqueles que obtêm bons resultados de aprendizagem; **criação de redes de apoio e centro de recursos, especialmente em contextos mais desfavorecidos** como espaço de formação³⁴, assessoramento e encontro entre docentes de várias escolas e fortalecimento da participação dos docentes na definição e execução das políticas educativas (UNESCO, 2002).

O foco terceiro trata da cultura das escolas e os caminhos a serem percorridos para que se convertam em comunidades de aprendizagem e participação:

*La práctica educativa está determinada por la cultura de la escuela, con la forma en que los docentes definen y asumen su rol y con las expectativas recíprocas de docentes, equipos directivos, familias y alumnos. Por tanto, **mejorar la calidad y equidad de la educación pasa necesariamente por transformar la cultura y funcionamiento de las escuelas y promover cambios desde las propias escuelas. Es necesario promover sistemáticamente, con acciones diversas, la transformación de la cultura escolar***

³⁴ A respeito de redes de formação docente ver especialmente os trabalhos de Evangelista (2009; 2008) sobre a Rede Kipus para reconversão docente e, também, Evangelista e Shiroma (2008) sobre as redes Preal e Kipus. Segundo Evangelista e Shiroma (2008) o Banco Mundial também vem fomentando a organização de redes. De acordo com as autoras, a organização publicou em 2005 o documento *Education Sector Strategy Update*, por meio do qual explicita o papel das redes, qual seja o de produção do consenso e disseminação de idéias.

*para construir un conjunto de relaciones signadas por la vivencia cotidiana de los valores democráticos, entendiendo que sólo su práctica **puede formar ciudadanos competentes, activos y comprometidos** (UNESCO, 2002, p. 18. Sem grifos no original).*

O Prelac prevê a constituição de um marco organizativo que promova autonomia pedagógica e administrativa das escolas e facilite a colaboração da comunidade nesses processos, propiciando clima institucional harmônico, fortalecimento de participação dos alunos nas tomadas de decisão como elementos de aprendizagem para cidadania e autonomia, trabalho colaborativo entre docentes, familiares, alunos e comunidade próxima a escola, responsabilidade pelos resultados baseada na aprendizagem dos alunos e desenvolvimento da própria escola e *apertura de las escuelas a la comunidad [...]. **Se requiere pasar de una escuela encerrada en sus muros a una escuela conectada con su entorno más cercano, creando redes entre escuelas y conectándose con el mundo global a través de las tecnologías de la información y la comunicación** (UNESCO, 2002, p. 20).*

O quarto foco preconiza a discussão sobre o modelo de gestão a ser adotado pelas escolas, avançando para mudanças na gestão do sistema educativo e asseverando a necessidade de facilitar processos de troca entre instituições educativas, docentes protagonistas e comunidade educativa, enfatiza a descentralização nas tomadas de decisões (UNESCO, 2002). O

Prelac prevê, para sua concretização, progressiva reestruturação dos processos formais de educação superando a distinção entre “educação formal e não-formal” e a flexibilização dos procedimentos de avaliação e certificação; uso fundamental do rádio e da televisão como meios de chegar massivamente à população; articulação efetiva entre educação e trabalho; recursos para fixar o professor na escola; desenvolver sistemas integrais de informação que contemplem indicadores e estatísticas educativas, inovações e resultados dos processos de investigação e avaliação, oferecendo estímulos à investigação e colaboração entre universidades e centros de pesquisa e instituições educativas para a melhoria da gestão escolar e das práticas educativas e

*Mayor participación de actores e instancias y creación de redes. [...] incide institucionalización de redes, las cuáles suponen una **organización** muy diferente a la de los sistemas educativos actuales ya que implican una estructura abierta, una gran autonomía, jerarquías no lineales, múltiples conexiones y vías y con límites cambiantes. Esto supone un gran desafío para la reordenación de los sistemas educativos* (UNESCO, 2002, p. 22. Sem grifos no original).

O quinto e último foco enfatiza a responsabilidade social pela educação de maneira a gerar compromissos com seu desenvolvimento e resultados; a Unesco parte do pressuposto de que as políticas educacionais devem orientar-se a que a responsabilidade da educação nacional seja partilhada entre

sistemas educativos e comunidades (UNESCO, 2002). No Prelac, esse foco se desenvolveria por meio da promoção de cultura de avaliação e de compromissos com os resultados; atenção às famílias para que participem na formação dos filhos; qualificação da demanda da sociedade para exigir maior compromisso dos responsáveis e melhorar resultados da educação; desenho de estratégias que possibilitem diversificar a captação de recursos para a educação e debate sobre a participação e investimento do setor privado; focalização de recursos/gastos públicos nas regiões e centros educativos de maior pobreza ou vulnerabilidade e

[...] mayor vinculación de las empresas con los centros educativos, principalmente con la rama técnica profesional de la enseñanza media, a través de intercambios, pasantías, visitas y debates entre otros. También las empresas deben dialogar con las instituciones educativas para explicar sus demandas respecto al tipo de profesionales y trabajadores que ellas requieren (UNESCO, 2002, p. 24).

O quinto foco do Prelac recebeu especial atenção no encontro regional Unesco-Unicef intitulado *La educación como bien público y estratégico* (OREALC/UNESCO, 2005). Nesse encontro as agências anfitriãs convocaram empresas de comunicação e organizações privadas sem fins lucrativos para que dividissem com o Estado e a sociedade a responsabilidade por uma educação pública de qualidade, como demonstraremos no item seguinte.

É importante, antes de prosseguirmos, reter as recomendações sobre mudanças nas políticas educacionais, formulação, execução e avaliação, de modo que elas tenham como foco estimular, o sistema educacional e as unidades escolares, o desenvolvimento de uma cultura gerencial com ênfase nos resultados e a participação em redes para a difusão de práticas exitosas. Como demonstraremos nos capítulos seguintes, essas recomendações vão compor as diretrizes de programas/projetos, de intervenção na área da educação, de organizações privadas sem fins lucrativos e do Ministério da Educação.

2.2.2 Educação como bem público e estratégico: questão de responsabilidade social

Com o mote *La educación como bien público y estratégico* a Orealc – *Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe*, vinculada à Unesco, organizou em Cartagena, Bolívia, de 31 de agosto a 2 de setembro de 2005, encontro com o três “grandes setores” da sociedade civil, Estado, empresas e organizações privadas sem fins lucrativos a fim de discutir estratégias para fazer da educação um bem público e estratégico.

O conceito “público” refere-se, segundo a Unesco, ao bem ou serviço que convém a todos, e não apenas àquele oferecido pelo Estado. Nesse sentido a educação é um bem público quando

todos os membros de uma sociedade a recebem no mesmo padrão de qualidade, independentemente se oferecida por uma instituição estatal ou privada. O conceito “estratégico”, por sua vez, está vinculado à gestão uma vez que a existência de um serviço educativo bem implementado em nível infra-estrutural, material, incentivos, estímulos e compensação aos profissionais envolvidos supõe a compreensão do ato educativo como um processo de alta complexidade acadêmica, social e política e que por isso requer diretores formados em gestão de sistemas complexos (OREALC/UNESCO, 2005).

Participaram do referido encontro jornalistas, colonistas, formadores de opinião, assessores de imprensa dos ministérios de educação, pesquisadores e representantes de fóruns sociais e observatórios, agências, fundações e empresários “comprometidos com a educação”³⁵ (OREALC/UNESCO, 2005).

Os objetivos específicos do encontro foram: alcançar uma compreensão compartilhada entre os participantes sobre o que seria a educação como bem público e estratégico; fomentar confiança e produzir acordos entre os participantes – base de uma comunidade de aprendizagem; acertar acordos para intercâmbios, alianças ou articulações de capacidades entre pessoas, programas

³⁵ Da Colômbia, Fundação Empresários pela educação, Fundação Manuel Fejía, El Tiempo (jornal eletrônico); da Argentina, Fundação Arcor e Fundação Tucumán; do Brasil, Rede Andi, Federação das indústrias de Minas Gerais e Associação de empresários – voluntariado educativo; da Venezuela, Canal educativo Grupo Cisneros e Fundação Cisneros “*Maestros por la educación*”; do Peru, Fórum Educativo.

ou serviços de informação e comunicação; construir estratégias de articulação e apoio mútuo entre as pessoas e instituições participantes e acordar agendas de trabalho coordenado para difundir os resultados do evento em cada país participante (OREALC/UNESCO, 2005).

A súmula do documento informa haver consenso internacional de apoio ao Efa apontando como organizações associadas e comprometidas com seus objetivos o Banco Mundial, o BID, a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos) e a OEA (Organização dos Estados Americanos).

O encontro foi justificado pela Orealc como uma possibilidade de somar contribuições dos meios de comunicação e empresários, por meio de ações de responsabilidade social, para o cumprimento dos Objetivos do Milênio e do Efa e definiu como propósitos gerais do encontro:

*1) Sistematizar e intercambiar criterios, modelos y estrategias de información y comunicación para **la creación de convergencia de intereses** respecto a las políticas públicas que propicien calidad, equidad en educación como bien público y estratégico.*

*2) Analizar el papel de la sociedad civil, en **alianza** con otros actores, para instalar en la opinión de cada país y de la región la comprensión de la educación como bien público y estratégico.*

3) **Articular redes** para la difusión, análisis y debate de compromisos asumidos en reuniones de ministros y cumbres de presidentes, para fortalecer una comprensión latinoamericana de la educación como bien público y estratégico (OREALC/UNESCO, 2005, p. 4).

A Orealc salienta, também, o papel da comunicação e dos comunicadores, qual seja contribuir para criar novas representações e imaginários para o avanço e a transformação da coletividade:

La educación como bien público y estratégico requiere de múltiples procesos comunicativos que redefinan y redimensionen el rol del educador, el significado de la escuela, la importancia del aula como ambiente de aprendizaje, el currículo como un bien colectivo, los consejos escolares... y, en general, lo costosa que es para una sociedad la ignorancia o una mala educación. [...] la escuela [...] es un lugar para aprender, para el encuentro generacional de las diferentes clases sociales, para cooperar y ser felices [...] La educación como bien público y estratégico requiere que toda sociedad mire hacia las aulas y decida hacer de ellas ambientes ricos en estímulos y recursos, para que el profesor pueda ser exitoso en su responsabilidad profesional [...] América Latina requiere crear una nueva imagen del educador, para que los jóvenes más competentes decidan dedicarse a esta profesión. (OREALC/UNESCO, 2005, p. 8. Sem grifos no original).

Nessa linha de exposição, a Orealc argumenta que uma educação pública de alta qualidade poderia ser um fator favorável de integração social e cultural porque os espaços educativos, ao serem valorizados e apreciados por todos, se converteriam em lugares de encontro dos diferentes estratos sociais e da diversidade cultural; a aceitação da existência de uma menor qualidade para os setores pobres contribuiria para a segmentação social. (OREALC/UNESCO, 2005).

A Orealc registrou as seguintes propostas para o encontro em Cartagena, 2005, respaldadas nos pressupostos acima:

*Cada uno de nuestros países – y la región – requieren crear con urgencia una **visión estratégica (que supone un servicio bien implementado y gestionado)** para responder colectivamente a los grandes desafíos que tenemos, como naciones y como comunidad regional:*

- *Fundamentar una gobernabilidad democrática.*
- *Fortalecer la productividad y la creación equitativa de riqueza para una adecuada inserción internacional.*
- *Fortalecer una ciudadanía y autonomía fundadas en la autoestima y la autorregulación.*
- *Integrar la región en todos los niveles.*
- ***Crear, desarrollar y fortalecer las organizaciones sociales** para alcanzar un tejido social sólido, que aumente la participación, la identidad y la pertenencia.*

*Esta visión estratégica, requiere ser formada entre **los políticos, los decisores,***

los administradores del Estado, las élites, los educadores, los padres de familia y las iglesias (OREALC/UNESCO, 2005, p. 7. Sem grifos no original).

Apresentamos, no quadro 3, uma síntese dos problemas e recomendações presentes no documento *La educación como bien público y estratégico* (OREALC/UNESCO, 2005).

PROBLEMA	RECOMENÇÃO
<p>Muchas de las dificultades en la información preceden de imaginarios sociales erróneos o muy limitados que los medios de comunicación reproducen impidiendo que se hagan cambios más audaces en los programas educativos (p. 14).</p>	<p>A manera de ejemplos. Propiciar encuentro de actores diversos con los medios: reuniones con empresarios, expertos, jóvenes, padres de familia, intelectuales, científicos. Procesos de movilización social con amplia difusión (p. 15).</p>
<p>[...] involucramiento de las familias en la tarea educativa [...] constitución de consejos de padres o consejos escolares. Es fundamental que la comunidad participe en las decisiones de la escuela [...]. Esto genera un control social y la colaboración para el cumplimiento de las metas propuestas (p. 16).</p>	<p>Involucrar toda sociedad en la educación, de manera participativa y protagónica. Promover diálogos a nivel local (p. 17).</p>
<p>Ante el permanente deterioro y debilidad del Estado-Nación y frente a una sociedad civil históricamente débil, ecuación que impacta en la gobernabilidad y en el deterioro de las relaciones de convivencia [...] (p. 22).</p>	<p>[...] La América Latina tiene que emprender en una acción simultánea de recuperación de un nuevo estado fuerte y en el fortalecimiento de la sociedad a través de la ampliación de la participación ciudadana (p. 22).</p>
<p>Reconocimiento parcial que lo educativo va más allá de la escuela [...] La familia e los medios de comunicación tienen buena parte de la responsabilidad de este hecho (p. 23. Grifos no original).</p>	<p>Construcción y sostenimiento de políticas públicas en educación con participación ciudadana [...] En su construcción debe integrarse activamente a la sociedad organizada. La participación y movilización de la ciudadanía es clave en este proceso (p. 23. Grifos no original).</p>
<p>El territorio político de la educación se ha movido dentro la lógica Ministerio de Educación – Sindicato, lo que ha generado un bloqueo al sector expresado con más nitidez en los conflictos docentes (p. 23).</p>	<p>i. Generación de alianzas y redes a todo nivel: todos por la educación; ii. Promover amplias acciones de movilización y organización social por la educación; iv. [...] vigilancia ciudadana a las políticas públicas tanto al gobierno central, cuanto a los locales (p. 23).</p>
<p>La percepción de la gente sobre la educación se reduce al problema de la escuela y la familia desconoce su responsabilidad frente a ella. No se reconoce claramente el papel de los medios (p. 27).</p>	<p>Desarrollar alianzas y redes en todos los niveles procurando involucrar actores que usualmente no se interesan por temas educativos (p. 28).</p>

Quadro 3: Problemas e recomendações para a educação na perspectiva da Unesco. Elaboração própria.

Com relação a essas recomendações, lembramos que, no ano seguinte, 2006, a Bahia sediou a Conferência *Ações de Responsabilidade Social em Educação: melhores práticas na América Latina* promovida pela Fundação Lemann, Jacobs e Grupo Gerdau. Desse encontro, que reuniu ministros da educação, líderes empresariais, jornalistas, proprietários de conglomerados de mídias e pesquisadores da América Latina, destacam-se os seguintes compromissos firmados:

País	Compromisso	Metas
Brasil	Todos pela Educação	1 - Todas as crianças e jovens (dos 4 aos 17 anos) na escola 2 - Todas as crianças e jovens concluindo os ciclos 3 - Todas as crianças sabendo ler e escrever 4 - Todos os alunos aprendendo 5 - Garantia de recursos para a educação
Argentina, Uruguai e Chile	Equidade na qualidade	1 - Projetos - ações pontuais 2 - Tornar mais efetivos os esforços privados 3 - Influenciar políticas públicas através da mídia e organizações sindicais
Bolívia, Paraguai e Equador	Compromisso com a educação	1 - Envolver o setor privado em ações públicas
Colômbia	Empresários pela educação	1 - Aumentar o número de empresários comprometidos com a educação 2 - Melhorar relacionamento entre governo e empresários 3 - Fortalecer trabalho regional com empresários e governos locais 4 - Estabelecer metas mais ambiciosas em ciência e tecnologia

		5 - Assessorar ações educativas utilizando avaliações sistemáticas
América Central	Mais e melhor educação	1 - Tornar a educação obrigatória a partir dos três anos 2 - Aumentar horário escolar 3 - Promover revisão da legislação educacional de cada um dos países 4 - Implementar canal de TV educativa 5 - Investir em: educação, docentes, conteúdo, metodologia, uso de tecnologias, gestão da educação e equipamentos 6 - Estimular liderança estudantil 7 - Criar conselho consultivo para apoiar ministério da educação
México, Venezuela e Peru	Mudanças de paradigmas educativos	1 - Desmistificar a gratuidade da educação superior 2 - Criar redes de cooperação entre empresas e organizações internacionais 3 - Fomentar participação de empresários no equilíbrio da oferta e da demanda

Quadro 4: Compromissos com a educação. Fonte: Jacobs Foundation; Fundação Lemann; Instituto Gerdau (2006).

Cumpramos ressaltar que o encontro de Cartagena, 2005, influenciou a iniciativa Compromisso TpE apoiado pela rede Gife que tem difundido a idéia da prática de ISP como uma “especialização da responsabilidade social”. De acordo com o *website* da instituição: “O investimento social privado [...] se dá quando a empresa decide profissionalizar ou institucionalizar sua ação social com a comunidade, ou seja, quando ela destina recursos privados para fins públicos” (GIFE, 2009); *know-how* de gestão, planejamento, cumprimento de metas, avaliação de resultados são alguns dos recursos privados repassados para os projetos sociais de interesse público. A atuação político-

institucional do Gife baseia-se na operação em redes, sistematizando e divulgando trabalhos sociais e, estimulando e facilitando parcerias; são justificadas pela potencial contribuição ao fortalecimento da sociedade civil e pela construção, qualificação e sustentabilidade das políticas públicas sociais (GIFE, 2009).

Esse tipo de atuação é reiterado pela Unesco, em 2007 na reunião sobre *Educación de calidad para todos: un asunto de derechos humanos*, e referida como característica da dimensão de direito da educação; a consistência, transparência, prestação de contas da gestão são, segundo a Unesco, um “compromisso irrestrito com o direito à educação” (UNESCO, 2007).

2.2.3 A organização de redes na educação

A segunda reunião do Prelac, *Educación de calidad para todos: un asunto de derechos humanos*, foi realizada em março de 2007, em Buenos Aires, Argentina, com tema central balizado por discussões sobre educação – bem público e estratégico – de qualidade para todos e assunto de direitos humanos. A súmula do documento informa que, apesar dos esforços envidados pelos países da região de levar a cabo a expansão da obrigatoriedade da educação, o desenho de novos currículos e a melhoria da formação dos docentes se faz necessário, ainda, redobrar os

esforços para lograr êxito no cumprimento das metas do Efa (UNESCO, 2007). Assim:

*Las personas y colectivos más vulnerables se encuentran en una situación de desigualdad en lo que se refiere al acceso, a la continuidad de estudios y a los logros de aprendizaje. Esto muestra **la necesidad de mejorar los diseños de las políticas públicas** y desarrollar acciones específicas para lograr una educación de calidad para todos. La región tiene que dar un salto desde la igualdad de oportunidades en el acceso, a la igualdad de oportunidades en la calidad de la oferta educativa y los resultados de aprendizaje (UNESCO, 2007, p. 5. Grifos no original).*

O documento está dividido em cinco capítulos. O primeiro apresenta uma visão panorâmica do contexto da região com as principais mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais produzidas a partir do ano de 2000, destacando as finalidades da educação: canal de mobilidade social, inclusão social e integração cultural e maior coesão social e a prevenção da corrupção e da violência (UNESCO, 2007).

O segundo capítulo do documento descreve os atributos que a educação de qualidade para todos deve reunir: o respeito aos direitos, equidade e pertinência acrescidos de relevância, assim como dos de caráter operativo: eficiência e eficácia (UNESCO, 2007). Como estratégia para concretizar tais atributos, a Unesco recomenda a participação de pais, alunos e

professores, para que sejam protagonistas e responsáveis por sua própria ação educativa, assim como também para que haja uma maior transparência no controle direto sobre as decisões e resultados das diferentes ações implementadas (UNESCO, 2007).

Nos capítulos seguintes, terceiro e quarto, são abordados os temas denominados “críticos” para uma educação de qualidade para todos: os docentes e o financiamento. As questões sobre os docentes envolvem: alinhamentos e propostas para refletir sobre as demandas ao trabalho dos professores, as competências e condições necessárias para atender a essas demandas, os fatores sobre os quais se deveriam priorizar atenção para assegurar efetividade e motivação dos professores e a aprendizagem dos alunos e as principais características que deveriam ter tais políticas (UNESCO, 2007).

A Unesco reforça que o profissionalismo coletivo e a conformação de redes de escolas e professores se destacam entre as melhores estratégias para responder aos múltiplos desafios da profissão, pois, a estruturação não hierarquizada das **redes fortaleceriam o profissionalismo de docentes e diretores**, comprometendo-os a trabalhar em sua própria aprendizagem e elevando a moral, a auto-estima e a responsabilidade por seu trabalho (UNESCO, 2007).

As redes são apontadas também como alternativas para resolver questões relativas à fixação de docentes em determinadas escolas. Segundo a Unesco, o estabelecimento de mecanismos de

incentivo e redes de apoios favoreceriam a identificação das melhores práticas educativas e dos melhores professores para atuarem em escolas como maiores necessidades (UNESCO, 2007).

O financiamento público da educação é um assunto complexo que compreende uma diversidade de considerações e aspectos. Por essa razão, no capítulo quarto a Unesco relacionou os aspectos de disponibilidade de recursos, eficiência no uso de recursos públicos, dotação e redistribuição e relação entre estruturas ou esquemas de gestão e financiamento, no intuito específico da promoção da educação de qualidade para todos (UNESCO, 2007).

Sobre a disponibilidade de recursos de origem privada o documento aponta as ações de “responsabilidade social empresarial” como alternativa viável, ressaltando a qualidade como valor que o setor poderia agregar à educação e justificando-a como práticas que beneficiam a saúde cívica e coesão social. A eficiência no uso dos recursos públicos se caracterizaria pela consistência, transparência, prestação de contas da gestão e compromisso irrestrito com o direito à educação (UNESCO, 2007).

Por último, a Unesco fez as seguintes considerações:

*(i) Se requiere, en primer lugar, que las políticas educativas sean **políticas de Estado socialmente concertadas a partir de la puesta en marcha de procesos efectivos de participación** [...] (ii) las*

políticas deben ser integrales e integradas [e] (iii) con un enfoque de derechos que consistentemente interpele a cerca de la relación entre cada política y el derecho de todas las personas a una educación de calidad (UNESCO, 2007, p. 83. Grifos no original).

Com essas considerações, a Unesco elaborou onze recomendações para políticas educacionais a serem implementadas em médio e longo prazo de modo que seja possível cumprir com os objetivos de educação de qualidade para todos e os cinco focos estratégicos do Prelac, envolvendo transformações nos diferentes níveis do sistema de ensino, especialmente as instituições educativas, e devem compor políticas de Estado acordadas com a sociedade e com o enfoque de direitos (UNESCO, 2007). Destacamos as que se referem às redes, a saber:

- Tecer pacto nacional pela educação que permita incrementar recursos públicos assim como impulsionar as transformações necessárias nos aspectos normativos e regulatórios do setor (UNESCO, 2007, p. 95);
- *Apertura de las escuelas e la comunidad y trabajo en red [...] las escuelas han de participar en las actividades que se desarrollen en el entorno y en la toma de decisiones que afectan a la comunidad, formando redes entre escuelas para intercambiar experiencias y generar conocimientos sobre la práctica educativa. La relación con la comunidad es esencial*

para aprovechar al máximo todos los recursos de la localidad” (UNESCO, 2007, p. 103. Grifos no original).

Em síntese, destacamos que as principais redefinições previstas pela Unesco para a escola do século XXI na América Latina são: o envolvimento de comunidades nas práticas escolares, valorizando o saber local e extraindo do cotidiano as **melhores práticas** de aprendizagem a serem **difundidas em redes**; **a escola, aberta à comunidade** determinada pelo pressuposto de práticas integrativas/interativas, converter-se-ia em “espaço de aprendizagem” para o conjunto de sujeitos que dela participassem ou nela atuassem, uma “comunidade de aprendizagem”. Ademais, uma vez organizada dessa forma, **trabalharia em rede**, tornando públicas as melhores práticas a fim de que outras escolas/comunidades delas pudessem partilhar ou nelas pudessem se espelhar.

A função das redes, para Unesco, compreende envolver a sociedade nas reformas pretendidas, universalizando a responsabilidade pela educação. Nesse sentido, as redes são apresentadas como facilitadoras da ação coletiva, da participação política, e de parcerias entre o público e o privado para responder às questões sociais; elas fomentariam a criação de fontes alternativas para aumentar o “investimento social” em educação, objeto de “responsabilidade social”.

Consoante as recomendações da Unesco, o Mec implementou, em 2008, o PMSE no intuito de sensibilizar e envolver a sociedade nas questões educacionais.

2.3 Mec e o plano de mobilização social pela educação

O Plano de Mobilização Social pela Educação, implementado em 2008, é identificado pelo Mec como complementar ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) cujo conjunto de ações visa particularmente a escola. Nesse sentido, o PMSE é dirigido às famílias e comunidades, com pressupostos assentados nos “direitos humanos, cidadania, ética, solidariedade, inclusão e tolerância” definindo a educação como um “**direito** de todos os brasileiros, e de cada um, a aprender [e] um **direito** e um **dever** das famílias” (BRASIL, 2008a, p. 1. Grifos no original).

Com os pressupostos de direito e dever, o Mec busca, por meio do PMSE, dirigir e educar as relações estabelecidas entre famílias, escolas e comunidades, com as seguintes bases: 1) as famílias têm “o **direito** de reivindicar que a escola dê uma educação de qualidade para todos” e “o dever de cobrar providências, medidas e ações” para esse fim, e ainda, o compromisso de criar “disciplina e rotina de estudos” e “de se aproximar da escola”; 2) às escolas “**devem** aceitar e incentivar” a aproximação das famílias; 3) cabe às comunidades identificar,

incentivar/formar, lideranças locais capazes de realizar o PMSE (BRASIL, 2008a, p. 1. Grifos no original).

[...] o Plano de Mobilização é uma orientação e um incentivo às lideranças sociais para a realização de ações pautadas pelo **Diálogo com os públicos de interesse sobre a importância da educação**. Por meio desta iniciativa deve ser despertada a consciência das pessoas sobre o compromisso social na afirmação do direito de todos os brasileiros à educação de qualidade e, do mesmo modo, a respeito do papel de cada um como protagonista dessa agenda (BRASIL, 2008a, p. 1. Grifos no original).

A lógica de organização PMSE foi apresentada graficamente pelo Mec, conforme figura 2.

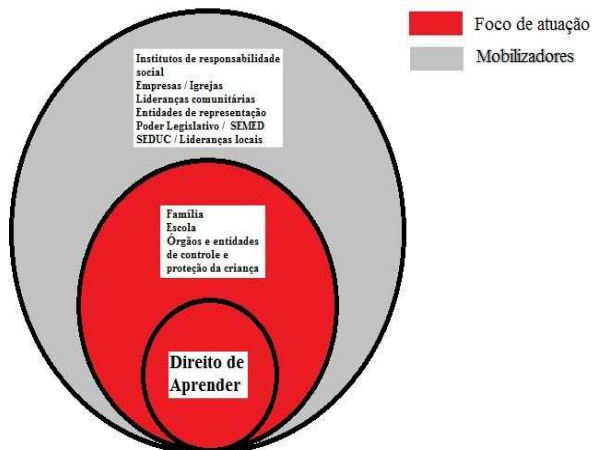


Figura 2: A lógica do PMSE. Fonte: Brasil (2009, p. 3).

Cumprir ressaltar a forma como aparelhos privados de hegemonia são convocados a participar de questões da área educacional, e responsabilizados pelas decisões tomadas sobre tal área, na mesma esfera de influência do Estado.

Observamos que para implementar o PMSE o Mec depende das comunidades e de suas lideranças, e do trabalho voluntário a ser desenvolvido por elas para que eduquem as famílias dentro de uma lógica de controle social, incentivando-os a conhecer: “[...] os professores, [...] o IDEB [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica] da escola, [...] como são os professores, se fazem cursos de atualização, se não faltam, perguntar sobre a merenda, pelos livros e outros recursos que a escola recebe” (BRASIL, 2008a, p. 3). Nesse sentido, o Plano prevê, como principal meio para implementação dessa política a capacitação/treinamento das lideranças em questão e a organização de redes para sua manutenção e expansão de ações.

As oficinas de capacitação/treinamento são dirigidas àqueles, que segundo o Mec, “[...] não possuem familiaridade com temas educacionais [com o objetivo de] qualificar seu discurso frente ao público alvo” (BRASIL, 2008a, p. 1) e devem, de acordo com PMSE, abranger os assuntos: “panorama da educação no Brasil; organização da educação no Brasil; apresentação do Plano de Mobilização e contextualização das ações (dado o perfil dos participantes); elaboração de plano de

trabalho para implantação e disseminação do Plano de Mobilização” (BRASIL, 2008a, p. 1). As oficinas são dirigidas a dois perfis de participantes: os multiplicadores e os mobilizadores. Os **multiplicadores**, lideranças nacionais e/ou regionais, são responsáveis por divulgar o plano, identificar e formar novos mobilizadores, promover parcerias e ampliar ações, e são os responsáveis por **ativar uma rede de relações institucionais** para o desenvolvimento do Plano. Os mobilizadores são as lideranças locais e a equipe de voluntários que trabalham diretamente com o público alvo, ou seja, famílias, membros e representantes de secretarias municipais e estaduais de educação, integrantes da comunidade escolar, dirigentes de instituições, empresas e entidades de representação, profissionais liberais, trabalhadores e voluntariado.

A rede é definida no PMSE como uma estrutura que “pressupõe relações integradas e estáveis entre parceiros [onde] os atores compartilham recursos para alcançar objetivos comuns, reconhecendo que a cooperação é o melhor meio para isso” (BRASIL, 2008a, p. 4). Outra importante caracterização da rede apresentada no Plano é a de ferramenta de controle no processo mobilização social pela educação: “Essa rede é de fundamental importância para o acompanhamento monitoramento das ações do Plano, visto que sua implementação tem como características a descentralização e não-hierarquização – ou seja, todos os participantes estão no mesmo nível” (BRASIL, 2008a, p. 4).

Seja como estrutura ou como ferramenta, as redes mobilizadoras do PMSE atendem às recomendações da Unesco para a educação na América Latina e Caribe, em especial, ao quinto foco estratégico do Prelac, no qual a responsabilidade social pela educação deve gerar compromissos com o seu desenvolvimento e resultados (UNESCO, 2002) e ao disposto na segunda reunião do Prelac, em 2007, sobre a “necessidade de melhorar os desenhos das políticas públicas” e desenvolver ações específicas que promovam uma educação de qualidade para todos (UNESCO, 2007, p. 5).

O objetivo comum de trabalho anunciado para multiplicadores e mobilizadores é o de integrar a sociedade para reivindicar uma educação de qualidade contribuindo para a melhoria das relações entre escola e comunidade por meio do trabalho voluntário, buscando envolver:

[...] Representantes de secretarias estaduais e municipais de educação e das escolas de suas redes; membros de conselhos – tutelares, estaduais e municipais de educação, da criança e do adolescentes; além de titulares do Ministério Público e interessados em aproximar família e escola [...], também, empregados e colaboradores de empresas, membros de igrejas e de associações comunitárias e de bairros, pastores, padres, associados de entidades de trabalhadores e integrantes das comunidades alcançadas pelo trabalho destas entidades [...] membros de organizações não governamentais (ONGs) e de entidades de representação, além de

técnicos que atuam em programas governamentais voltados ao atendimento às famílias, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Programa de Saúde da Família (PSF) (BRASIL, 2008a, p. 03).

No estabelecimento do objetivo mais amplo, ressaltamos que o PMSE atende pelo menos dois dos cinco focos estratégicos do Prelac (UNESCO, 2002) com a criação de um marco organizativo que facilita a colaboração da comunidade nos processos administrativos escolares e de redes de responsabilidade social para gerar compromissos com o desenvolvimento e resultados da educação por meio da cultura de avaliação, participação das famílias na formação dos filhos, qualificação da demanda da sociedade para exigir maior compromisso dos responsáveis e desenho de estratégias que possibilitam diversificar a captação de recursos para a educação.

Entre 2008 e 2009, o PMSE foi implementado em 800 municípios brasileiros e foram realizadas 35 oficinas de capacitação de mobilizadores somando cerca de 5000 voluntários capacitados em oficinas e na rede até a data do fechamento do relatório (BRASIL, 2009). O referencial adotado para a implementação do plano foram as pesquisas elaboradas pela Unesco e Mec, em 2009, que admitem como pressuposto a concretização de uma rede de proteção social que “deve ser

articulada por meio de ações que integrem as políticas públicas intersetoriais [sendo] as escolas, parte indispensável dessa rede” (BRASIL, 2009, p. 3).

O PMSE atende às recomendações da Unesco na medida em que pretende tornar comum à sociedade a noção de educação como “bem público” e por conseguinte de interesse comum e incentiva a organização de redes para a manutenção e expansão das ações de mobilização. Ao mesmo tempo, o Plano evidencia a função educadora do Estado quando se utiliza da estratégia de estimular a inserção política dos sujeitos nas práticas voluntárias (NEVES, 2010) de ações mobilizadoras. Outro elemento que contribui para tal afirmação é a ênfase dada à organização de redes como estrutura capaz de ordenar a sociedade em torno de um objetivo comum. Nesse sentido, o Estado educador busca a construção de um novo senso comum pautada em relações de colaboração e solidariedade.

A noção estrutural de redes adotada pelo Mec no PMSE contribui para a ocultação dos conflitos entre classes, e segmentos de classe, tornando mais complexa a realidade e demandando maior esforço para compreensão de como vem sendo produzidas e implementadas as políticas sociais no Brasil. Este tipo de rede, que explicita o processo político configurado a partir das múltiplas relações que se estabelecem entre o Estado e aparelhos privados de hegemonia, que se objetivem nas redes de políticas públicas. No capítulo seguinte analisaremos a rede Gife parceira

do Mec na implementação do PMSE e da Unesco para a organização de redes na América Latina, em função dos vínculos que a compõem reunindo representações civis e políticas da sociedade.

3 A REDE GIFE

Este capítulo tem por finalidade apresentar a rede Gife e analisar suas produções e eventos com ênfase às ações voltadas à educação buscando evidenciar a influência de sua participação no processo de produção de políticas públicas no Brasil. O Gife pode ser apontado como “uma organização pioneira no processo de mudança do comportamento político empresarial [...] a partir da segunda metade dos anos de 1990” (MARTINS, 2009, p. 142) e como um importante intelectual “de tipo americano” no processo de orientação e difusão da prática de ISP. A partir das reflexões de Antônio Gramsci, Neves (2010, p. 36) descreveu o intelectual de “tipo americano” como “[...] aquela pessoa ou organismo que atua na organização do modo de vida capitalista contemporâneo, privilegiando questões específicas em detrimento de questões gerais, evitando com isso que as contradições centrais da sociedade possam ser compreendidas de maneira crítica pela classe trabalhadora”.

O Gife iniciou suas atividades em 1989 com um grupo de discussões sobre filantropia, objetivando encontrar formas de parcerias entre organizações sem fins lucrativos e Estado a fim de viabilizar soluções para as desigualdades sociais do Brasil e institucionalizou-se em 1995. Apoiados na ideologia neoliberal sobre a suposta incapacidade do Estado promover sozinho o bem comum e diante dos escândalos de corrupção envolvendo a

Legião Brasileira de Assistência (LBA)³⁶, o grupo incumbiu-se da responsabilidade de dar às atividades filantrópicas uma nova direção, assinando o primeiro documento aprovado em assembléia, o Código de Ética, norteador das ações do Gife, oficialmente instituído em 1995 por um grupo de 25 organizações.

Ashoka	F. G. Esquel	F. Maurício S	F. Victor Cívito	I. H Levy
F. Abrinq	F. Iochpe	F. Odebrecht	I. Alcoa	I. Itaú C
F. Bradesco	F. José S	F. P. Pescar	I. C&A	IBM Br
F. Cargill	F. Kellogg	F. Roberto M	I. Credicard	Vitae
F. Ford	F. MacArthur	F. Varga	I. Equatorial	Xerox Br.

Quadro 5 – Organizações pioneiras na rede Gife. Fonte: Gife (Rodrigo Zavala, 2010).

³⁶ A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi criada em 1942 durante o governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de apoiar as famílias dos soldados enviados a II Guerra Mundial. Em 1969, por determinação do Governo Brasileiro, foi tornada fundação e vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, representando uma forma de canalizar recursos públicos para entidades privadas sem fins lucrativos. De acordo com Marcos Kísil (2005, p. 22), ao longo dos anos de seu funcionamento a LBA foi transformada em “organização de interesse dos políticos, que passaram a interceder por suas verbas em favor de suas bases eleitorais, ou de entidades onde tinham interesses particulares [...] e seus recursos distribuídos [...] por critérios políticos, promovendo formas [...] de corrupção”. A Legião foi oficialmente extinta em 1994 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso após denúncias apontando o envolvimento entre essa instituição, a ex-primeira dama Roseane Collor, presidente em exercício naquela ocasião, e estruturas oficiais do Estado para desvio de dinheiro público, entre outros escândalos. A LBA foi substituída pelo programa Comunidade Solidária, idealizado pela ex-primeira dama Ruth Cardoso.

O Grupo definiu como missão “aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum” (GIFE, 2009), e tem como objetivos:

Contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica de institutos e fundações de origem empresarial e de outras entidades privadas que realizam investimento social voluntário e sistemático, voltado para o interesse público (GIFE, 2009).

A rede Gife conta hoje com 131 associados que movimentam mais de 1,15 bilhões de reais, anualmente, para a prática do ISP, em diversas áreas. O gráfico 1 mostra o crescimento anual da rede; desde sua fundação até o ano de 2010, o número de associados quadruplicou.

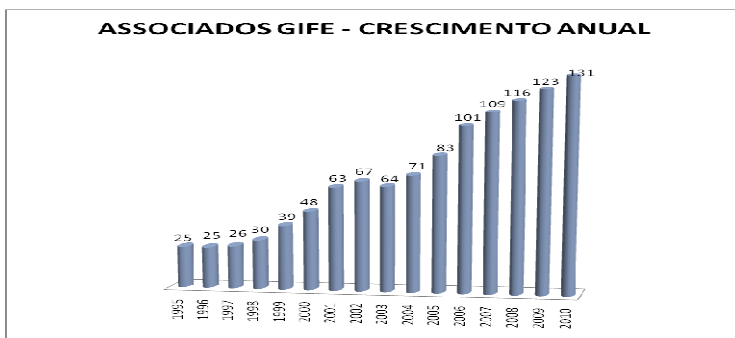


Gráfico 1 – Crescimento do número de associados Gife. Fonte: Gife (2007; 2008; 2010).

Das 131 organizações associadas em 2010, 85,5% financiam projetos/programas na área da educação representando uma movimentação financeira aproximada de 983 milhões de reais do total anual investido.

INVESTIDORES EM EDUCAÇÃO			
3M do Brasil	F. Maurício Sirotsky Sobrinho	I. C & A de Desenvolvimento Social	I. Social Sotreq
ACES - Ação Comunitária do Espírito Santo	F. Nestlé Brasil	I. Camargo Corrêa	I. Société Generale
AES Brasil	F. Odebrecht	I. Claro	I. Socioambiental Invepar
Amanco Brasil	F. Orsa	I. Coca Cola Brasil	I. Souza Cruz
Associação Sequóia Foundation	F. Otacilio Coser	I. Consulado da Mulher	I. Synthesis
Banco Bradesco	F. Ponto Frio Alfredo João Monteverde	I. Cultural Oboé	I. Unibanco
BASF S.A	F. Projeto Pescar	I. de Cidadania Empresarial	I. Vivo
BRQ Soluções em Info. S.A.	F. Roberto Marinho	I. Desiderata	I. Vonpar
Carrefour	F. Romi	I. Ecofuturo	I. Votorantim
CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias	F. Santillana	I. Elektro	I. Wal-Mart
Citigroup	F. Semear	I. Embraer de Educação e Pesquisa	Intel Semicondutores do Brasil LTDA
Comgas- Companhia de Gás de São Paulo	F. Telefônica	I. Estre	Ismart - I. Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos
Fersol Indústria e Comércio Ltda	F. Tide Azevedo Setubal	I. Eurofarma	Klabin

INVESTIDORES EM EDUCAÇÃO			
F. Abring pelos Direitos da Criança	F. Vale	I. Gerdau	Lojas Renner
F. Ana Lima	F. Victor Civita	I. Hedging-Griffo	Microsoft Informática Ltda.
F. ArcelorMittal Acesita	F. Volkswagen	I. Holcim	Natura
F. ArcelorMittal Brasil	Fundación Avina	I. HSBC Solidariedade	NET
F. Banco do Brasil	Fundo Cristão para Crianças	I. Itaú Cultural	Oi Futuro
F. Bradesco	Goodyear do Brasil	I. Lina Galvani	Philips do Brasil Ltda
F. Bunge	Grupo ABC de Comunicação	I. Marquês de Salamanca	Pinheiro Neto Advogados
F. Cargill	Grupo BrasilCred	I. Nextel	Politec Ltda.
F. Clemente Mariani	IAMAR	I. Pão de Açúcar	Promon
F. CSN para o Desenvolvimento Social e a Construção da Cidadania	IBM Brasil	I. Profarma	Santander
F. Educar Dpaschoal	IMPAES	I. Razão Social	Serasa Experian
F. Ford	I. Algar	I. Ressoar	TIM Brasil
F. Iochpe	I. Arcor Brasil	I. Robert Bosch	TV Globo
F. Itaú Social	I. Ayrton Senna	I. Rogério Steinberg	United Way Brasil
F. Lemann	I. BM&FBovespa	I. Sangari	Xerox do Brasil

Quadro 6 – Investidores em projetos/programas educacionais. Fonte: Gife (2010).

O Gife e o Instituto Unibanco publicaram, em 2006, o *Censo GIFE Educação*, sob responsabilidade técnica do cientista político Simon Schwartzman, presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), conselheiro do TpE, consultor da Unesco e do Banco Mundial para políticas educacionais e membro de Preal, que justificou a prioridade da educação como

área de investimento em razão dos baixos indicadores de qualidade do campo. O foco das ações dos associados Gife destinou-se, naquele ano, principalmente ao ensino básico, como trabalhos desenvolvidos nas redes pública e/ou privada, com destaque para as experiências do Sistema S no encaminhamento para o mercado de trabalho em detrimento dos sistemas estaduais e federais de educação profissional. Das 112 instituições investidoras em educação³⁷, o grupo empresarial representa tanto

³⁷ Do total de instituições envolvidas em projetos educacionais, 33 atuam em todo território nacional, dentre elas empresas multinacionais como a Amanco do Brasil, que fabrica e comercializa tubos e conexões e tem como maior acionista a Mexichen, grupo mexicano de empresas químicas e petroquímicas produtor de resinas de PVC, ácido fluorídrico e cloro. A Basf abrange desde produtos químicos, plásticos, produtos para agricultura e química fina, até óleo cru e gás natural; mantém filiais em quase todos os países da América do Sul, com exceção das Guianas e Suriname. Fundada nos Estados Unidos em 1975 e com subsidiárias em 103 países, a Microsoft Corporation é uma das maiores produtoras e distribuidoras de *softwares* no mundo. As atividades do Grupo Santander iniciaram-se em 1857, na Espanha, como Banco Santander e desde então, foram integrados ao grupo os seguintes bancos: Hispoamericano, Espanhol de Crédito, Central, Ávila, Mercantil, e Hispaner (Espanha); Hogar (Argentina); CC-Brank (Alemanha); First National Bank (Porto Rico); Español-Chile e Santiago (Chile); Comércio e Indústria (Portugal); The Royal Bank (Escócia); Banespa e Real (Brasil); Grupo Serfin (México); Finconsumo (Itália); Grupo de Abbey (Reino Unido); ABN Amro (Holanda). A Intel fabrica processadores e produtos de rede e comunicação para computadores pessoais e está presente nos cinco continentes. A Natura, indústria de origem brasileira está presente em sete países da América Latina e na França, fabrica cosméticos e fragrâncias. As Organizações Globo, conglomerado da área de mídia e comunicação, reúnem as televisões de canal aberto Rede Globo e Futura; as televisões satélite e sinal cabo Net, Sky e Net Brasil, as rádios Globo, BH FM, CBN, Beat; os jornais O Globo, Extra, Expresso e Valor Econômico; o *website* Globo.com; as revistas Época, Época São Paulo, Época Negócios, Galileu, Auto Esporte, Casa & Jardim, Crescer, Criativa, Globo Rural, Marie Claire, Pequenas empresas & Grandes negócios e Quem; as gravadoras Som Livre e RGE. A Globo internacional está disponível para 115 países.

o capital industrial quanto o financeiro, nacional e multinacional atuante em todo território brasileiro.

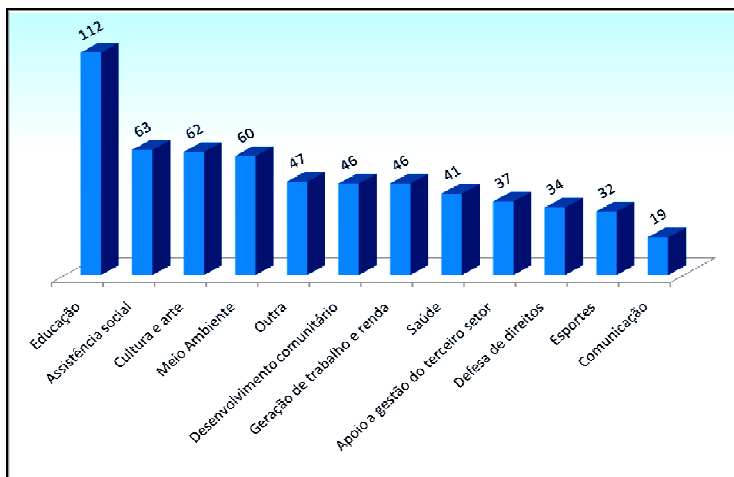


Gráfico 2 – Investidores Gife por área de atuação. Elaboração própria.

Sob a justificativa de preocupação com a qualidade do ensino brasileiro, no ano de publicação do documento, 41 associados Gife mantinham linhas de ação para capacitação de professores e 22 para capacitação de diretores; 28 organizações investiram em projetos de complementação ou reforço escolar; 20 financiaram projetos de concessões de bolsas de estudo e 14 financiaram projetos de pesquisa. De acordo com o documento:

É provável que a preferência pela ação direta, capacitando professores e preparando estudantes, em vez de simples doações de equipamentos e recursos, reflita a percepção, por parte dos

associados, de que os problemas da educação não se limitam à falta de recursos, e que os recursos adicionais nem sempre produzem os resultados positivos esperados. Se o problema principal da educação [...] é a má qualidade da formação que os alunos recebem, então o trabalho com os professores se torna uma prioridade natural (GIFE, 2006a, p. 34).

3.1 Associados e conselhos

Para associar-se ao Gife é indispensável ser uma empresa ou instituto/fundação de origem empresarial que faça investimentos em projetos sociais. Dito de outro modo, nem todas as organizações que integram o chamado “terceiro setor” podem associar-se. Além disso, o Conselho de Governança do Grupo avalia as propostas de associação de novas organizações tendo como referências a prática do ISP e o cumprimento do Código de Ética.

No quadro 7, abaixo apresentamos o rol de sujeitos e instituições que presidiram/presidem o Conselho de Governança da rede Gife de 1999 até 2010.

GIFE – GESTÃO					
	1999/2002	2002/2005	2005/2007	2007/2009	2009/Atual
Presidente	Marcos Kisil	Léo Voight	Hugo Barreto	Denise Aguiar	Denise Aguiar
Instituição	I. Airton Senna	F. Maurício Sirotsky Sobrinho (Grupo RBS)	F. Roberto Marinho (Org. Globo)	F. Bradesco	F. Bradesco

Quadro 7 – Presidentes do Conselho de Governança GIFE (1999-Atual).
Fonte: Gife (2000; 2002; 2007; 2010).

Das 51 organizações que estiveram/estão representadas nos conselhos Gife, 28 são investidoras em projetos/programas na área da educação e foram destacadas em negrito no quadro 8.

	GIFE – Conselhos				
	1999/2002	2002/2005	2005/2007	2007/2009	2009/Atual
F. Itaú Social / I. Itaú Cultural	X	X	X	X	X
B. Real ABN Amro / G. Santander		X	X	X	X
F. Avina		X	X	X	X
F. Bradesco		X	X	X	X
F. O Boticário	X	X	X	X	
F. Odebrecht	X	X		X	X
F. Roberto Marinho		X	X	X	X
F. Romi	X	X	X	X	
F. Ford		X		X	X
F. Iochpe	X		X	X	
F. Orsa		X		X	X
F. Vale do Rio Doce		X	X	X	
I. Cidadania Empresarial	X	X			X

	GIFE – Conselhos				
	1999/ 2002	2002/ 2005	2005/ 2007	2007/ 2009	2009/ Atual
I. Gerdau		X		X	X
IBOPE / I. Paulo Montenegro		X		X	X
F. Abrinq	X	X			
F. Dpaschoal	X	X			
F. Kellogg	X	X			
F. Maurício Sirotsky Sobrinho	X	X			
F. Otacilio Coeser	X	X			
F. Telefônica			X	X	
F. Tide Setúbal		X			X
I. Hedging-Griffo			X	X	
I. Airton Senna	X	X			
Martinelli Cidadania Empresarial	X	X			
Oi Futuro		X			X
Organizações Globo	X	X			
Abong		X			
C. Voluntariado de SP	X				
Comunitas		X			
Desenv Comunitário	X				
F. Belgo-Mineira		X			
F. Clemente Mariani	X				
F. Demócrito Rocha			X		
F. Esquel	X				
F. Estudar		X			
F. Feac	X				
F. Lemann			X		
I. Aliança adolescente		X			

	GIFE – Conselhos				
	1999/ 2002	2002/ 2005	2005/ 2007	2007/ 2009	2009/ Atual
I. BM&F Bovespa					X
I. Criança Cidadã		X			
I. Cultural Oboé				X	
I. Ethos		X			
I. HSBC					X
I. Telemig Celular		X			
I. Xérox		X			
IDIS		X			
Min. Assistência e promoção social		X			
nominimo.com		X			
O Boticário		X			
USP	X				

Quadro 8 – Organizações presentes nos Conselhos GIFE (1999-Atual).

Fonte: Gife (2000; 2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2007; 2008; 2009; 2010).

Das 131 organizações filiadas, chamamos atenção para as 15 organizações que foram/são representadas mais vezes nos Conselhos diretivos do Gife: Fundação e Instituto Itaú com acento em todas as gestões desde 1999; Grupo Santander, Fundações Bradesco, Avina, O Boticário, Odebrecht, Roberto Marinho e Romi, quatro vezes representadas; Fundações Orsa, Ford, Iochpe e Institutos Cidadania Empresarial, Gerdau e Monte Negro (Ibope), três vezes representados. Os números sugerem que essas organizações foram/são mais influentes na direção do

Gife, uma vez que suas representações foram/são relativamente constantes no período analisado. Além disto, destaca-se também a preponderância do capital financeiro e do capital internacional, representado por institutos e fundações homônimas.

A figura 3 foi construída relacionando membros da diretoria do Gife com as respectivas instituições representativas com o objetivo evidenciar vínculos que estabelecem a relação social entre organizações associadas e conselheiros/diretores. Observe-se que algumas relações foram/são construídas por até três conselheiros diferentes, como é o caso da Fundação Vale do Rio Doce e Fundação/Instituto Itaú; em outros casos um conselheiro representou/representa duas organizações distintas, como Albaniza Pontes (Fundações Abrinq e Demócrito Rocha) e Francisco Azevedo (Fundação Avina e Desenvolvimento Comunitário). Ana Wilhelm e Albaniza Pontes estabelecem um vínculo mediado pela Fundação Abrinq, da mesma forma que Valdemar Neto e Francisco de Azevedo por meio da Fundação Avina.

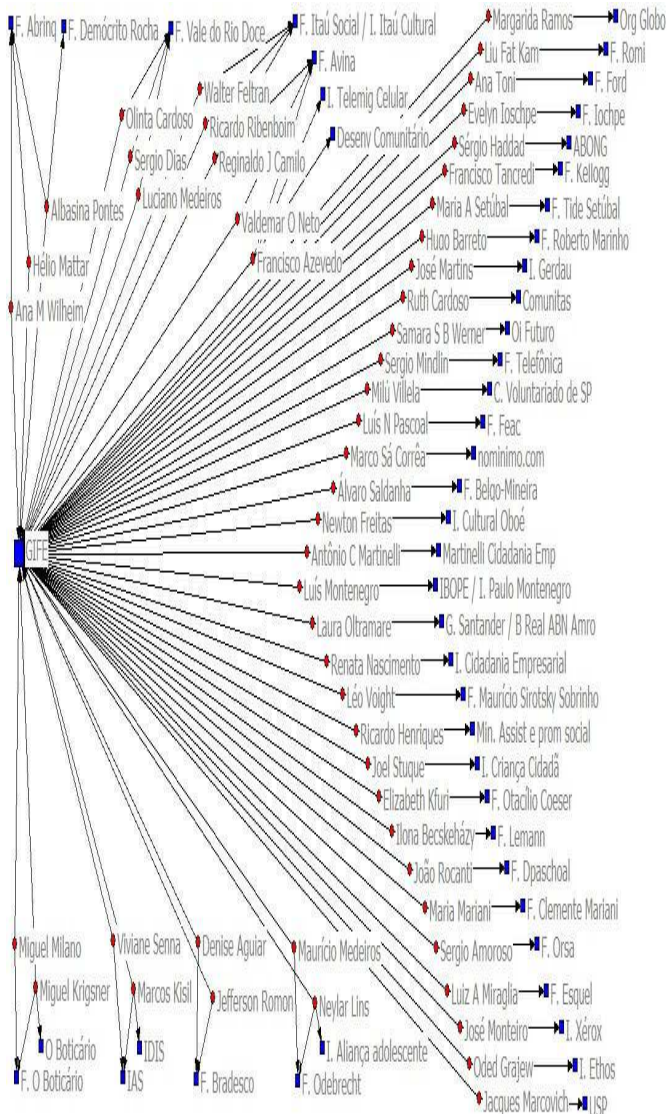


Figura 3 – Articulação sujeitos-organizações nos Conselhos Gife (1999-Atual).

Os vínculos relacionais podem ser estabelecidos pelo pertencimento simultâneo a conselhos de organizações diversas e/ou pela participação de dois sujeitos no conselho de uma mesma organização. Analisando informações sobre os presidentes do Gife, de 1999 a 2009, observamos sua participação na gestão, além de organizações privadas sem fins lucrativos, de instituições de pesquisa e/ou de ensino, aparelhos do Estado e agências da mídia. Os dados sugerem reflexão a cerca do amálgama das ações que outrora serviram como referência para diferenciar iniciativas públicas e o privadas e, a participação de institutos de pesquisas e Universidades, espaços privilegiados na produção e difusão do conhecimento, dando legitimidade às proposições de reformas políticas, uso de novas tecnologias de ensino e práticas educativas, entre outros. Ressalta-se ainda a influência da mídia para difusão das parcerias entre Estado e setor privado atuando em redes, para a construção de um padrão de sociabilidade circunscrito às idéias de participação, colaboração e solidariedade.

O primeiro presidente da rede Gife, do período analisado, Marcos Kisil, é membro de conselhos de diversas organizações, entre elas, os Institutos Ayrton Senna, *Windows Communication Foudation* (WCF) Brasil e Holcim, das fundações Banco do Brasil e Getúlio Vargas. Também é diretor da divisão para América Latina e Caribe da *W. K. Kellogg Foudation*, diretor superintendente da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, diretor

presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis), e professor titular da Universidade de São Paulo (USP)³⁸.

O segundo presidente, Léo Voigt, atualmente acumula as funções de diretor do Instituto Vonpar e coordenador do Programa Infância e Adolescência Protegida, da Prefeitura de Porto Alegre, como consultor da Unesco. É, ainda, conselheiro da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho e da Bovespa Social, em São Paulo. Atuou na Cruz Vermelha e na Fundação Abrinq e foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Hugo Barreto, o terceiro presidente da rede Gife, é secretário geral da Fundação Roberto Marinho e membro do Instituto Qualidade na Educação, além de ter dirigido programas televisivos para as Organizações Globo.

Presidente do Gife em duas gestões consecutiva, Denise Aguiar Alvarez Valente, uma das herdeiras do Banco Bradesco, é também a atual diretora da Fundação Bradesco, membro do conselho de administração do Banco Bradesco, da Bradespar e da *Votorantim Asset Management*, conselheira curadora da Fundação Roberto Marinho, conselheira do Museu da Arte

³⁸ Os dados curriculares dos sujeitos vinculados aos conselhos Gife foram levantados em buscas realizadas em seus *websites*, *blogs* e redes de relacionamentos; são, portanto, de domínio público, disponíveis na *internet* e de acesso irrestrito.

Moderna de São Paulo e do conselho de governança do Movimento TpE.

Cabe ainda destacar as atuações de Ilona Becskéházy, Milú Vilela e Viviane Senna. Becskéházy, membro de Conselho da Fundação Estudar, é a atual diretora executiva do Instituto Social Maria Telles (Ismart), do qual também é conselheiro Cláudio Moura Castro, e da Fundação Lemann, que tem o ex-ministro da educação Paulo Renato Souza como conselheiro. A Fundação Lemann organizou em 2006 o encontro *Ações de responsabilidade social em educação* cujos compromissos assumidos foram bases para organização do Movimento TpE; no conselho do TpE, participam Milú Vilela, Viviane Senna e Denise Aguiar, atual presidente do Gife. Vilela é uma das maiores acionistas do conglomerado financeiro e empresarial Itaú, foi presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP) e embaixadora da Boa Vontade da Unesco. Dirigiu, pela Onu, o Comitê de Organização do Ano Internacional do Voluntariado no Brasil. Atualmente preside o Centro do Voluntariado de São Paulo e o Instituto Itaú Cultural e participa do conselho administrativo do Banco Itaú. Senna é presidente da Fundação Ayrton Senna, sediada em Londres, e do Instituto Ayrton Senna no Brasil, e tem acento nos seguintes conselhos: Citibank Brasil, Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Instituto Coca-Cola,

Instituto Energias do Brasil, Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB), Bancos Itaú e Unibanco. Foi representante do Gife no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)³⁹, instituído em 2003 pela Presidência da República (Gife, 2004).

Do CDES participam os Grupos Pão de Açúcar, Telefônica do Brasil, Nestlé do Brasil, BM&FBovespa, Banco Itaú, Companhia Vale do Rio Doce, Gerdau e a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) mantenedores de fundações e institutos homônimos filiados ao Gife; a Fiesp, a Febraban, o Citibank e o MAM-SP que tem com o Gife vínculo intermediado, respectivamente, pelas conselheira Viviane Senna e Milú Vilela; a FGV, parceira do Gife em cursos de formação oferecidos por ele; e os Institutos Ethos e Airton Senna vinculados diretamente a rede Gife.

³⁹ O CDES é um órgão da sociedade, de caráter consultivo da Presidência da República e tem como função “colaborar na formação do juízo político do Governo, como instituição representativa da sociedade. Seu desafio é estabelecer o diálogo entre as diversas representações da sociedade civil a fim de discutir as políticas públicas e propor medidas necessárias para alavancar o crescimento do País”.

Disponível em: http://www.cdes.gov.br/exec/notainformativa/exibe_notainformativa.php?p=f01200e46c4158db58c5f039ea40ed652ad506be. Acesso em: 20/05/2010.

Inst/Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Gr. Pão de Açúcar	X	X	X	X	X	X	X
Febraban	X	X	X	X	X	X	X
Fiesp	X	X	X	X	X	X	X
Gr. Gerdau	X	X	X	X	X	X	X
FGV	X	X	X	X	X	X	X
I. Airton Senna	X	X	X	X	X	X	X
BM&FBovespa	X	X	X	X	X	X	
I. Ethos	X	X	X	X	X	X	
Citibank	X	X	X	X	X		
MAM-SP	X	X	X	X	X		
B. Itaú	X	X	X	X	X		
Cia. Vale do Rio Doce	X	X					
Embraer						X	X
Nestlé Br						X	
Gr. Telefonica Br.							X

Quadro 9 – Organizações da rede Gife com representação nos conselhos do CDES (2003-Atual). Elaboração própria.

A figura 4 mostra a constituição de vínculos institucionais entre associados e não associados Gife intermediados por membros conselheiros. Aqui apresentamos a rede constituída pelos os conselheiros do Gife citados anteriormente.

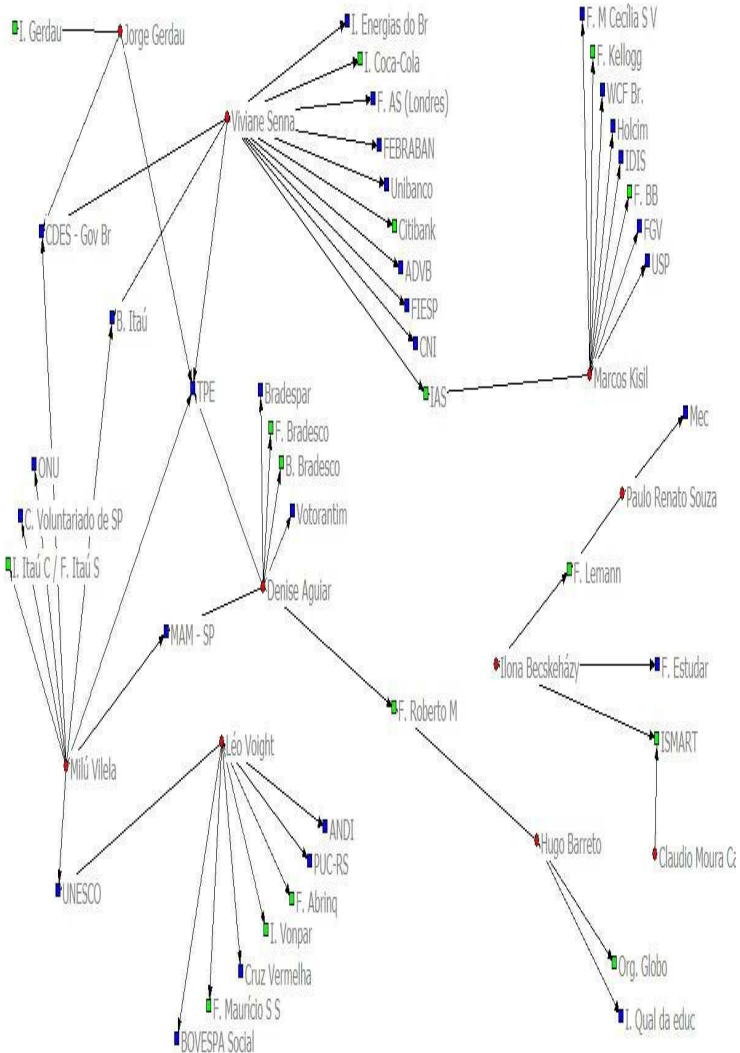


Figura 4 – Rede Gife: relação social entre as organizações associadas (verde) e não associadas (azul).

Quando cruzamos os dados de membros do conselho diretivo e instituições as quais se vinculam que financiam projetos na área de educação, e excluimos o Gife do gráfico de rede, observa-se a formação de cinco subgrupos (figura 5). Entende-se por subgrupo, em análise de redes, um conjunto de nós (sujeitos e instituições), dentre o total de participantes de uma rede (HERRERO, 2000), que se encontram mais vinculados entre eles do que com a rede principal e têm em comum os vínculos estabelecidos entre um sujeito e duas ou mais instituições e/ou entre uma instituição e dois ou mais sujeitos.

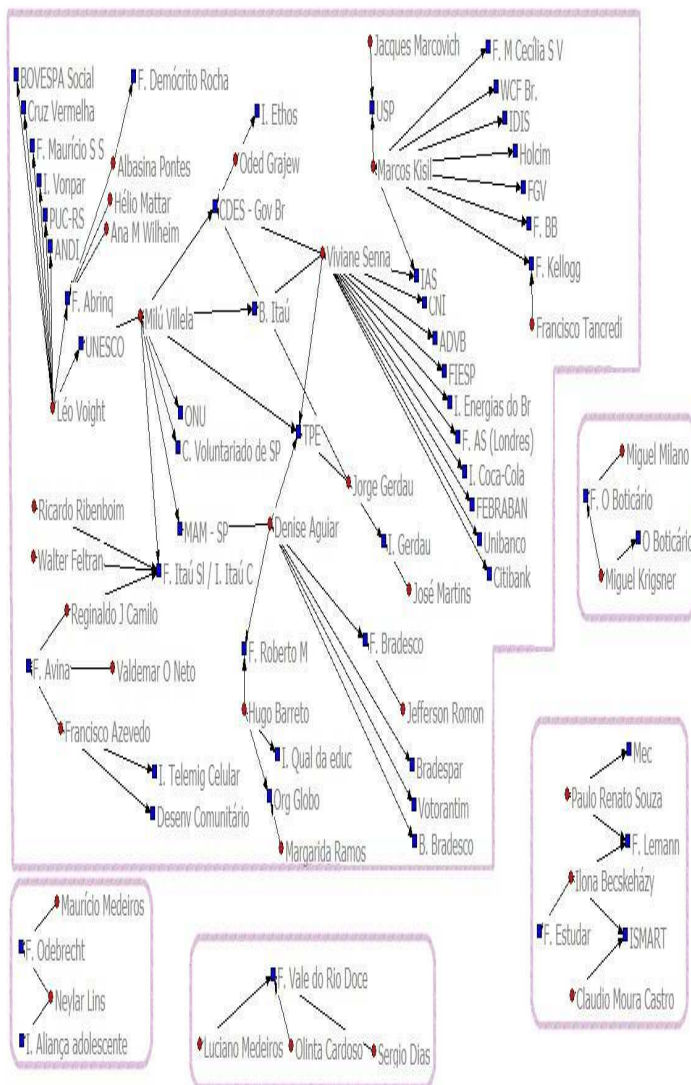


Figura 5 – Membros do G15 e instituições investidoras em educação – subgrupos da rede

Stephen Ball e Sonia Exley (2008) identificaram como característica de funcionamento de uma rede política, a participação de sujeitos que compõem as organizações de uma rede em uma ou mais organizações dessa rede simultaneamente nos conselhos consultivos uns dos outros⁴⁰. Para eles, tal característica conferiria a uma rede um alto grau de capilaridade, possibilitando que os ideais e objetivos de suas associadas alcançassem maior expressão e sentido em níveis locais e nacionais.

João Rocanti participa dos conselhos das Fundações Dpaschoal e Getúlio Vargas. Na FGV tem como companheiro de conselho Marcos Kisil, que está nos conselhos do Instituto WCF Brasil, Fundação Banco do Brasil e Idis; no Idis, Kisil tem como companheira de conselho Maria Elena Pereira Johannpeter, esposa de Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Instituto Gerdau.

Gerdau não foi membro da diretoria do Gife, mas é presidente do conselho do Movimento TpE, um dos associados Gife, do qual participam Maria Alice Setúbal, presidente e fundadora da Fundação Tide Setúbal e do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), Denise Aguiar, presidente da Fundação Bradesco e conselheira da Fundação Roberto Marinho e Viviane Senna, presidente do I.

⁴⁰ No original “*They are trustees for each others organizations and they sit on each others advisory councils*” (BALL; EXLEY, 2008).

Airton Senna; Jorge Gerdau também tem assento no CDES juntamente com Milú Vilela, Viviane Senna e Newton Santos, representante do Instituto Cultural Oboé no conselho Gife. Viviane Senna também é vice-presidente do Conselho Superior de Responsabilidade Social (Consocial) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Do Consocial participam ainda, Maria Helena Guimarães Castro, secretária de educação do Estado de São Paulo, Cláudia Maria Costin, ex-ministra da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare) e gerente de políticas públicas do Banco Mundial, Cláudio de Moura Castro, articulista da Revista Veja e conselheiro do Grupo Pitágoras, Guiomar Namó de Mello, também conselheira do Grupo Pitágoras e ex-secretária de educação do Estado de São Paulo, Paulo Renato Souza, ex-ministro da educação e conselheiro da Fundação Lemann, dirigida por Ilona Becskeházy, membro da Fundação Estudar e conselheira do Gife.

A relação social entre as organizações se estabelece pelo pertencimento simultâneo de um membro a conselhos de outras organizações. A reunião de empresários no Gife e a participação desses no CDES, organizados em redes, traz a luz pactos estabelecidos entre capitalistas e Estado para formular, implementar e avaliar políticas sociais, movimento que é expressão do neoliberalismo de Terceira Via.

A idéia de administração em redes, alternativa aos algoritmos hierárquicos gerenciais, foi habilmente incorporada e

difundida por intelectuais orgânicos do capital que oportunamente se conectam por meio de programas/projetos legitimando novas posições de poder e influência na participação concomitante nos conselhos de administração pública como o CDES e nos conselhos de organizações “parceiras”.

Contudo, se nos ativermos apenas à participação de sujeitos em conselhos não mostramos a densidade de uma rede, definida pelo número de vínculos que se estabelecem entre seus membros, apenas os *cliques* dela derivados. Nesse sentido, identificamos os vínculos entre o Gife e seus associados, a partir de parcerias declaradas para execução, financiamento e/ou apoio institucional projetos na área educacional, com outras organizações, dados encontrados nas análises empreendidas sobre as formas de atuação do Gife.

3.2 Formas de atuação

As seguintes ações são mantidas e/ou fomentadas pelo Gife: aliança rede Gife e redEAmérica; programa Marco Legal e Políticas Públicas; Grupos de Afinidade para promover a atuação em rede que objetiva troca de informações, articulação política e implementação de ações conjuntas nas área de comunicação, educação, cultura e juventude; Núcleos Regionais cujas demandas são apresentadas por associados que não possuem sede na cidade de São Paulo; congressos nacionais sobre ISP; painéis

temáticos e *workshops* com temas específicos; cursos “Ferramentas de Gestão” para profissionais de institutos, fundações, empresas, ONG, gestores de políticas públicas e interessados em atuar no “terceiro setor”; publicações.

Nos itens seguintes apresentamos as análises sobre essas atuações.

3.2.1 Aliança rede GIFE e redEAmérica

A redEAmérica é uma rede interamericana de fundações e ações empresariais na América Latina, liderada pelo setor empresarial, criada em 2002 com o objetivo de reunir empresas e organizações empresariais para promover ações visando redução da pobreza, inclusão social e fortalecimento da democracia nas Américas. É composta por 56 empresas e organizações distribuídas em 12 países da região, e contabiliza alianças internacionais com outras organizações como: *Inter American Foundation* (IAF); BID, Banco HSBC, México; Codespa, Espanha; *Instituto Tecnológico de Monterrey*, México; Usaid; *Fundación Documenta*, Espanha; *Fundación DIS*, Colômbia; Gife (REDEAMÉRICA, 2010).

A redEAmérica oferece aos associados ferramentas construídas para melhorar práticas e impacto de suas intervenções no desenvolvimento de base; formação para equipes dirigentes e técnicos; recursos para iniciativas em nível nacional e

hemisférico; acesso à base de contatos e vínculos com fundações e empresas que atuam de forma similar; estágios e intercâmbios entre membros da rede; seminários, fóruns e ciclos de formação; informação *online* e impresso. Tem como missão *contribuir a la reducción de la pobreza y la inequidad en América Latina, articulando esfuerzos de fundaciones y organizaciones empresariales que promueven el desarrollo de base* e mantém cinco linhas de ação: a) aprendizagem e geração de capacidades, b) alianças e trabalho em rede, c) recursos e oportunidades, d) incidência, e) comunicação, promoção e relações públicas (REDEAMÉRICA, 2010).

A aliança da redEAmérica com o Gife é uma iniciativa que se soma a outros seis programas mantidos pela primeira, a saber: construção de capacidades, programa de aprendizagem, programa Bid-redEAmérica, Fundo nacional colombiano, Fundo nacional argentino e formação virtual. O programa “construção de capacidades”, realizado entre 2003 e 2008, objetivou o desenvolvimento de conhecimentos e capacidades institucionais de seus membros para gestão do desenvolvimento de base, iniciativa que resultou em publicações disponíveis no *website* da rede: “*Kit Construir Junto*”, quatro cadernos e um guia de trabalho, com definições conceituais e orientações gerais para promoção do desenvolvimento de base; três guias de acompanhamento de organizações de base; e estudos sobre

organizações, redes intersetoriais e processos de desenvolvimento local (REDEAMÉRICA, 2010).

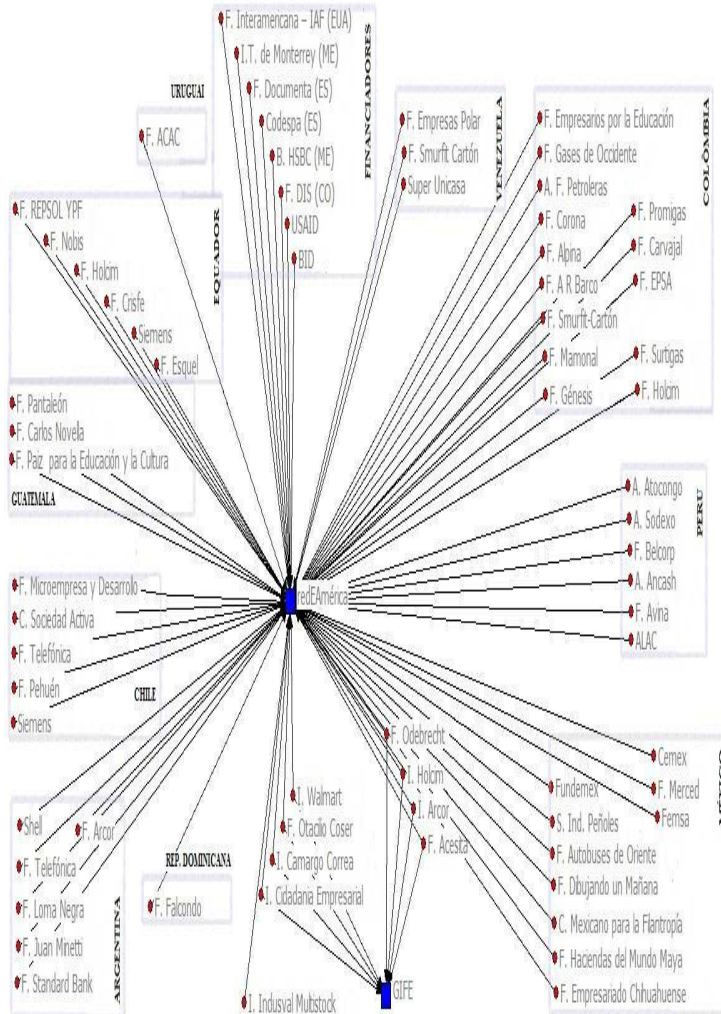


Figura 6 – Rede Gife e redEAmérica

De acordo com Rodrigo Villar, consultor da redEAmérica Continental e da *Fundación DIS*, desenvolvimento de base é “o fortalecimento das capacidades de ação coletiva dos cidadãos excluídos e a criação de um ambiente institucional propício que facilite a participação das organizações de base na deliberação pública” (VILLAR, 2007, p. 9). Para o consultor, a estratégia no desenvolvimento de base seria dupla e complementar: de um lado exigiria “o fortalecimento da voz dos pobres” e de outro “a melhoria da capacidade de escuta do restante da sociedade e das instituições públicas” (VILLAR, 2007, p. 10). O conceito está relacionado à idéia de “sustentabilidade” e “autonomia” das “organizações de base” (ou organizações populares atuantes numa determinada localidade), e é encarado como uma possibilidade de:

[...] reducción de la pobreza [que] puede ser impulsada por organizaciones populares de base, redes sociales intersectoriales y programas de desarrollo local con capacidad de actuar, simultáneamente, como instancias que articulen la participación democrática y la movilización de condiciones para la autosostenibilidad e inclusión no marginal de los pobres en la economía (RIBAS; RIBAS JR., s/d, p. 11).

A estratégia do desenvolvimento de base de dar “voz aos pobres”, referida pelo consultor Rodrigo Villar, foi base para o

Relatório do Desenvolvimento Mundial 2000/20001 do Banco Mundial fundamentado em pesquisas realizadas em mais de 60 países (BANCO MUNDIAL, 2000). De acordo com comunicado à imprensa do Banco Mundial:

O relatório baseia-se no ponto-de-vista segundo o qual a pobreza não representa apenas baixa renda e baixo consumo, mas também a falta de educação, de nutrição e de saúde. Fundamentado no depoimento dos próprios pobres e em mudanças na maneira de se ver a pobreza, ele vai além da definição da pobreza para incluir também o sentimento de falta de poder, a incapacidade de se expressar, a vulnerabilidade e o medo (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 2).

Vozes dos pobres, publicado em maio de 2000, foi título de um relatório nacional sobre a pobreza elaborado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco para o *Poverty Reduction and Economic Management Network* do Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2000a). Os estudos que fundamentam esse relatório foram realizados em dez comunidades das cidades de Recife, Santo André e Itabuna; o relatório ressalta a necessidade da “politização” e “mobilização das comunidades” como estratégia para que suas reivindicações sejam atendidas (BANCO MUNDIAL, 2000a, p. 46-47). Outro elemento ressaltado foi a educação como fator necessário à redução da pobreza (BANCO MUNDIAL, 2000a, p. 85). De acordo com o documento,

[...] o governo é o maior responsável pela falta de oportunidades para que os indivíduos pobres melhorem de vida. Serviços públicos básicos tais como saneamento, educação, obras de infraestrutura e serviços de saúde são considerados pré-condições importantes para a melhoria das condições de vida. Há uma percepção generalizada que a oferta adequada desses serviços permitiriam aos indivíduos sair da pobreza (BANCO MUNDIAL, 2000a, p. 86).

Nesse sentido, exercer controle sobre instituições estatais de “*worse performance*” foi a solução apresentada medida para “*strengthening of institutions*” e possibilidade de implementar mecanismos de responsabilização no nível local (BANCO MUNDIAL, 2000a, p. 90). As soluções apresentadas pelo Banco Mundial foram incorporadas pela redEAmérica e Gife e justificam programas/projetos implementados, fundamentados nos *slogans* da confiança, cooperação, ajuda mútua, mobilização, etc.

Podemos dizer que a união de rede Gife e redEAmérica evidencia dois movimentos simultâneos: o encontro de interesses da classe social dominante para a produção de pactos entre capitais, industrial e financeiro, que anuncia redução da pobreza e inclusão social como justificativas para promover tais alianças, mas que no entanto, sob a égide do neoliberalismo de Terceira Via, para recompor-se no poder como classe hegemônica, precisa respaldar-se em relações de confiança mútua e cooperação inter-

organizacional, viabilizadas quando organizadas em rede. O segundo movimento está intrinsecamente relacionado ao primeiro, e qualifica a rede como um espaço educativo para “uma nova cultura cívica, baseada em um associativismo colaboracionista” (NEVES, 2010, p. 36), dirigido por intelectuais, coletivos, “de tipo americano”.

A rede Gife, embora privilegie questões específicas em suas ações, atua como intelectual orgânico do capital, e reproduz, em nível local, os mesmos movimentos analisados até aqui, acrescido de um terceiro: a influência na produção e implementação de políticas públicas, tema do item que segue.

3.2.2 Programa “Marco Legal e Políticas Públicas”

O programa “Marco Legal e Políticas Públicas”, desenvolvido pelo Gife desde 1995 e instituído como programa em 2003, é financiado pelas fundações Ford e Kellogg e destina-se a promover ambiente regulatório favorável ao “terceiro setor”, especialmente no que se refere a imunidades e isenções tributárias e incentivos fiscais.

A publicação *Perspectivas para o marco legal do terceiro setor*, datada de 2009, descreve a legislação brasileira atual para o “terceiro setor”. Os capítulos foram estruturados sistematicamente identificando os principais entraves e as oportunidades de atuação na legislação atual, finalizando com

propostas de aperfeiçoamentos ao ambiente regulatório, por meio de medidas legislativas, administrativas e/ou de autorregulação. O primeiro capítulo trata da transparência e do controle social. No documento, *accountability* (ou responsabilização) é descrito como:

[...] uma relação em que uma parte tem o dever de prestar contas de seus atos e decisões à outra, que, por sua vez, tem o poder de controlar a primeira e aplicar-lhe conseqüências se houver improbidades ou inadequações em relação aos atos e às decisões da primeira ou na sua prestação de contas [que objetiva aprimorar] o desempenho e a aprendizagem das organizações [e aumentar] a confiança do público e a capacidade das organizações de mobilizar recursos (GIFE, 2009, p.11).

Para o Gife, a *accountability* favoreceria a ampliação do acesso dos cidadãos as informações detidas pelo Poder Público ou seus parceiros privados a respeito de organizações da sociedade e/ou repasse de recursos públicos e as medidas punitivas aplicar-se-iam a toda organização beneficiada com qualquer tipo de isenção fiscal, inclusive de renda. Tal ampliação abriria precedente para qualquer cidadão dar início ao procedimento para investigação de improbidade.

Outro ponto relevante para a rede Gife defender a *accountability* deve-se a crença de que essa prática preservaria a autonomia das organizações:

Apesar de compartilharem com o Estado a finalidade pública de suas ações, tais organizações se distinguem do Estado precisamente por serem de natureza privada, operando, portanto, de maneira distinta (e possivelmente mais ágil). Esse atributo deve ser valorizado – e não prejudicado – pela regulação [...]. Cumpre, assim, equilibrar a preservação da autonomia das organizações com as necessidades de responsabilização decorrentes do caráter público de sua atuação. Para tanto é preciso conciliar a prática do *accountability* com a atuação da organização, por meio dos valores que promove, de modo que o investimento efetivo de cada organização seja proporcional às suas condições [...] e evolua juntamente com a própria organização. Cabe inclusive contemplar a possibilidade de oferecer capacitação em gestão e *accountability* para organizações em condições mais precárias. [...] para o aprimoramento do aparato regulatório, [...] vale destacar as seguintes [estratégias]: (a) adotar critérios procedimentais para a aplicação de recursos públicos; e (b) estabelecer critérios públicos para avaliação de desempenho, contemplando não só a eficácia e eficiência, mas também a satisfação de valores públicos (GIFE, 2009, p. 21).

Dentre as propostas de aperfeiçoamento para a legislação vigente, o Grupo sugere ampliar a prática da avaliação de desempenho das organizações com normas claras e específicas não sujeitas a interpretações que variem conforme a conveniência do avaliador. Entendemos que essas propostas reforçam a ênfase

do “terceiro setor” em processos e resultados, reivindicando uma regulamentação que aparentemente visa defender os interesses da sociedade, mas que tem, no entanto, o objetivo não declarado de **estabelecer regras para a competitividade entre organizações**, a serem julgadas pela sociedade de acordo com a transparência dos dados apresentados, independentemente da relevância social dos resultados demonstrados.

Esse interesse entrelaça-se a outro item da pauta do programa que diz respeito à liberdade de organização e funcionamento para as instituições do “terceiro setor”. De acordo com o documento os principais entraves seriam:

- a) Restrição a constituição de fundações (fins religiosos, culturais, morais e de assistência);
- b) Alto custo do registro dos atos societários, principalmente para organizações localizadas fora dos grandes centros ou voltadas à militância ou à defesa dos direitos humanos;
- c) Restrição ao funcionamento – questões relacionadas à qualificação e tempo para concessão e renovação de títulos;
- d) Dificuldades relativas à sustentabilidade (recursos próprios, doações e fundos patrimoniais). Quando se mantêm com recursos próprios, algumas organizações cobrariam por serviços prestados resultando em ação processual por desvio de finalidade; no caso dos fundos

patrimoniais, sua existência seria interpretada como não aplicação dos recursos da organização na sua finalidade resultando em perda de benefícios fiscais; quanto à transferência de recursos públicos, os termos de parceria ou contratos de gestão sob a alegação de impedir desvios, estabeleceriam relação de ingerência do Estado ou, quando realizados por meio de convênios a reclamação estabelece-se pela falta de controle do Estado que geraria formas de parcerias não relacionadas à área social.

Para superar tais entraves, o Gife tem defendido a redução do valor cobrado para registro de associações e fundações e a instituição da obrigatoriedade da apresentação de princípios de governança corporativa para a constituição de associações e fundações; a unificação legislativa e o estabelecimento de regras para criação e manutenção de fundos patrimoniais para associações e para desoneração de serviços prestados (total, parcial e tributação integral) de acordo com a finalidade da organização; a revisão de normas dos convênios com o Estado e a limitação da atuação do Ministério Público, por meio de Ação Civil Pública, em questões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias e afins, salvo quando caracterizado desvio de finalidade.

Destacamos a intencionalidade das ações do Gife visando retirar do Estado a responsabilidade e o direito de avaliar, intervir

e punir organizações do “terceiro setor”, atribuindo a sociedade tais prerrogativas. A primeira sugestão para modificar a legislação brasileira, nesse sentido, é:

[...] limitar a atuação do Ministério Público federal pela via da **Ação Civil Pública, mecanismo processual que visa defender e garantir direitos difusos pertencentes a toda sociedade**, nos exatos termos da Lei n. 7.347/85, sendo expressamente vedada sua utilização para pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias e afins (GIFE, 2009, p. 35. Sem grifos no original).

Amparando-se em texto constitucional, que assegura a liberdade de associar-se livremente, a segunda sugestão reivindica a criação de “[...] mecanismos jurídicos para **impedir a atuação do Ministério Público em relação às associações**” (GIFE, 2009, p. 35. Sem grifos no original).

Como dissemos anteriormente, ao interesse de estabelecer regras para a competitividade entre organizações julgadas pela sociedade de acordo com a transparência dos dados apresentados, somam-se essas duas proposições que retirariam do Estado a responsabilidade e o direito de avaliar, intervir e punir organizações do “terceiro setor”, atribuindo a sociedade, cuja compreensão resumir-se-ia à de consumidora, tais prerrogativas.

Na intenção declarada de intermediar ações diretas de inconstitucionalidade, “[...] avaliar a possibilidade de o Gife e/ou outras organizações representativas do terceiro setor ingressarem

como *amici curiae* nas ações diretas de inconstitucionalidade movidas, no Supremo Tribunal Federal” (GIFE, 2009, p. 49) contra leis ordinárias que estipulam requisitos adicionais para gozo de imunidade fiscal. A expressão latina *amicus curiae*, segundo Santos (2005), significa “amigo da corte” e diz respeito “a uma pessoa, entidade ou órgão com profundo interesse em uma questão jurídica levada à discussão junto ao Poder Público”⁴¹. Para a autora, o *amicus* estaria propenso aos interesses da corte e não das partes litigantes não se aplicando, portanto, no nosso entendimento, ao Gife, que seria “amigo” da própria ambição em converter-se referência “[...] no Brasil sobre investimento social privado” (GIFE, 2010); “[...] em *advocacy*” (GIFE, 2009, p. 3) para questões legais relativas ao “terceiro setor” e “referência global em ISP até 2020” (GIFE, 2009a, p. 1).

Isto indica que o programa Marco Legal não se restringem à regulamentação para o “terceiro setor”; as ações políticas do programa são bastante abrangentes. A atividade denominada *advocacy*⁴², recorrente nos relatórios de atividades do Gife (GIFE, 2004; 2005; 2007; 2008; 2010), trata-se de um “exercício

⁴¹ SANTOS, E. M. B. **Amicus Curiae**: um instrumento de aperfeiçoamento nos processos de constitucionalidade. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7739>. Acesso em: 21/12/2009.

⁴² Cláudio Moura Castro, economista e presidente do Conselho Consultivo da Faculdade Pitágoras, apresentou em 2006, no encontro *Ações de responsabilidade social em educação*, uma “árvore de alternativas para apoiar a educação” na qual, uma das formas de apoio era o *advocacy*, que envolve ações de *lobby* no Congresso, pressão/apoio sobre Secretarias e Ministérios, apoio a campanhas de *marketing*, mobilização social e interação com a imprensa (SHIROMA, 2010).

de influências” cujo objetivo é “a mudança nas políticas e práticas em benefício dos indivíduos ou grupo específico de pessoas” (ROCHA, 2009, p. 45), conceituação dada pela autora que não se distancia do conceito de *lobby* que, por sua vez, “[...] designa a prática de influenciar as decisões governamentais, por meio de agentes que servem àqueles interesses, com o objetivo de levar as autoridades a fazer – ou deixar de fazer – alguma coisa a bem daqueles interesses” (FARHAT, 2007, p. 51).

No primeiro ano de vigência do programa Marco Legal, 2003, monitorando *online* e influenciando ações do Congresso Nacional, o Gife iniciou uma série de articulações políticas para impedir que a nova legislação da Contribuição para o Financiamento e Seguridade Social (Cofins), aprovada naquele ano, impactasse nos orçamentos de seus associados. Para isso foram enviadas manifestações aos deputados Jamil Murad (PCdoB-SP), relator da Medida Provisória que gerou a mudança da alíquota, José Eduardo Cardozo (PT-SP) e Beto Albuquerque (PSB-RS); subsecretário de Articulação Social do governo, Beto Cury; secretário-geral da presidência, Luiz Dulci; e senadores Tião Viana (PT-AC), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM). Em dezembro do mesmo ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 10.883 mantendo isentas da cobrança da Cofins as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e associações. Ainda em 2003, o

Gife foi convidado pelo secretário-geral da presidência para participar da elaboração do Plano Plurianual a fim de incluir na pauta de políticas públicas, ações de fortalecimento do ISP (GIFE, 2004, p. 9).

Nos anos seguintes o Gife integrou o Grupo de Trabalhos Interministerial (GTI), que reúne os ministérios da Casa Civil, Desenvolvimento Social, Educação, Fazenda, Previdência Social e Trabalho, para discutir o ambiente normativo relacionado ao “terceiro setor” (GIFE, 2005) e assinou com os ministérios da Cultura e da Educação, um protocolo de intenções que teve por objeto a cooperação e a parceria entre as partes para a realização de ações conjugadas nas respectivas áreas (GIFE, 2007).

No ano de 2008 o Gife acordou parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC), uma organização que tem como objetivo “contribuir para a melhoria da competitividade das organizações privadas e da qualidade e produtividade das organizações públicas” (GIFE, 2009b, p. 15). No mesmo ano, passou a integrar o Conselho Nacional de Política Cultural, órgão colegiado do Ministério da Cultura cuja finalidade é influenciar a formulação de políticas públicas. Participou também de grupos de trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, discutindo política nacional de empregabilidade juvenil e, em São Paulo, nomeou membros para representação no Conselho de Administração e Orientação da Agência de Desenvolvimento Social do Governo do Estado (GIFE, 2009b).

Em 2009 o Gife realizou em parceria com o Mec um *workshop* de educação buscando um alinhamento⁴³ entre as práticas dos investidores sociais com as políticas públicas de educação, debatendo as funções dos governos, organizações da sociedade, instituições de ensino e investidores sociais (GIFE, 2010).

No plano de ação Gife para 2010 estão previstas reuniões com os ministérios da Cultura e Educação e negociações para assentos em conselhos, além da audaciosa meta de tornar-se referência global em ISP até 2020 (GIFE, 2009a), que para ser realizada carece angariar vínculos e apoio ao Grupo. Para isso é necessária que o Gife participe de eventos diversos em nível nacional e internacional.

3.2.3 Eventos nacionais e internacionais

Para as atividades congressos, painéis, *workshops*, cursos e publicações, o Gife conta com quatro tipos fundamentais de recursos: financiamento, patrocínio, colaboração e apoio institucional. No período de 2000 a 2008 as Fundações Belgo-

⁴³ De acordo com o GIFE, alinhamento “[...] distingue-se de parcerias e alianças. Alinhar significa conhecer e considerar todas as ações desenvolvidas em um determinado sistema de ensino, sejam elas políticas públicas ou ações promovidas por organizações da sociedade civil ou iniciativa privada” (GIFE, 2009b, p. 5). A distinção deve-se a intenção do grupo em “fortalecer a concretização” de políticas educacionais de Estado, distanciando-se de políticas de governos.

Mineira, Vale do Rio Doce, Bradesco e Avina e Instituto Synergos, forneceram os quatro tipos de recursos fundamentais; as Fundações Ford, BankBoston, Maurício Sirotsky Sobrinho, Odebrecht, Otacilio Coeses e Kellogg, e o Instituto Airton Senna, foram responsáveis pelos recursos apoio, colaboração e financiamento; com recursos distintos participaram também a Unesco, o Preal e secretarias municipais.

A partir do ano de 2000, bienalmente o Gife passou a promover o Congresso Nacional sobre ISP. As temáticas das duas primeiras edições do Congresso Gife tiveram como objetivo promover entendimentos entre os principais sujeitos do campo social. Para tais edições, o Gife destacou em seus relatórios de atividades a participação de sujeitos vinculados a iniciativa privada nas políticas sociais do Estado (GIFE, 2001; 2003). Nos anos seguintes, os congressos enfatizaram a melhoria da gestão nas ações socioambientais e a busca por um maior profissionalismo nas práticas de investimento social. Teve destaque a pauta do evento iniciativas de alinhamento entre organizações sem fins lucrativos, empresas e Estado, objetivando bases para discussões para promoção de ações comuns (GIFE, 2005; 2007). Em 2010, a cidade do Rio de Janeiro dará lugar a sexta edição do evento, com o tema “Visões para 2020” (GIFE, 2010).

EVENTOS						
TIPO	TÍTULO	LOCAL	ORGS	PATROC.	APOIO	ANO
CONG. NACIONAIS SOBRE ISP	(I) Desafios e perspectivas para o desenvolvimento brasileiro	Vitória	GIFE / F. Otacilio C	Co. Sider. Tubarão Co. Vale do Rio Doce Escelsa F. BB F. Bradesco Gr. Coimex Samarco Miner Telemar	F. Kellogg I. Synergos Pref. Vitória	2000
	(II) A articulação entre o público e o privado na construção de uma nova ordem social	Fortaleza	GIFE / F. Demócrito R	F. Avina F. Belgo-Mineira SESC - CE Sec. Tur. CE	CARE I. AIRTON SENNA I. Takano I. Coca-Cola Petrobrás	2002
	(III) A cidadania e suas múltiplas Dimensões	S. Paulo	GIFE	-	O. Boticário	2004
	(IV) Desafios para uma sociedade sustentável	Curitiba	GIFE	-	-	2006
	(V) Experiências locais, transformações globais	Salvador	GIFE	-	-	2008
	(VI) Visões para 2020	R. Janeiro	GIFE	Vale do Rio Doce F. Bradesco Petrobrás	F. Ford F. Ponto Frio Org. Globo	

				I. HSBC	I. Coca-Cola	
				F. Roberto M	I. Invepar	
				F. Itaú S	I. M de Salamanca	
				F. BB	I. R Steinberg	
				I. Camargo C	I. R MacDonald	
				Oi futuro	I. S Sotreq	
				SESI	BRQ Info	
				Gov. Federal	CDN	
				I. C&A	CEBDS	
				O Boticário	Folha Emp social	
					Revista Filantropia	
					Ideia sustentável	
					I. Ressoar	
					Nós da comunic	
					Plurale	
					F. Itaú C	

Quadro 10 – Congressos nacionais sobre ISP. Fonte: Gife (2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2007; 2008; 2009b; 2010).

Além dos eventos nacionais, o Gife participa e organiza encontros em nível internacional⁴⁴.

⁴⁴ O Instituto Synergos, fundado em 1986 e sediado em Nova York, tem como missão “mobilizar recursos sociais e econômicos” para aumentar “o capital ao redor do mundo” e para isso busca “inspirar, criar e apoiar parcerias” em países e regiões como Brasil, Canadá, Equador, Índia, México e região fronteiriça com os EUA, Oriente Médio, Moçambique, Namíbia, África do Sul, entre outros (SYNERGOS INSTITUTE, 2010). A Wings (*Worldwide Initiatives for Grantmakers Support*) é uma rede internacional que tem como objetivo fortalecer a filantropia que reúne mais de 140 membros associados e atuou nos Estados Unidos, Bélgica e Filipinas. Os vínculos estabelecidos entre as duas redes trouxeram a sede do Wings para o Brasil sob a presidência de Fernando Rossetti, secretário-geral do Gife, com assessoramento de Denise Aguiar, diretora da

EVENTOS					
TIPO	TÍTULO	LOCAL	ORGS	APOIO	ANO
INTERNACIONAIS	Annual Conference Council Foundations, university for a night	EUA	I. Synergos	-	2000
	Peer learning meeting on membership ans services for members	R. Tcheca	Wings	-	
	Filantropia e responsabilidade social	Guatemala	F. Kellogg	-	2001
	International society for third-sector research	Argentina	ISTSR	-	
	Peer learning meeting on membership ans services for members	México	Wings	-	
	Annual meeting of the Executive Board of UNDP	EUA	PNUD – ONU	-	2002
	VI Encontro Ibero-Americano do terceiro setor	Espanha	-	GIFE	
	Reunión Anual del Grupo de Fundaciones	Argentina	GDF	-	
	Latin American and Caribbean Interest Group	Bélgica	European F. C.	-	
	Workshop for donors and practitioners	EUA	Harvard U.	-	
	VII Encontro Ibero-Americano do terceiro setor	S. Paulo	GIFE	-	2004

Quadro 11 – Eventos internacionais. Fonte: GIFE (2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2007; 2008; 2009b; 2010).

A participação na organização de eventos em nível internacional contribui para afirmar que a rede Gife qualifica-se

Fundação Bradesco. A Fundação Kellogg foi criada por Will Keith Kellogg, empresário da indústria de alimentos, em 1930, na cidade de Battle Creek, Michigan, com ações focadas nas áreas de educação e saúde, e investe 80% de seu patrimônio em ações desenvolvidas em solo norte-americano. Os 20% restantes são investidos nas regiões da América Latina e Caribe e África do Sul para a construção de redes nacionais e promover mudanças nas políticas públicas para a infância (KELLOGG FOUNDATION, 2010).

como um espaço educativo para organizações privadas sem fins lucrativos e empresas nacionais no intuito de promover uma “nova cultura cívica” dirigida por intelectuais “de tipo americano”, porque está direcionada a gestores e futuros gestores de organizações afiliadas Gife cujos interesses são o de produzir pactos entre capitais, financeiro e industrial, nacional e internacional, possibilitando à classe hegemônica recompor-se continuamente no poder respaldando-se em relações de confiança mútua e cooperação inter-organizacional, viabilizadas quando organizadas em redes.

3.2.4 Cursos

O curso “Ferramentas de Gestão”, lançado em 2001 objetivando a formação gerencial de profissionais que atuam em projetos sociais, foi composto inicialmente de sete módulos: desenvolvimento sócio-econômico do Brasil e legislação para o “terceiro setor”; planejamento e elaboração de projetos; sustentabilidade e captação de recursos; comunicação e *marketing* na área social; planejamento estratégico; avaliação e análise de impacto; gestão administrativa e financeira. Em 2004 foram acrescentados os módulos: desenvolvimento de lideranças para gestão social e desenvolvimento e gestão de programas de voluntariado. Participaram do curso, no período de 2001 a 2009, profissionais dos estados São Paulo, Rio de Janeiro, Minas

Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul (GIFE, 2002; 2003; 2004; 2008; 2009b; 2010).

O Gife oferece também o curso “Ferramentas de Gestão *in Company*”, planejado de acordo com as necessidades específicas da organização que o solicita. O curso *in Company* mantém os módulos básicos, cenário social e legislação para o terceiro setor; elaboração e avaliação de projetos; comunicação e *marketing* na área social; sustentabilidade e mobilização de recursos; planejamento estratégico. E acrescenta os módulos de gestão administrativa e financeira para organizações sem fins lucrativos; desenvolvimento e gestão de programas de voluntariado; desenvolvimento de lideranças para gestão social; conceitos e práticas em investimento social privado na agenda da responsabilidade social empresarial; gestão de recursos humanos na área social; gestão de parcerias e alianças; governança e desenvolvimento de conselhos em organizações sociais; ética na gestão de projetos sociais; cultura e desenvolvimento, como sugestão para aprofundar a formação dos participantes de acordo com a preferência da organização contratante (GIFE, 2010).

No ano de 2002 o Gife lançou o curso de pós-graduação *lato sensu* de “Especialização do terceiro setor”, para formar profissionais de organizações sociais, com o apoio das fundações Banco do Brasil, O Boticário, Odebrecht e Roberto Marinho, Institutos Aliança, do Adolescente, Ayrton Senna e C&A e Hospital Albert Einstein. O curso resultou de incrementos feitos

ao Programa *Trainee*, que, iniciado em 1998, destinava-se a capacitar jovens recém formados atuantes em organizações do “terceiro setor” (GIFE, 2003; 2004).

Outro programa em nível de pós-graduação lançado pelo Gife foi o “Curso Avançado de Gestão do Investimento Social Privado”, iniciado no ano de 2007 e realizado em parceria com a Escola Superior de Propaganda e *Marketing* (ESPM), voltado exclusivamente para executivos de fundações, institutos e empresas responsáveis pela área social da organização. São conselheiros associados da ESPM, entre outros, Jayme Sirotsky, membro do Conselho Curador da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho e ex-presidente do Grupo RBS (1986-1991), João Roberto Marinho, presidente do Conselho Editorial e vice-presidente das Organizações Globo e Roberto Civita, presidente do Grupo Abril e da Fundação Victor Civita. As três organizações citadas estão vinculadas a rede Gife e tem assento em seu conselho diretor.

CURSOS		
NOME	OBJETIVO	PARCEIROS
PROGRAMA TRAINEE	Programa de capacitação profissional de jovens recém formados que atuam no “terceiro setor”.	F. Kellogg
OFICINA DE CAPACITAÇÃO 'CONSELHOS: VISÃO GLOBAL E ESTRATÉGICA'	Processo de aperfeiçoamento das ações da rede de associados.	I. Synergos / N C for Nonprofit / Boards (NCNB-EUA)

CURSOS		
NOME	OBJETIVO	PARCEIROS
FERRAMENTAS DE GESTÃO	Disponibilizar para profissionais que atuam em organizações sociais sem fins lucrativos, ou para quem deseja trabalhar na área, instrumentos gerenciais.	-
PROGRAMA DE ESTÁGIOS	Disseminar os conceitos e as práticas do investimento social privado para o meio universitário.	-
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE FUNDAÇÕES DOADORAS	Capacitação de gestores e troca de informações	Grupo de Fundaciones (GDF – Argentina)
OFICINA DE DESENVOLVIMENTO DE CONSELHOS	Debater conflitos entre conselhos e equipes técnicas de organizações sociais	I. Synergos
OFICINA SOBRE CONSTITUIÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE INVESTIDORES	A convite do I. Synergos e F. Esquel (Equador)	-
PROGRAMA GIFE DE ESPECIALIZAÇÃO EM TERCEIRO SETOR	Curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> para formar profissionais para atuarem em organizações sociais.	-
SEMINÁRIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS	Atualização e troca de informações sobre o tema; incentivar entre diretores e profissionais da área de recursos humanos, planejamento estratégico e marketing e práticas socialmente responsáveis a adoção de políticas	SESI
CURSO AVANÇADO DE GESTÃO DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO	Voltado exclusivamente aos executivos de fundações, institutos e empresas responsáveis pela área social da organização	Escola Superior de Propaganda e Marketing

Quadro 12 – Cursos Gife. Fonte: Gife (2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2007; 2008; 2009b; 2010).

Como demonstraremos no capítulo cinco, o Gife precisa formar aqueles que irão gerir o conjunto de técnicas que ordenam o trabalho nas organizações afiliadas, uma vez que a adesão desse grupo de profissionais é indispensável para a prática do ISP, com características que Boltanski e Chiapello (2009) atribuíram ao “espírito” do capitalismo: autonomia, realização profissional e um novo sentido comum de justiça. Tais elementos articulados entre si servem de justificativa à adesão desses gestores ao sistema capitalista.

3.2.5 Grupos de Afinidade e publicações

Criados no ano de 2000, os Grupos de Afinidade reúnem associados da rede Gife de acordo com a área de atuação com a finalidade de aperfeiçoar seus projetos e programas, e estão distribuídos em quatro regionais: Bahia, Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A principal área de atuação é a educação e participam desse Grupo de Afinidade 109 instituições associadas.

No relatório de atividades Gife, do ano de 2004, localizamos registros de encontros entre os integrantes do Grupo de Afinidade em Educação (GAE) e o Mec para discutir o papel e a inserção dos investidores sociais privados no apoio às políticas públicas educacionais (GIFE, 2005); em 2006, o Gife, por meio do GAE, acordou parceria com o TpE (GIFE, 2007) e em 2007, debateu como o Mec os pontos convergentes entre o trabalho

desenvolvido por seus associados e as estratégias de implementação e progresso do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (GIFE, 2008). Como subproduto desses encontros, o Gife publicou em 2008 o *Guia GIFE sobre investimento social privado em educação*.

Os eventos nacionais e internacionais, congressos, seminários, *workshops*, painéis temáticos, encontros dos grupos de afinidades, e cursos desenvolvidos pelo Gife, foram, de algum modo, registrados pelo Grupo – relatórios anuais de atividade, guias e manuais – e foram publicados; estão disponíveis no *website* da instituição para *download* ou podem ser adquiridos no próprio endereço e livrarias.

PUBLICAÇÕES GIFE					
Título	Autor (es)	Editora	Publicação	Ed.	Ano
Guia das melhores práticas de governança para fundações e institutos empresariais	GIFE; IBGC	IBGC	Impresso / <i>online</i>	1	2009
Perspectivas para o marco legal do terceiro setor	LARROUDÉ, E. R. A.; OLIVEIRA, F. R. S.; PANNUNZIO, E.	GIFE	Impresso / <i>online</i>	1	2009
Kit censo GIFE 2007/2008 + censo GIFE juventude	GIFE	GIFE	Impresso / <i>online</i>	1	2009
As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*	IBGE / IPEA	IBGE / IPEA	Impresso / <i>online</i>	1	2008

PUBLICAÇÕES GIFE					
Título	Autor (es)	Editora	Publicação	Ed.	Ano
O investimento social privado dos EUA no Brasil - uma análise de empresas do grupo +Unidos	GIFE	GIFE	Impresso / online	1	2008
Kit censo GIFE 2005/2006 + censo GIFE educação	GIFE	GIFE	Impresso / online	1	2007
Juventude: tempo presente ou tempo futuro?	GIFE	GIFE	Impresso / online	1	2007
O melhor do redeGIFE: artigos, entrevistas e reportagens	GIFE	GIFE	Impresso	1	2006
Como divulgar ações sociais de empresas	GIFE	GIFE	Impresso / online	1	2006
Terceiro setor - regulação no Brasil	SZAZI, E.	GIFE / Peirópolis	Impresso	4	2006
Alianças e parcerias - mapeamento das publicações brasileiras sobre alianças e parcerias	Aliança CAPOAVA**	GIFE / Imp. Oficial	Impresso	1	2005
Terceiro setor - desenvolvimento social sustentável	IOSCHPE, E. B. (ORG.)	GIFE / Paz e terra	Impresso	3	2005
Guia GIFE sobre parcerias e alianças em investimento social privado - um caminho estratégico	GIFE	GIFE	Impresso	1	2004
Guía GIFE sobre inversión social privada - cómo començar un programa de acción en su empresa	GIFE	GIFE	Impresso	1	2004
Guia GIFE sobre investimento social privado em educação	GIFE	GIFE	Impresso / online	1	2008

PUBLICAÇÕES GIFE					
Título	Autor (es)	Editora	Publicação	Ed.	Ano
Guia GIFE sobre investimento social privado - como iniciar um programa de ação social na sua empresa	GIFE	GIFE	Impresso	1	2002
Investimento social na idade média - discurso e imagem da iniciativa privada na imprensa brasileira	COSTA, S. M.; VEIRA, G.; CAVALCANTE, J. (COORD.)	GIFE / ANDI	Impresso / online	1	2000
A mesa posta - formação e empregabilidade para jovens em gastronomia	Espaço jovem; Inst. IBI de desenvolvimento social	Inst. IBI de desenv. social	Impresso / online	1	s/d
* Estudo realizado em parceria com a Abong e Gife.					
** Aliança CAPOAVA: ASHOKA, Fundação Avina, Instituto Ethos e Gife.					

Quadro 13 – Publicações Gife. Fonte: Gife (2010)

O *Censo GIFE educação*, publicado em 2006, pelo Gife e Instituto Unibanco, como dissemos anteriormente, destacou as ações dos associados Gife destinadas à educação, naquele ano, principalmente ao ensino básico, com trabalhos desenvolvidos nas redes pública e/ou privada: experiências do Sistema S no encaminhamento para o mercado de trabalho em detrimento dos sistemas estaduais e federais de educação profissional. Tratou-se de um estudo que objetivou identificar áreas de maior investimento – educação, quantificar associadas que executavam/financiavam projetos por área de atuação e entidades e sujeitos beneficiados, bem como apontar os resultados daquelas iniciativas. Apesar das expectativas anunciadas nos objetivos, o

volume traz registro da impossibilidade de avaliar o impacto das ações planejadas dada a indisponibilidade de sistemas regulares e eficientes para tanto (GIFE, 2006a).

A rede Gife apresenta-se como “interlocutora da área social” com o Estado e o empresariado (GIFE, 2001, p. 8). Por esta razão norteia suas ações com base em dois documentos que precisam ser observados e cumpridos por cada um de seus associados: o *Estatuto GIFE* e o *Código de Ética*.

3.3 Estatuto e Código de Ética

No Estatuto Social do Gife estão contidos 41 artigos que estruturam e organizam o Grupo, anunciam seu objetivo social, estabelece sua sede, patrimônio, receita e a destinação desses. Para manter parte de suas atividades, utiliza-se dos recursos provenientes das contribuições anuais associativas de sua rede. O documento prevê como objeto social do Gife a promoção do Investimento Social Privado (ISP) através da qualificação técnica, da atuação em rede, do fortalecimento político institucional e do apoio à atuação estratégica de institutos e fundações privadas voltadas ao interesse público (GIFE, 2005a).

Tais objetivos seriam alcançados, segundo o Gife (2005a), por meio de:

- 1) atuação articulada entre Estado e associados, bem como outros sujeitos, pelo estabelecimento de alianças e parcerias;
- 2) fomento e ampliação da esfera pública não-estatal por meio de instituições sem fins lucrativos comprometidos e dispositivos à prática do ISP;
- 3) da auto-organização do Grupo como centro de referência nas áreas de atuação, sistematizando, disponibilizando e disseminando informações;
- 4) do diálogo, intercâmbio, alianças e parcerias em torno de ações conjuntas entre associados;
- 5) do aperfeiçoamento e capacitação profissional de áreas correlatas ao objetivo institucional (cursos, seminários, *workshops*, etc.), produzindo, editando, distribuindo e comercializando publicações e produtos educacionais do objeto social;
- 6) pela captação e gestão de recursos (fundos patrimoniais) para promoção do objeto social;
- 7) realizando investimento e exercendo atividades econômicas consentâneas com o seu objetivo, cujos resultados se destinariam à consecução de seu objeto social, incluindo aumento do próprio patrimônio.

Reza o Código de Ética do Gife que é obrigatória a prática e a disseminação do conceito de ISP entre os associados, bem como o cumprimento do *Estatuto GIFE* e do Código em questão, o comprometimento com seus objetivos e ideais, a transparência nas ações entre associados ou com o poder público com abstenção de privilégios corporativos e a gestão competente e eficaz dos recursos e sigilo profissional. O documento salienta que a prática de ISP não deve ser confundida nem utilizada como ferramenta de comercialização de bens tangíveis e intangíveis, mas, admite ao associado expectativa de valor agregado à sua imagem como subproduto do ISP (GIFE, 1995).

De acordo com as análises de Martins (2009, p. 143) sobre o Código de Ética do Gife, a constituição desse Grupo, visando congregar organizações privadas sem fins lucrativos e empresas, “é uma resposta positiva aos princípios e diretrizes do programa neoliberal da Terceira Via”, uma iniciativa educadora da classe burguesa que busca o comprometimento da sociedade civil com os princípios de colaboração e coesão social. Além disso, o Código registra a idéia preliminar de intervenção empresarial em questões sociais, ligeiramente distinto da noção de filantropia, como demonstraremos no capítulo que segue.

4 INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Objetivando definir de modo mais adequado aos seus interesses, o Gife tem reforçado em suas formas de atuação a idéia de que existe uma diferença entre a prática do ISP e a filantropia. No entanto, trata-se de um conjunto de práticas para direcionar a intervenção da iniciativa privada nas questões sociais, viabilizadas pela ação em rede, baseando-se em experiências norte-americanas. Além disso, a prática do ISP contribui para a constituição de um setor econômico gerencial, competitivo e lucrativo na prestação de serviços públicos não-exclusivos.

Para Marcos Kasil⁴⁵, ex-presidente do Gife, há duas abordagens para filantropia e ambas compõem sistemas alternativos para a promoção de bens e serviços sociais através de recursos privados. Na primeira abordagem, segundo o médico, as ações são norteadas por princípios caritativos, de solidariedade e misericórdia predominantes na orientação religiosa da Igreja Católica. A palavra “caridade”, do latim *caritas*, está relacionada

⁴⁵ Marcos Kasil é formado em medicina pela Universidade de São Paulo e pós-graduado em Administração pela Washington University, USA; diretor-presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS); membro dos conselhos administrativos da Fundação Getúlio Vargas e Associação Brasileira de Lideranças e professor titular da Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Saúde Pública. Atuou como consultor da Organização Pan-Americana de Saúde e foi presidente do Gife, diretor-presidente do Instituto WCF-Brasil e membro dos conselhos administrativos da Fundação Banco do Brasil e WWF-Brasil, ex-diretor regional da Kellogg Foundation.

a um sentimento que move o indivíduo em direção do Divino e o benefício alcançado pela caridade é individual (a redenção e a ascensão espiritual), portanto, não universal (KISIL, 2005). Na segunda, as ações estão orientadas por princípios de amor à humanidade com iniciativas voltadas para o bem comum, conformes com a Ética Protestante, portanto universais; essa abordagem se caracteriza pelo compromisso assumido “com a mudança da sociedade e alteração de seu *status quo*” (KISIL, 2005, p.13), e se desenvolveu particularmente nos Estados Unidos durante todo o século XX, “como parte da responsabilidade individual para com o bem comum” (KISIL, 2005, p. 19). Como exemplo, Kisil cita as doações da Fundação Rockefeller, ajudando a fundar as Universidades de Chicago e Johns Hopkins, em Baltimore, e as Faculdades de Medicina e Saúde Pública da Universidade de São Paulo, no Brasil, e sintetiza a prática da filantropia norte-americana como “não dar o peixe, mas ensinar a pescar” (KISIL, 2005, p. 19).

Para Marcos Kisil o modelo caritativo prevaleceu no Brasil como herança da colonização portuguesa; no idioma português “caridade” e “filantropia” são sinônimos, o que explica, segundo ele, a resistência de grupos como o Gifê em usar o termo filantropia:

[...] dá-se a palavra “filantropia” um significado político, já que estaria relacionada à prática paternalista dos grupos tradicionais detentores do poder, e que a usam de forma a criar dependência

entre doadores e beneficiários, com a finalidade de manter o *status quo* de uma classe dominante sobre os menos favorecidos da sociedade (KISIL, 2005, p. 21).

Com essa lógica, os anos de 1980 representam, para o ex-presidente do Gife, o período de amadurecimento político e fortalecimento de alguns grupos engajados nos movimentos contra a ditadura, que posteriormente se organizaram em institutos e fundações com recursos técnicos e financeiros de *grantmakers* internacionais (KISIL, 2005). *Grantmakers*, ou doadoras, são organizações sem fins lucrativos, que atuam não apenas no financiamento direto de projetos e/ou programas, mas também são mantenedoras de outras organizações de mesma natureza jurídica (FALCONER; VILELA, 2001), como por exemplo, as Fundações Kellogg e Ford que financiaram recursos para viabilizar a instituição da Fundação Abrinq (KISIL, 2005) da *Inter-American Foundation* e da própria rede Gife (GIFE, 2000); com frequência, segundo Falconer e Vilela (2001, p. 16), as *grantmakers* mantêm “estreitas relações com grupos que representam uma elite econômica nacional e internacional, como empresas e empresários, governos, religiões organizadas e outros atores sociais” e que pela posição privilegiada que ocupam, se destacam na definição da agenda para o “terceiro setor”. Nas políticas, diretrizes e normas das organizações beneficiárias seria

possível, então, identificar valores e interesses dessas doadoras, por ela representada (Falconer e Vilela, 2001).

As características básicas do modelo filantrópico norte-americano – planejamento, profissionalização do *staff*, avaliação e disseminação de resultados – influenciaram as diretrizes das organizações privadas sem fins lucrativos atuantes no Brasil e contribuem para conformar um tipo de intervenção social chamado Investimento Social Privado. Usando os termos do próprio Kisil, “a prática das fundações americanas vai sendo progressivamente incorporada pelo investidor privado no Brasil” (KISIL, 2005, p. 34) o que nos permite refletir uma possível americanização das políticas sociais.

No item que segue, demonstraremos que a prática do ISP, além de ser competitiva e lucrativa, configura-se como técnica para operar em redes e influenciar políticas públicas.

4.1 ISP: prática econômica gerencial, competitiva e lucrativa

O Gife define ISP como

[...] o repasse voluntário de recursos privados de forma **planejada, monitorada** e **sistemática** para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. Incluem-se neste universo as ações sociais protagonizadas por empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou instituídos por famílias, comunidades ou indivíduos (GIFE, 2010. Grifos no original).

E se caracteriza, de acordo com Marcos Kisil (2005, p. 27), pela ênfase em:

- Atender as necessidades do receptor;
- Uso de estratégias para alcançar “impactos” desejados pelo doador;
- Retorno do investimento “[...] não em lucro, mas em benefício social”;
- Uso de ferramentas para gerenciamento (planejamento, controle e avaliação) e disseminação de resultados “[...] **se possível influenciando políticas públicas**” (Sem grifos no original);
- Parcerias estratégicas que maximizem recursos e diminuam riscos para o doador;
- Profissionalização do *staff* das organizações sem fins lucrativos.

Os elementos destacados por Kisil estão presentes em teorias organizacionais ou administrativas, particularmente na chamada Administração Flexível. Compreendem um conjunto de técnicas que objetivam ordenar o trabalho produtivo, tais como a reengenharia, os círculos de qualidade total, células de produção customizada, multifuncionalidade, entre outras, objetivando aumento de produtividade com redução de custos em benefício da competitividade de mercado (GURGEL, 2003).

O “atendimento as necessidade do receptor” baseia-se no discurso ideológico que deu sustentação ao desenvolvimento da gestão da qualidade, à “valorização dos clientes”, cujo objetivo real é o gerenciamento do desempenho do trabalhador (FARIA, 2007); uma das estratégias para esse tipo de gerenciamento se dá pelo apelo à profissionalização do voluntariado. De acordo com Shiroma (2003, p. 1) vocábulos como profissionalização, competência, qualidade e produtividade, entre outras, são “portadoras de teor intrinsecamente positivo, do ponto de vista do senso comum [...]. O termo ‘profissional’ alude noções de competências, de credenciais, outorgando autoridade aos seus portadores legitimada por um conhecimento específico”. Contudo, a autora adverte que “[...] a despeito do conteúdo positivo inscrito no conceito de profissionalização, as decorrências tendem à proletarização” (SHIROMA, 2003, p. 6), uma resultante da organização do trabalho no capitalismo, incluindo o controle sobre cada etapa do processo de trabalho. Os processos de profissionalização serviriam, então, como estratégia à internalização da motivação e da disciplina (SHIROMA, 2003) em benefício da produtividade. Para Faria (2007, p. 199), não apenas o trabalhador precisaria ser disciplinado nessa lógica:

[...] na gestão de qualidade o cliente é o indivíduo competente e disciplinado que se encaixa na cultura do sucesso e da competição consumista. [...] não deve existir, em nível político, alternativa alguma, ou seja, não deve haver como

escapar da nova moda [da qualidade orientada ao cliente], já que se trata de uma coisa necessariamente boa para todos.

Para ele, é necessário que o “cliente” seja disciplinado tanto quanto o trabalhador uma vez que as tecnologias gerenciais revelaram-se ambiciosas estratégias de dominação destinadas à manutenção da submissão do trabalho ao capital, propondo como razão e finalidade da produção da existência à eficiência, rentabilidade e crescimento econômico (FARIA, 2007).

Além da dimensão gerencial identificada no ISP, destacamos ainda, o aspecto competitivo e lucrativo imediatamente implicado. De acordo com Milani Filho (2007) **a prática do ISP estabelecida a partir de parcerias e/ou alianças entre empresas e organizações privadas sem fins lucrativos** objetivando o benefício público, compõe um movimento que ficou conhecido como Responsabilidade Social Corporativa (RSC), ações direcionadas à melhoria do relacionamento entre fornecedores, acionistas, clientes, concorrentes, trabalhadores, Estado e sociedade, aumentando a competitividade de uma empresa. São consideradas atividades dessa natureza o investimento em equipamentos de proteção ambiental, o cumprimento legal de pagamento de tributos, e a prática do ISP. A Responsabilidade Social Corporativa “[...] seria parte de um conjunto de medidas estratégicas de *marketing* para reduzir a rejeição popular à natureza do negócio e contribuir para

influenciar os legisladores ante as leis e ações reguladoras [...] que afetariam negativamente seus resultados” (MILANI FILHO, 2007, p. 3), não necessariamente se destinando à promoção do bem comum.

O ISP se distinguiria, então, da responsabilidade social pelo “repasso voluntário de recursos privados de forma **planejada, monitorada e sistemática** para projetos sociais” (GIFE, 2010), visando intervir, modificar e/ou reformar a sociedade. Dito de outro modo, o objetivo final do ISP, de acordo com o Gife, é atender a uma demanda de serviços sociais, contudo, ao estabelecer serviços em parceria com o grande capital e ao diferenciá-lo da filantropia empresarial (repasso aleatório e não monitorado de recursos) deixa evidente a constituição de um nicho lucrativo às empresas investidoras que convertem em *marketing* social os resultados “positivos” dos projetos apoiados/financiados. A Fundação Bradesco, associada ao Gife e investidora social em educação, mantém 40 unidades escolares distribuídas nas cinco regiões brasileiras, sete projetos educacionais, e a escola virtual destinada a oferecer cursos a distância. Nos últimos 10 anos, a Fundação investiu cerca de R\$3,2 bilhões em educação, resultando em diversos títulos e prêmios, dentre eles o *Golden peacock global award for corporate social responsibility*, em 2009, atribuído ao Banco Bradesco, principal mantenedor da instituição (Fundação Bradesco, 2010). No mesmo período o Banco triplicou seus

indicadores econômicos, encerrando o primeiro trimestre de 2010 com um crescimento de 20% sobre um saldo de R\$45,2 bilhões de contas de poupança, 25,8% de participação no mercado de Seguros e Previdência Privada e um volume financeiro movimentado na BM&Bovespa de R\$23.099 milhões (Bradesco, 2010).

É evidente que tais resultados não podem ser atribuídos tão somente ao ISP, entretanto, sua prática contribui para tais números ao considerarmos que esse tipo de investimento compõe um conjunto mais amplo de medidas estratégicas de *marketing* social. Além disto, apesar da designação “sem fins lucrativos”, podem gerar excedentes operacionais desde que não sejam divididos entre seus membros de forma direta, a Fundação Bradesco não pode esconder o seu claro interesse econômico na aprovação de políticas de isenção de impostos ou de melhora da imagem de seus produtos (LÉLIS, 2006; MONTAÑO, 2005), admitindo, portanto, claro fim lucrativo, ainda que mediato. Por fim, essas práticas contribuem para dar sustentação teórica à Terceira Via quando preconiza as idéias de mercado com justiça social, um sistema globalizado que integra os diversos setores da economia e que promove pactos entre as classes fundamentais (NEVES, 2010).

No que tange à educação, o volume *Guia GIFE sobre investimento social privado em educação*, publicado em 2003, forneceu elementos que nos permitiram compreender como essa

prática é desenvolvida no campo educacional. A publicação foi realizada em colaboração com o Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária (Cedac), Preal, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de São Paulo (USP), Air Brasil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fundação Lemann,

O objetivo do Gife com a publicação foi “oferecer ao investidor social privado elementos que possam norteá-lo a desenvolver ou financiar de maneira estratégica projetos sociais em educação” diferenciando “[...] uma ação de investimento social privado das outras iniciativas” (GIFE, 2003a, p. 7).

No capítulo primeiro, “O cenário da educação do Brasil” a educação é descrita como “aliada vital para promover a mobilidade social [e] determinante no desenvolvimento do capital humano e na geração de riquezas” (GIFE, 2003a, p. 9). Dados do Ipea sobre desenvolvimento econômico foram utilizados para ressaltar que as desigualdades salariais e de renda, e que os índices de brasileiros empregados seriam determinados pelo grau de escolaridade; considerações lineares a teoria do capital humano⁴⁶. O documento recomenda a observação de sete

⁴⁶ A Teoria do Capital Humano apresentada pelo economista Theodore Schultz (1902 – 1998) tinha por objetivo explicar os ganhos de produtividade gerados pelos trabalhadores na produção. A conclusão apontou que quanto mais qualificado o trabalhador, maior a produção e o “ganho” individual. O pressuposto central da Teoria é o de que capital humano é algo produzido, isto é, resultado de decisões deliberadas de investimento em educação e/ou em treinamento. A Teoria de Schultz tomou corpo e encontrou campo nos diferentes

indicadores para conhecer “o estado da arte da educação no Brasil”: taxa de analfabetismo, cobertura ou atendimento escolar, taxas de escolarização líquida, aprovação e reprovação, abandono escolar e distorção idade-série⁴⁷ (GIFE, 2003a, p. 10).

“Princípios para a concepção de um investimento em educação” apresenta a concepção de educação adotada pelo Gife para subsidiar ações de ISP em educação, “[...] a educação é um processo onde o ser humano se desenvolve e se transforma continuamente e o ato educativo permeia toda a vida social” e o objetivo comum a ser desenvolvido nos projetos: [...] que seja um meio eficaz de [reduzir desigualdades sociais], [e] que encarem o educando como sujeito de direitos e ator do processo de aprendizagem e visem conferir-lhe autonomia, consciência crítica e preparo para o exercício da cidadania”, exercício [in]definido como “[...] desde a capacidade de escolher seus governantes até a adequada inserção no mercado de trabalho” (GIFE, 2003a, p. 15-

caminhos da educação com o trabalho do também economista Gary Becker (1930), que publicou em 1964 a obra *Human Capital: a theoretical and empirical analysis with especial reference to education*, pela Universidade de Columbia. O discurso econômico hegemônico apregoa que o grau de educação de cada indivíduo correlaciona-se positivamente com os rendimentos pessoais e, a teoria do Capital humano, afirmando que uma educação adicional elevaria rendimentos futuros, subsidia estes discursos. A principal hipótese que está subjacente a este tratamento da educação é a de que aumentos significativos na renda de um país são conseqüências de adições a esta forma de capital. A “educação investimento” obedece a uma opção racional entre custos atuais e renda futura, no contexto mais amplo da maximização dos retornos individuais e/ou sociais.

⁴⁷ De acordo com o documento, atendimento corresponde ao número de alunos matriculados e taxa de escolarização líquida corresponde “[...] ao percentual de alunos que freqüentam o nível adequado à sua faixa etária” (GIFE, 2003a, p. 11).

16). O capítulo contém rol de nove itens a compor um projeto de ISP em educação, do qual destacamos “a aproximação com órgãos municipais, estaduais e/ou federais de educação, a fim de influenciar a elaboração e a implementação de políticas públicas” (GIFE, 2003a, p. 18).

Os terceiro e quarto capítulos, “Possíveis frentes de investimento” e “Desafios e oportunidades de investimento”, tratam, respectivamente, sobre onde e como investir. Os campos em destaque para investimento seriam o ensino formal, “[...] a educação escolar pública [...] na qual se encontra a escola pública”, e as ações complementares à escola definidas como aquelas que “[...] consistem em atividades educativas concebidas de forma livre, sobre as quais não incide regulamentação específica”, compostas de conteúdos nas áreas de artes, cultura, esporte, lazer, introdução ao trabalho, etc. (GIFE, 2003a, 26). Às escolas públicas seriam destinados investimentos à aquisição de equipamentos diversos, apoio as ações de ensino e gestão escolar, incluindo suporte à estruturação administrativa e pedagógica quando “[...] os níveis de atendimento forem insuficientes para dar vazão à demanda” (GIFE, 2003a, p. 27). Em se tratando de como investir, capacitação dos profissionais da comunidade escolar foi a alternativa mais sugerida pelo guia. O quadro 14 foi construído a partir do documento e representa uma síntese daquele capítulo:

Educação Infantil e programas de ação complementar	Capacitação de educadores; equipamentos; apoio à construção do projeto pedagógico
Ensino fundamental	Capacitação de professores e prêmios de incentivo à qualificação; fortalecimento da gestão escolar; aquisição/produção de
Ensino Médio	Capacitação de educadores; articulação escola-empresa; bolsa de estudos
Distorção idade-série	Capacitação de professores; novas metodologias de ensino
Infra-estrutura dos estabelecimentos de ensino	Capacitação dos profissionais auxiliares das atividades de ensino; reformas; mobilização de recursos da comunidade
Educação profissional e capacitação para o trabalho	Participação do empresariado; qualificação de instituições de ensino não-formal profissionalizante; atualização
Ensino superior	Cessão de bolsa de estudos para alunos de pós-graduação; premiação para alunos e professores
Políticas públicas	Articulação e participação em redes

Quadro 14 – “Desafios e oportunidades” para ISP em educação. Fonte: Gife (2003a).

O capítulo sobre “Avaliação de projetos em educação” adverte que o traço característico do ISP, “a geração de impacto”, seria completamente realizada se, e quando, seguida por meio de “avaliação criteriosa de processos e resultados”, comparando tal procedimento ao de investidores em economia de mercado, analisando a “‘taxa de retorno’ de seus negócios [...] para determinar sua relevância e eficácia” (GIFE, 2003a, p. 32). A avaliação para um projeto educacional, com esse pressuposto,

deveria conter informações sobre aprendizagem de competências, sistema de registros e coleta de informações, avaliação de resultados (checar o cumprimento de metas e objetivos) e avaliação de impacto (verificar os efeitos do projeto sobre a realidade que pretendia alterar). De acordo com o documento, tais avaliações deveriam ser executadas por técnicos especializados dos quadros de colaboradores das organizações envolvidas ou por consultores externos; experiências bem sucedidas poderiam ser tornadas políticas públicas: “A influência na política pública é a melhor maneira de conferir escala aos projetos sociais do investidor social privado” (GIFE, 2003a, p. 34).

Do rol de “Recomendações” do Gife para a prática do ISP em educação, destacamos os “deveres” de projetos educacionais:

- Contemplar a idéia de educação como processo, portanto um investimento de médio e longo prazo. Seria necessária intencionalidade e objetividade. O documento adverte para que se “coloque o pragmatismo e a cultura de “fazer as coisas acontecerem” tão típicas do empresariado a serviço dos projetos que a organização apóia” sem perder de vista que “ações sociais têm ritmo naturalmente mais lento que as ações do mundo dos negócios” (GIFE, 2003a, p. 38);
- Nortear suas definições de apoio pelo conceito de investimento estratégico, buscando “**ações integradas e de âmbito sistêmico**, de qualidade consistente e

implementação duradoura” e “**que possam ser disseminadas e multiplicadas em escala**, que mobilizem órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil em favor da educação” (GIFE, 2003a, p. 38. Sem grifos no original);

- Evitar investimentos em “soluções paliativas” consideradas “insuficientes para promover mudanças estruturais” (GIFE, 2003a, p. 39);
- Evitar sobrepor ou duplicar esforços, optando pelo estabelecimento de parcerias e trabalhando com a perspectiva da cooperação, fortalecendo iniciativas ao invés de criar redes paralelas. “**O investidor social privado** não é um substituto do Estado, não é um instituidor de políticas públicas, mas um **potencial influenciador dessas políticas públicas**” (GIFE, 2003a, p. 40. Sem grifos no original);
- **Estabelecer parcerias e alianças** “com os organismos da educação nos estados e municípios” como possibilidade de “caminhar **para a influência na formulação de políticas públicas**” tornando perene o investimento (GIFE, 2003a, p. 41. Sem grifos no original);
- Incluir ou envolver “a instituição beneficiária para o planejamento e a efetuação da avaliação”, promovendo

“uma cultura em prol da avaliação nos equipamentos de educação⁴⁸” (GIFE, 2003a, p. 41);

- Evitar “o investimento em infra-estrutura descolado do investimento em ações pedagógicas” (GIFE, 2003a, p. 42);
- Apoiar “ações pela profissionalização da gestão da escola ou do equipamento de educação complementar à escola. [...] Liderança e habilidade da direção são essenciais, bem como a participação e o compromisso dos professores/educadores” (GIFE, 2003a, p. 42);
- **Capacitar professores para gerenciar situações** como a “violência ou a família que se desfez e que já não educa mais” (GIFE, 2003a, p. 43);
- **Ensinar as escolas** a “aprender a mobilizar, pleitear e acionar recursos governamentais e da comunidade” (GIFE, 2003a, p. 43);
- Requerer o envolvimento e o compromisso dos órgãos públicos a quem as escolas estão subordinadas.

As “experiências bem-sucedidas” foram apresentadas no sétimo capítulo do volume. O quadro 15 é uma síntese do disposto no documento.

⁴⁸ Equipamento educacional é definido no documento como “estruturas físicas direcionadas à realização de atividades educativas, como uma escola, universidade, creche, centro de atendimento a adolescentes e jovens” (GIFE, 2003a, p. 69).

Programa	Investidor	Ano inic	Objetivos	Características
Comunidade educativa	F. Bunge	2002	Incentivar a relação família-escola para o fortalecimento das associações de pais e mestres	Escolas nos estados de SP, RS e SC; ações desenvolvidas de acordo com as peculiaridades de escolas e comunidades; cursos de capacitação de voluntários, professores e diretores
Arte na escola	F. Iochpe	1989	Qualificar processos educacionais em arte	Educação continuada para qualificação de professores e viodeteca; parceiros nos estados RS, SC, PR, SP, GO, PB, RN, PA e no DF; prêmio "Arte na escola cidadã" para projetos educativos no ensino da arte entre professores; <i>advocacy</i> visando incluir o ensino da arte na pauta de prioridades de escolas e universidades
Escola que vale	F. Vale do Rio Doce	2000	Melhorar a aprendizagem dos alunos	Parceria entre prefeituras e escolas municipais, empresas Pará Pigmentos e Albrás e o CEDAC (executor); capacitação de diretores, supervisores e professores nas áreas de língua portuguesa, gestão da escola e da sala de aula, uso de recursos tecnológicos; oficinas de trabalho para professores nas áreas de arte e língua portuguesa; projetos de integração escola-empresa
Criança/escola de futuro	I. Algar / CTBC	1994	Apoiar a equipe de educadores das escolas	Projetos em escolas dos estados de MG, MS, SP e GO; eixo central: capacitação de professores

Programa	Investidor	Ano inic	Objetivos	Características
Se liga	I. Airton Senna	1999	Implementar processo de alfabetização para alunos com distorção idade-série	Estado de GO; identificação e formação de professores-alfabetizadores; equipes técnicas de alfabetização; políticas de alfabetização; metodologia "universal"
Capacitar educadores	I. C&A	1994	Oferecer formação continuada de profissionais de creches; equipes técnicas de agências governamentais	I. Avisa (executor); iniciado no estado de SP; estendido para a região NE
Transe-escola	Viate	1997	Reorganizar a escola como espaço de formação para todos	Implementado no estado da BA; capacitação de professores (não resultou em efetiva mudança nos indicadores educacionais da região - pesquisa MEC/CENPEC)

Quadro 15 – As experiências exitosas recomendadas pelo Gife. Elaboração própria.

O Guia contém, ainda, apêndice com dois artigos sobre a legislação educacional, comentando a Lei de Diretrizes e Bases e o Plano Nacional de Educação, financiamento da educação e Fundef.

Práticas como o ISP baseiam-se na crença de que a economia constitui uma esfera autônoma, independente de ideologia, obedecendo a leis positivas que reforçam o crescimento de riquezas como critério de bem comum manifestando-se, segundo Boltanski e Chiapello (2009, p. 45) “[n]a privatização e mercantilização máximas de todos os

serviços”. O discurso que difunde essa crença é dirigido simultaneamente aos executivos cuja adesão ao capital é indispensável ao funcionamento das empresas e para a formação do lucro, e aos gestores das organizações privadas sem fins lucrativos, espaço de intervenção social do grande capital. No item que segue, estudamos o perfil e o papel dos investidores sociais.

4.2 O papel do investidor social privado

A reestruturação do capitalismo ao longo das últimas duas décadas, segundo Boltanski e Chiapello (2009), ocorreu em torno dos mercados financeiros e dos movimentos de fusão/aquisição de multinacionais, favorecidos por um contexto de políticas governamentais favoráveis do ponto de vista fiscal e de incentivos à flexibilização do trabalho.

Segundo Harvey (2007, p. 179), as “coordenações de mercado”, operadas freqüentemente por subcontratações, se expandiram em detrimento do “planejamento corporativo direto”, ou seja, do planejamento do sistema de produção na fábrica implicando o desenvolvimento de mecanismos distintos de controle do trabalho.

Modelos completos de gestão e de controle para as grandes empresas foram tornados, sobre os impulsos das políticas governamentais e do desenvolvimento tecnológico, uma maneira

alternativa bastante viável para obtenção de lucro. Segundo Boltanski e Chiapello (2009, p. 23): “o capitalismo mundial, entendido como a possibilidade de fazer o capital frutificar por meio do investimento ou da aplicação econômica, portanto, vai muito bem”.

A recuperação do capital mundial se estrutura as expensas das sociedades que arcam com as elevadas taxas de subemprego (aprendizes, estagiários, temporários, voluntários, no setor público e privado) e desemprego, desvalorização dos salários e progressiva degradação da vida humana, afetando principalmente a população economicamente ativa “[...] como, por exemplo, o aumento da mendicância e dos “sem-teto”, freqüentemente jovens que, em número nada desprezível, são dotados de um nível de qualificação que deveria dar-lhes acesso ao emprego” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 24).

Para Harvey (2007) trata-se de uma resposta instintiva dos capitalistas à queda de lucros: a desvalorização do trabalho. A generalidade da afirmativa, contudo, oculta uma série de movimentos contraditórios:

As novas tecnologias aumentaram o poder de certas camadas privilegiadas; ao mesmo tempo, sistemas alternativos de produção e controle do trabalho abrem o caminho para a alta remuneração de habilidades técnicas, gerenciais e de caráter empreendedor. A tendência, exagerada pela passagem para o setor de serviços e pelo alargamento da “massa cultural”, tem sido de aumentar as desigualdades de renda [...], talvez

pressagiando o surgimento de uma nova aristocracia do trabalho, bem como a emergência de uma subclasse mal-remunerada e totalmente sem poder (HARVEY, 2007, p. 181).

Esse conjunto de condições, Boltanski e Chiapello (2009, p. 27) acreditam haver repercutido principalmente entre “as gerações escolarizadas”, manifestamente no “aumento do ceticismo quanto à capacidade das instituições do capitalismo [...] como a OCDE, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial [...] em manter [...] o nível econômico de vida e, de modo mais geral, o estilo de vida de seus pais” e que tem na hierarquia, na concorrência entre organizações e nas exigências dos clientes, desafios a serem superados.

A prática do ISP não se distingue de qualquer outra prática gerencial. O perfil do investidor também não difere do perfil do gestor contemporâneo. Marcos Kisil, ex-presidente do Gife, afirma que “a ação do investidor pode variar [...] em função de sua capacidade de estabelecer alianças e parcerias com outros investidores (recursos públicos e privados)” (KISIL, 2005, p. 33), e deixa subentendido que o perfil do investidor social se caracteriza por uma “elite sensível” aos problemas decorrentes da concentração de riqueza que aplica seus recursos em programas/projetos sociais, de forma estratégica, fomentando a geração de capital humano e social (capacidade para organizar-se em grupos e estabelecer múltiplas relações para atuar em redes) a

fim de promover “mudanças estruturais”, compreendidas como aquelas que “[...] resulte em uma sociedade mais justa e geradora de oportunidades para o uso do potencial de cada um de seus membros” (KISIL, 2005, p. 34).

Seguindo a análise de Gurgel (2003) sobre a necessidade de formar aquele que irá gerir o conjunto de técnicas que ordenam o trabalho produtivo, destacamos em Boltanski e Chiapello (2009, p. 46) a afirmativa de que o discurso gerencial constitui “[...] a forma por excelência na qual o espírito do capitalismo é incorporado e oferecido como algo que deve ser partilhado” uma vez que a adesão desse grupo de intelectuais ao capitalismo é indispensável para o funcionamento das empresas e para a produção de lucro:

Portanto, é, em primeiro lugar, em vista desses executivos, ou futuros executivos, que o capitalismo deve completar o seu aparato justificativo [...] Além das justificações em termos de bem comum, necessárias para responder à crítica e explicar-se perante os outros, os executivos, em especial os jovens, também precisam, [...], de motivos pessoais para o engajamento. Para valer a pena esse engajamento, para que ele seja atraente, o capitalismo precisa ser-lhes apresentado em atividades que, em comparação com as oportunidades alternativas, possam ser qualificadas de “estimulantes”, ou seja, de modo muito geral, capazes de oferecer, [...] possibilidades de autorealização e espaços de liberdade de ação

(BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 47-48. Sem grifos no original).

Um dos desafios postos pelo capital aos novos gestores, segundo Boltanski e Chiapello (2009, p. 98) foi a “*rejeição à hierarquia*”, motivada em parte por uma recusa mais geral às relações de comando, e em parte pela idéia de que a hierarquia teria se tornado um modo de organização superado. Outros desafios destacados pelos autores foram os temas da concorrência e do avanço das tecnologias o que exigiu condições mais “justas” para a competitividade e um tipo de modelo gerencial que permitisse adaptação, mudança e flexibilidade constantes.

A resposta a esses desafios gerenciais veio por meio de “empresas *enxutas*” que trabalham em rede e “[...] organização do trabalho em equipe [...] orientada para a satisfação do cliente, e uma mobilização geral dos trabalhadores graças às *visões* de seus líderes” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 101). Em síntese, uma complexa teia de estratégias apoiadas em “novos dispositivos, tais como “aliança”, “parceria”, “*coaching*” etc.”, aspectos de um “novo sistema de valores” presentes no “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 173).

Tais considerações nos permitem afirmar que um “novo espírito” do capitalismo se manifesta na gestão em redes na medida em que revisita os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade do liberalismo como demonstraremos a seguir.

4.3 Gestão em redes e o “novo espírito” do capitalismo

Boltanski e Chiapello (2009, p. 39) definem “espírito” do capitalismo como “*a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo*” (Grifos no original.) e indicam no “novo espírito” três elementos, autonomia, realização profissional e um novo sentido comum de justiça que, articulados entre si, servem de justificativa à adesão de jovens administradores/gestores ao sistema capitalista. O “novo espírito” do capitalismo revisa os princípios do liberalismo sendo difundido como: liberdade, autonomia para criar e gerir resultando em realização profissional; igualdade, um tipo de mercado que, operado em rede promove pactos entre classes fundamentais; fraternidade, passível de ser substituída por mobilização social pró-solidariedade. Esses princípios são conjugados sob os auspícios de um senso de justiça que transcende o limite das leis, sugerindo a construção de uma “consciência coletiva” de mútua colaboração que intervém no campo social para promoção do bem comum.

A autonomia foi resposta às críticas feitas ao capitalismo, particularmente nos anos 60 e 70, ao sistema burocrático e hierarquizante, da relação comandante-comandado, ao planejamento baseado em dados quantitativos e demais práticas relacionadas à autoridade; a realização profissional foi a justificativa adotada para responder questões sobre carreira e estabilidade profissional postas em xeque pelas mudanças

permanentes decorrentes de uma organização empresarial que exige conhecimentos e habilidades em termos tecnológicos que necessitariam de constante adaptação ao “novo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009); e o novo sentido de justiça comum é enfatizado nas “boas” ações ou intervenções no âmbito do social.

A atenção à adaptação, mudança, flexibilidade foram raízes no tema da concorrência, exacerbada pelos incessantes progressos pela microeletrônica, e resultantes de múltiplos dispositivos gerenciais, dentre eles o trabalho em redes, que pressupõem a participação de vários sujeitos e de projetos orientados para satisfação de clientes; o novo sentido comum de justiça responde por uma ética no fazer negócios, pautada numa forma de autocontrole que alcançada pela interiorização de regras de comportamento que objetiva estabelecer relações de confiança mútua (mecanismo regulador de reputação) e investimento pessoal em empregabilidade (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

O modelo de rede de empresas incorpora de modo dinâmico os elementos do “novo espírito” do capitalismo. De acordo com Boltanski e Chiapello (2009, p. 103), sob a égide da produção flexível também as organizações foram tornadas “*flexíveis, inovadoras e competentes*” mantendo um núcleo estratégico central para desenvolver os projetos que fundamentam os objetivos fins e recorrendo as prestadoras de serviços para a

execução de atividades complementares e de suporte, configurando uma extensa e complexa rede de organizações:

Os investimentos são feitos cada vez mais em colaboração com outras empresas, por meio de “alianças estratégicas” e “*join ventures*”, de tal modo que a imagem típica da empresa moderna hoje em dia é de um núcleo enxuto rodeado por uma miríade de fornecedores, serviços terceirizados, prestadores de serviços e trabalhadores temporários que possibilitam variar os efeitos segundo a atividade, empresas coligadas. Fala-se então em rede de empresas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 102-103).

As atividades são executadas por equipes compostas de empregados vinculados a empresa principal, fornecedores, clientes, consultores, especialistas diversos, entre outros, e que interagem física ou virtualmente de acordo com a necessidade e/ou especificidade de um dado objetivo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Esse tipo de organização do trabalho parece responder às reivindicações de maior autonomia do trabalhador que passou a desenvolver suas atividades em função de objetivos propostos e compartilhados pela rede, e não pelo simples cumprimento de uma ordem recebida: “Graças a esse *sentido* compartilhado, ao qual todos aderem, cada um sabe aquilo que deve fazer sem que ninguém precise mandar. Imprime-se com firmeza uma direção, sem ser preciso recorrer a ordens, e o pessoal pode continuar a autogerir-se. Nada lhe é imposto, pois

ele adere ao projeto” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 105. Grifos no original).

As equipes são coordenadas por líderes cuja principal função é a de identificar possibilidades e obter adesão dos outros às suas idéias; a autoridade conferida aos líderes sustenta-se na confiança conquistada pelas capacidades de comunicação e atenção no contato direto com seus pares:

Como já não podem se apoiar na legitimidade hierárquica, nem manipular as esperanças de carreiras [...], e como precisam pôr para trabalhar em seus projetos todas as espécies de pessoas sobre as quais têm pouco poder formal, os gerentes de projetos só podem impor-se pelas “competências” e pelo “carisma”, circunscrever os atores graças à eficácia de sua “rede de relações pessoais”, que lhes propicia informações e auxílio; precisam mobilizar as energias pelo poder de sua “visão” e pelas suas qualidades de “parteiros” do “talento” alheio e de seres capazes de desenvolver potenciais. É de suas qualidades pessoais que eles extraem a autoridade que os transforma em “líderes” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 107).

Ao lado do líder, Boltanski e Chiapello (2009, p. 108) destacam a ação do “especialista técnico”, detentor do conhecimento requerido em questões de inovação tecnológica, que podem trabalhar dentro da empresa, em setores de pesquisa e desenvolvimento de estratégias ou participarem como consultores

externos, quando vinculados a centros independentes de pesquisa ou universidades. Eles elementos compõem a resposta aos sistemas gerenciais hierárquicos resultando numa autonomia relativa dos gestores que podem escolher quais projetos/programas implementar.

No que se refere à realização pessoal, ainda que operando em rede, uma organização precisa, de todo modo, cumprir seu objetivo – obtenção do lucro – e, mecanismos de controle e autoridade precisam ser desenvolvidos nesse sentido. Seguindo essa lógica, Boltanski e Chiapello (2009, p. 109) consideram coincidentes a história da gestão empresarial e a história dos diversos meios de controle daquilo que acontece na empresa e ao seu redor:

Com a estratégia empresarial, desenvolveu-se o domínio dos mercados e da concorrência; com o *marketing*, o domínio do circuito de distribuição, dos clientes e de seus comportamentos aquisitivos; com a gestão de compras, o controle dos fornecedores; com as relações públicas, o da imprensa e dos poderes políticos.

Assim, os dispositivos para controle e autoridade dos líderes e demais dirigentes são estabelecidos por uma governança corporativa, instância que possibilita o direcionamento da empresa em rede por meio da difusão da cultura e valores, de projetos, da visão dos líderes, e principalmente da máxima de

satisfação do cliente como valor supremo, como meios auxiliares para fazer convergir estímulos de autocontrole, coerentes entre si (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). O pressuposto de satisfação do cliente regula, por um lado, a capacidade concorrencial da empresa, e por outro, a adesão voluntária das equipes aos projetos em desenvolvimento: “O controle é então exercido pela transmissão do pedido do cliente ao qual todos devem atender, executivos e não executivos, como uma única equipe unida na adversidade” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 113). Contudo, “[...] a criação de redes de colaboração e trocas supõe a instauração de relações entre parceiros que, apesar de não estabilizadas por planos ou regulamentos, possuem um caráter relativamente duradouro. [...] Embora mais flexível e reativa, a empresa não renunciou a ser grande e poderosa” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 114).

No que diz respeito ao novo sentido comum de justiça, o “espírito” do capitalismo manifesta-se indissociavelmente nas evidências com que o empresariado tem quanto as “boas” ações que devem ser realizadas para a obtenção do lucro e quanto a legitimidade dessas nas intervenções sociais que planeja (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). As características exigidas aos gestores norteiam a (con)formação de intelectuais orgânicos coletivos como o Gife, que vão se reunir em redes de colaboração interorganizacional para influenciar políticas públicas objetivando, em seus discursos, o bem comum. As organizações

que compõem o Gife, assim como ele próprio, apóiam-se em categorias pseudo-críticas⁴⁹ como fome, miséria, exclusão social, má distribuição de renda, entre outros, para justificar programas/projetos de intervenção social. Contudo, o tipo de intervenção social é condizente às características organizacionais da empresa: são flexíveis e reativas e, quando associadas ao Estado, tornam-se grandes e poderosas.

[...] ao contrário do modelo de classe sociais, no qual a explicação da miséria do “proletariado” se baseava na designação de uma classe (a burguesia, os detentores dos meios de produção) responsável por sua “exploração”, o modelo de exclusão possibilita designar uma negatividade sem passar pela acusação. Os excluídos não são vítimas de ninguém, muito embora o fato de pertencerem a [...] uma “cidadania comum” exija que seus sofrimentos sejam levados em conta (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 354. Grifos no original).

Além disso, tais sofrimentos carecem ser atendidos por uma rede de proteção social que articula Estado, mercado e

⁴⁹ Segundo Kosik (2002, p. 16): “No mundo da pseudo-concreticidade o aspecto fenomênico da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é considerado como a essência mesma, e a diferença entre o fenômeno e a essência *desaparece*” (Grifos no original). Neste sentido, o conjunto de críticas elaboradas para justificar programas/projetos como fome, exclusão, distribuição equitativa de renda entre outros, configura-se como uma pseudo-crítica na medida em que ignora a essência destas mazelas sociais – a relação de exploração do trabalho pelo capital – tratando delas próprias como essências. Não captar “a coisa em si” apenas seu fenômeno está imediatamente relacionada ao interesse de ocultação e reprodução desta essência.

organizações da sociedade civil. Organizações como o Gife mobilizam argumentos ressaltando que estão a serviço dos consumidores: sob o *slogan* do ISP, orientam uma nova “ética” nos negócios para poderem deslocar-se e desempenhar atividades que contribuem para dar legitimidade às programas/projetos sociais, corroborando a hipótese de influência no processo de produção, implementação e avaliação de políticas públicas.

No que tange às políticas educacionais, práticas como o ISP norteiam programas/projetos educacionais para uma formação que supõe a interiorização de regras de comportamento para o desenvolvimento de qualidades como espontaneidade, mobilidade, polivalência, comunicabilidade, abertura para os outros e para as novidades, disponibilidade, criatividade, sensibilidade para as diferenças, busca constante de novos contatos interpessoais, entre outra, vitais numa sociedade que se articula em rede.

As intervenções para educação de modo algum objetivam a produção/difusão do conhecimento⁵⁰ apenas uma descrição/repetição minuciosa de fenômenos “exitosos”, ainda que efêmeros, que possam circular na rede e justificar a captação de mais recursos ao lado de pseudo-críticas formuladas como

⁵⁰ Entendemos como conhecimento a resultante da “decomposição do todo”: “O conhecimento se realiza como separação do fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna, e com isso, o caráter específico da coisa” (KOSIK, 2002, p. 18).

slogans mobilizadores. Essa lógica está subjacente também às diretrizes propostas por organizações internacionais que operam em redes para influir em políticas públicas.

4.4 Uma nova forma de fazer política para educação

Amparadas nos princípios liberais de liberdade, igualdade e fraternidade, *gratmakers* internacionais como Ashoka⁵¹ e Avina⁵², vinculadas a rede Gife, orientam as organizações

⁵¹ A Ashoka é uma associação global de empreendedores sociais, fundada na Índia em 1980 por Bill Drayton, administrador da McKinsey and Company, um empresa de consultoria empresarial. A Ashoka começou a operar no Brasil em 1986 e selecionou o projeto de extrativismo sustentável e estratégias de preservação florestal de Chico Mendes em 1988 para investir. Desde então atua na transferência de tecnologias e conhecimento para o "terceiro setor". Expandiu atividades para países da América Latina após parceria com o empresário Stephan Schmidheiny (materiais de construção, indústria florestal, sistema financeiro, equipamentos ópticos e eletrônicos), fundador da Avina em 1994. Anamaria Schindler, brasileira, é co-presidente da Ashoka Global (GHANEM, 2007).

⁵² Fundada em 1994 pelo empresário suíço Stephan Schmidheiny e sediada na Costa Rica, a Avina tem como objetivo apoiar líderes da sociedade e do empresariado na promoção de parcerias entre ambos em favor do desenvolvimento sustentável na América Latina. Schmidheiny fundou no mesmo ano o GrupoNueva, conglomerado de empresas divididas em duas frentes de negócios, Amanco e Masisa, presentes em 17 países. Doou o GrupoNueva para a VIVA Trust, organização fundada por ele em 2003 para orientar ações da Avina e do GrupoNueva. A VIVA Trust é a principal mantenedora da Avina Foundation. Este modelo de "círculo virtuoso" objetiva, segundo ele fortalecer o desenvolvimento sustentável. A Avina dedica-se à promoção de parcerias com líderes sociais; congrega lideranças de países diversos buscando aprofundar relações de aliança e realizar investimentos financeiros. No Brasil, iniciou atividades em 1999. Tem representação em quatro capitais, um escritório de coordenação operacional no Rio de Janeiro e uma unidade de direção de comunicação em Brasília. A parceria com a Ashoka representa uma aliança entre América Latina e EUA (GHANEM, 2007) e visa o fortalecimento de um setor social formado por organizações da sociedade e grupos informais que anunciam a

financiadas a influir em políticas públicas com a finalidade de difundir valores como tolerância e apoio mútuo para o bom convívio social.

Reivindicando um sistema democrático na redefinição do espaço público, essas organizações afirmam que “romper com aparelhos tradicionais de poder mantenedores da injustiça social” (GHANEM, 2007, p. 24) é o desafio que se apresenta para a influência de políticas. Os valores do liberalismo são revisitados, liberdade e igualdade no Brasil são equivalentes a distribuição de renda e acesso a serviços sociais e fraternidade é equiparada a solidariedade manifesta numa coesão nacional que se estabelece inicialmente no reconhecimento de indivíduos e segmentos mais vulneráveis como sujeitos de direito e co-responsáveis por questões sociais.

É nesse sentido que caminham as demandas dirigidas ao Estado: que essas organizações estejam representadas em conselhos municipais, estaduais e federais ou fóruns de articulação política pretextando representar a sociedade civil em sua totalidade; que o Estado regule a prática do *lobby* sobre políticas ou agentes governamentais a fim de que as organizações representadas em conselhos e fóruns possam modificar leis e decisões orçamentárias; que o Estado favoreça organizações privadas sem fins lucrativos na prestação de serviços especializados a governos de modo que eles divulguem práticas e

promoção de mudanças na sociedade em suas ações.

experiências exitosas dessas organizações incorporando-as como políticas públicas (GHANEM, 2007).

Objetivos ou causas que justificam programas/projetos sociais ganham “força e legitimidade, porque quase ninguém pode ser contra”, contudo, se o apelo emocional evocado não for suficiente para sensibilizar o Estado, a pressão do empresariado retirando apoio em bancadas parlamentares e a mobilização de redes de relacionamentos pode resultar em força política e “apoio”, afirma o presidente do conselho deliberativo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Oded Grajew (GHANEM, 2007, p. 38).

O que observamos é que organizações privadas sem fins lucrativos não são pequenas organizações que representam comunidades; atuando em rede convertem-se em grandes corporações que administram seus negócios por meio de acordos inter-organizacionais e que buscam no Estado investimentos legais e financeiros. É preciso, no entanto, provar ao próprio Estado sua incapacidade de atuação contando, para isso, com uma sociedade vigilante, engajada politicamente e consciente de seus direitos. Valendo-se do poder coercitivo do Estado, cuja aparelhagem é funcional a reprodução do capitalismo, e do seu caráter educador, *grantmakers* Internacionais que operam em rede reforçam a necessidade de torná-lo parceiro de um suposto “terceiro setor” ético e socialmente responsável.

A identificação dos três elementos que indicam um “novo espírito” do capitalismo, feita por Boltanski e Chiapello (2009) são manifestos na revisão dos princípios do liberalismo: liberdade traduzida em autonomia para criar e gerir programas/projetos que anunciam oportunidades de geração e distribuição de renda, resultando em realização profissional para o propositor, igualdade para operar num mercado que incentiva e promove a coesão social – leia-se submissão consentida do trabalho ao capital – e fraternidade, substituída por solidariedade, conjugadas sob os auspícios de um senso de justiça constituída de um movimento pró-coesão nacional velando ainda mais as contradições de classe, as estratégias de defesa da propriedade privada etc. Dito de outra forma, a “direita pelo social”, expressão cunhada por Neves (2010) e Martins (2009), vem pesando sobre a massa popular valendo-se da responsabilidade social das empresas e do ISP para “reinventar” formas de propor políticas públicas, educando tanto a classe trabalhadora, quanto outras frações da própria burguesia, pequenos empresários, profissionais liberais, para uma consciência coletiva na qual a existência de relações de antagonismo de classes e transformações históricas é negada ou simplesmente despercebida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da mundialização do capital, duas instituições se destacam na proposição de agendas nacionais, por meio de seus financiamentos e projetos de assistência, Unesco e Banco Mundial, enfatizando o engajamento de múltiplas organizações da sociedade em redes, constituídas com a finalidade de influenciar a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, com vistas a atender os Objetivos do Milênio, e no âmbito educacional, aos objetivos do *Education for all*. A função das redes, para a Unesco, é a de envolver a sociedade em amplas reformas que pretendem universalizar a responsabilidade pela educação. Destarte, as redes são apresentadas como facilitadoras da ação coletiva, da participação política, e de parcerias entre o público e o privado para responder às questões sociais, uma vez que fomentam a criação de fontes alternativas para aumentar o “investimento social” em educação.

Intelectuais orgânicos do capital assumiram, então, de maneira preponderante a partir dos anos de 1990, o estabelecimento de bases políticas e sociais para legitimar soluções “humanizadoras” do capital, projetos que se inscrevem na agenda de atualização da social-democracia da Terceira Via da qual consta a partilha da responsabilidade pelas questões sociais com a sociedade. Para operacionalizar essa estratégia de sociabilidade, iniciativas como aproximar a noção de sociedade

civil à de “terceiro setor” e legitimar a responsabilidade social empresarial são postas em marcha, resultando na organização de um segmento da classe burguesa orientada para o social.

Com essa perspectiva organizações privadas sem fins lucrativos se apresentam como sujeitos coletivos capazes de intervir em questões sociais no país, advogam a necessidade do fortalecimento de suas instituições para provimento de serviços de interesse público por meio de aparato regulatório favorável as ações que promovem, especialmente no que diz respeito a possibilidade de constituição de fundos patrimoniais. Para a manutenção dos fundos patrimoniais, estas instituições reclamam ao Estado isenções e imunidades fiscais – receitas públicas, portanto – reforçando o financiamento público às intervenções da iniciativa privada no âmbito social. Para a manutenção dos fundos patrimoniais, práticas comuns ao mercado financeiro, são adotadas com vistas a garantir o “auto-sustento” de organizações privadas sem fins lucrativos (GIFE, p.31, 2009), caracterizando um fenômeno conhecido como “financeirização”, apropriação dos ativos da economia pelo mercado financeiro. Segundo Oliveira (2006), no processo de financeirização da economia a acumulação interna de capital se subordina ao movimento internacional do capital e retirando a centralidade das decisões internas. Além disso, as organizações supracitadas reforçam a necessidade de atuação em rede envolvendo investidores sociais

privados, centros de pesquisa, universidades e órgãos públicos em prol de uma “educação de qualidade para todos”.

Descritas como elemento agregador de pessoas e/ou de organizações capazes de responder por demandas sociais de maneira integrada, “geradora de solidariedades entre estranhos” (COHEN, 2003), vimos, no entanto, tratar-se de um amplo agrupamento de frações da classe social dominante, grupos financeiros, industriários, comerciários e prestadores de serviços, cujas ações e programas sociais estão endereçados à classe trabalhadora corroborando a tese de Martins (2008) da constituição de uma elite capitalista voltada para o social.

Outra descrição dada às redes é a de meio eficaz para a gestão de políticas sociais (CARVALHO, 1999) e a celebração de pactos supranacionais com Organizações Multilaterais e nacionais, como o Movimento TpE e o PMSE, congregando empresários, organizações privadas sem fins lucrativos e diversas esferas do poder público, do municipal ao federal, com o objetivo de estabelecer vínculos entre sociedade e Estado ao redor de objetivos comuns, corroboram essa descrição.

Ressaltamos que para implementar o PMSE, o Mec depende das comunidades e de suas lideranças, e do trabalho voluntário a ser desenvolvido para que eduquem as famílias dentro de uma lógica de controle social. Além disto, lideranças nacionais e/ou regionais, são responsáveis por ativar uma rede de relações institucionais para o desenvolvimento do Plano

(BRASIL, 2008a). Redes em prol da educação que se constituem, entre outros motivos, também para o cumprimento de programas como o PMSE, agrupam um número significativo de organizações, instituições e sujeitos que, articulados, movimentam a opinião pública e influenciam na produção de políticas sociais, configurando-se como redes de políticas públicas.

Ao mesmo tempo, o PMSE evidencia a função educadora do Estado, quando se utiliza da estratégia de estimular a inserção política dos sujeitos nas práticas voluntárias (NEVES, 2010) de ações mobilizadoras. O Plano define redes como uma estrutura capaz de ordenar a sociedade em torno de um objetivo comum, que reforça a idéia de um Estado educador que objetiva a construção de um novo senso comum pautado em relações de colaboração e solidariedade.

As redes de políticas públicas explicitam o processo político e se caracterizam pela interdependência de recursos, técnicos, humanos e/ou financeiros, pela diversidade de organizações que a compõem e pelas complexas relações que se estabelecem (ZURBRIGGEN, 2006). Atuando na arena política, as redes funcionam como mecanismo de coordenação resultante de uma ação diretiva consciente, identificada como um novo método através do qual a sociedade é governada, pressupondo a provisão de recursos através de parcerias entre Estado e o setor

privado, demandando tomada de decisões baseadas no consenso, sentimentos de confiança e mútua obrigação política.

Buscando compreender a atuação dessas redes e as implicações da influência que exercem na produção de políticas, trabalhamos com a hipótese de que as redes viabilizam uma nova maneira de se propor e fazer políticas públicas, e elegemos a rede Gife, atuante no Brasil desde 1995, para investigação. As produções, atuações, eventos e publicações da rede Gife, objeto de análise neste trabalho, confirmam nossa hipótese.

A união de rede Gife e com redes que operam em nível nacional, regional e internacional evidenciaram dois movimentos simultâneos: o encontro de interesses da burguesia para a produção de pactos entre capitais que, sob a égide do neoliberalismo de Terceira Via, precisa respaldar-se em relações de confiança mútua e cooperação inter-organizacional, viabilizadas pelas redes, para manter-se classe hegemônica. O segundo movimento, intrinsecamente relacionado ao primeiro, qualifica a rede como um espaço educativo para “uma nova cultura cívica” (NEVES, 2010), dirigida por intelectuais, coletivos, “de tipo americano”. Além disto, essas uniões favorecem a difusão de diretrizes internacionais como “sustentabilidade”, “fortalecimento das capacidades de ação coletiva dos cidadãos excluídos”, “politização e mobilização de comunidades”, que dão sustentação teórica às propostas de políticas localizadas, passíveis de multiplicações segmentadas e

“adaptáveis” em detrimento de políticas de caráter universalizante.

Tais elementos nos permitem reafirmar que há gradativa substituição de políticas, ações e programas de caráter universal por políticas focalizadas, localizadas e de caráter emergencial e provisório (LOPES, 2008). Ao invés da construção de redes de proteção social expressando a ação do Estado na garantia de direitos sociais, retrocedeu-se a uma concepção de bem-estar promovido pela iniciativa privada que se operacionaliza pelas práticas do ISP, numa rede de solidariedade que protege os “mais pobres”.

A administração em rede permite conectar programas/projetos da iniciativa privada como demandas sociais, legitimando novas posições de poder e influência na participação concomitante em conselhos de administração pública como o CDES. Diretores e conselheiros Gife participam simultaneamente de diversas instâncias deliberativas em instituições privadas e no Estado, o que implica a vinculação de idéias e ideais das *grantmakers* mantenedoras, representadas, na grande maioria, pelo capital internacional e/ou financeiro, em programas/projetos desenvolvidos. A ênfase na prática do *accountability* e o desenvolvimento de medidas punitivas aplicadas a toda organização beneficiada com qualquer tipo de isenção fiscal, inclusive de renda, abriria precedente para qualquer cidadão dar início ao procedimento para investigação de improbidade. A

proposição objetiva veladamente estabelecer regras de competitividade entre organizações, julgadas pela sociedade de acordo com a transparência dos dados apresentados, independentemente da relevância social dos resultados demonstrados. Tal evidência sugere a incorporação da racionalidade financeira na forma de se conceber, implementar e gerir programas e políticas sociais.

O desenvolvimento de atividades de *advocacy*, um “exercício de influências” cujo objetivo é a mudança de políticas em benefício de grupos específicos não se distancia do *lobby* que designa a prática de influenciar as decisões governamentais com o objetivo de levar o Estado a favorecer – ou deixar de favorecer – determinado interesse num pleito. Essas práticas, recomendadas por organizações privadas sem fins lucrativos de procedência norte-americana como Avina e Ashoka, e adotadas pelo Gife, reforçam o caráter de intelectual de tipo “americano” que atribuímos a ela, uma vez que atua na organização do modo de vida capitalista contemporâneo, privilegiando questões específicas em detrimento de questões gerais, dificultando a compreensão crítica das contradições centrais da sociedade capitalista pela classe trabalhadora.

Tal afirmativa é corroborada também pelos cursos oferecidos na rede Gife para (con)formação dos profissionais que dirigem organizações e/ou programas/projetos de intervenção social, baseados nos métodos e técnicas gerenciais de qualidade

total incorporados às práticas de ISP que valorizam o “atendimento as necessidades do receptor”, ou satisfação do “cliente”, e incitam a gerência de desempenho do voluntariado e o disciplinamento do próprio “receptor”, a classe trabalhadora, como indivíduo adaptado à cultura do sucesso e da competição consumista. Esse modelo de (con)formação dificulta a construção de uma perspectiva política contra-hegemônica dado o apelo emocional da expressão “qualidade” já que se trata de algo positivo para todos. O pensador italiano Antonio Gramsci (1979, p. 3-4) assevera que cada grupo social:

[...] cria para si [...] uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função [...]: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria. [O empresário representa] uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera estrita de sua atividade e se sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens; deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua fábrica, dos compradores de sua mercadoria, etc.).

O empresariado cria os técnicos para sua indústria e isto torna passível admitir que esse segmento o faça de modo que seus subalternos dominem não apenas as lógicas administrativas de

suas empresas, mas também suas estratégias de direção política e a internalização da ideologia dominante, resultando numa ação hegemônica⁵³ sobre o conjunto dos mecanismos que asseguram a reprodução da vida social e das próprias relações de produção: “A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 1984, p. 381-382).

Salvaguardadas as diferenças do tempo histórico⁵⁴, a atualidade do pensamento do revolucionário italiano, (MARTINS, 2008), permite inferir que o perfil do investidor social privado circunscreve-se àquele do gestor contemporâneo, ainda que sob a aparência de prática “filantrópica” e de promoção do bem comum. O investidor social é, nesse sentido, o articulador do um novo tipo de sujeito coletivo, sociedades amigas, fundações, institutos, etc., o que torna a luta pela hegemonia ainda mais complexa.

Atuando em redes, o setor privado reforçou sua atuação na provisão de serviços educacionais por meio da prática do ISP em programas/projetos de intervenção local e/ou na administração de

⁵³ De acordo com Martins (2008, p. 183): “No mundo contemporâneo, os interesses particulares da burguesia são difundidos por todo o coletivo social de forma que os consolida como se fosse uma vontade e uma necessidade de todos. Esse é um dos elementos que contribuíram para [...] que as ações dos aparelhos privados [como as organizações privadas sem fins lucrativos] ganharam relevo, garantindo à classe no poder a dominação e a direção sobre a totalidade social, isto é, a sua hegemonia”.

⁵⁴ Gramsci analisa a formação do intelectual urbano do século XIX que educa e é educado para a submissão, não exercendo “**nenhuma função política sobre as massas instrumentais**” (Neves, 2004, p. 7. Grifos no original).

escolas públicas. Organizações privadas sem fins lucrativos investem em parcerias com o setor público e são administradas e monitoradas localmente, resultando supostamente na oferta de um serviço “público” de qualidade e na redução de gastos governamentais. Experiências do Sistema S no encaminhamento para o mercado de trabalho em detrimento dos sistemas estaduais e federais de educação profissional são ressaltadas como exitosas em estudos desenvolvidos pelo Gife em conjunto com outras instituições e reforçam que os “princípios para concepção de investimentos em educação” constituem um meio de aproximação da iniciativa privada com órgãos públicos a fim de influenciar a elaboração e a implementação de políticas educacionais visando reprodução do sistema capital. Essas ações nos permitem afirmar que as intervenções dessa rede política na educação pública viabilizam a constituição de um nicho para Investimento Social Privado.

Educar para uma nova sociabilidade, com ênfase em práticas socialmente responsáveis e solidárias, é um dos elementos do movimento de recomposição da hegemonia burguesa no Brasil, difundidos em programas/projetos de intervenção em escolas públicas, especialmente aquelas localizadas nas periferias dos grandes centros ou em comunidades “carentes” no interior de estados. Trata-se de um conjunto sistemático de ações que visam, antes de tudo, conformar um tipo de indivíduo pró-ativo e empreendedor capaz de mobilizar a

comunidade ao seu redor a fim de encontrar soluções para problemas locais.

Parafraseando Mainardes (2008), “a noção de redes de políticas parece ser útil para se compreender o processo de disputa por influências que pode ser observado na formulação das políticas”, especialmente no que tange aos projetos para a educação, compreendida campo privilegiado da ação de intelectuais para formação da sociedade. Gramsci (1979) afirmou que nenhuma atividade humana pode prescindir da intervenção intelectual, significando por isso, necessariamente a partilha de uma concepção de mundo que contribui para manter ou mudar formas de pensamento e, por extensão, de organizar a sociedade e as formas de produzir a existência humana.

Estudar a atuação da rede Gife possibilitou-nos a reflexão de que a organização de redes, que aparentemente objetiva responder a uma demanda social onde a ação do Estado é insuficiente, em sua essência, se dá com a finalidade de influir em políticas públicas, constituindo-se numa estratégia burguesa para consolidar sua hegemonia. Contudo, outras redes também podem ser construídas como meio para que intelectuais orgânicos do trabalho se reúnam, produzindo e difundindo idéias e ideais, “para além do capital”.

REFERÊNCIAS

- ACANDA, J. L. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- ALVES, L. E. S. Governança e cidadania empresarial. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 41, n. 4. Out./Dez. 2001. p. 78 – 86. Disponível em: <http://www.rae.com.br/artigos/1135.pdf>. Acesso em: 21/02/2009.
- AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2004.
- AZEVEDO, J. H. **Responsabilidade social e educação: o caso do projeto Pescar**. 2008. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Mimeo.
- BALL, S.; EXLEY, S. **Making policy with 'good ideas': the 'intellectuals' of New Labour**. 2008. Disponível em: <http://mail.google.com/mail/?ui=2&ik=280cbb2629&view=att&h=124314d5566e653a&attid=0.2&disp=vah&zw>. Acesso em: 09/11/2009.
- BANCO MUNDIAL. **Education change in Latin American and the Caribbean**. 1999. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=1&ved=0CBcQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fmmeduacion.com.ar%2FSisteduc%2FBanco%2Fbmeducamerica.pdf&ei=z951TJ6XMcL88AbsnbWGBw&usq=AFQjCNHCn4MTn9d2-qVtAG1fVRibDAXtlA>. Acesso em: 25/08/2010.
- _____. **Comunicado à imprensa**. Novo relatório do Banco Mundial urge abordagem mais ampla para reduzir a pobreza: oportunidades, fortalecimento e segurança são cruciais. 2000. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=1&ved=0CBUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fsitesresources.worldbank.org%2FNEWS%2Fresources%2Fpr091200po.pdf&ei=xmBTTM2iBsP88AbDiLWqDw&usq=AFQjCNGVBrQc3e6ppYz--gAMY82KX9B_Iw. Acesso em: 30/07/2010.
- _____. **Vozes dos pobres: Brasil – relatório nacional**. Relatório participativo sobre a pobreza preparado para o Poverty Reduction

and Economic Management Network. 2000a. Disponível em:
http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=1&ved=0C BUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fsitesresources.worldbank.org%2FINTPOVERTY%2FResources%2F335642-1124115102975%2F1555199-1124138866347%2Fbrazilpr.pdf&ei=G3JTTK3JM8H78AbT_oHCBA&usg=AFQjCNEHiAFumUi0tgzHHSWHtWhYtAawKg.
 Acesso em: 30/07/2010.

_____. **Education sector strategy update: achieving Education For All, broadening our perspective, maximizing our effectiveness.** 2005. Disponível em:
http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=1&ved=0C BUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fsitesresources.worldbank.org%2FEDUCATION%2FResources%2FESSU%2FEducation_Sector_Strategy_Update.pdf&ei=ssVyTNWoGYuesQPPk9nUDQ&usg=AFQjCNG-CK0Mj-DM9E1ByNdmVYU0OKtGNg. Acesso em: 23/08/2010.

BAUER, R. **Caos e complexidade nas organizações.** s/d. Disponível em:
<http://www.futuroeducacao.org.br/pdf/CaoseComplexidadenasOrganizaes.pdf>. Acesso em: 29/07/2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%3A%7ao.htm. Acesso em: 24/10/2008.

_____. **Lei n.º 8.742 de 07 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993. Disponível em:
<http://www.al.sp.gov.br/web/CTL/ConsultarTitulo.asp?idTitulo=560>. Acesso em: 24/10/2008.

_____. **Lei n.º 9.720 de 30 de novembro de 1998.** Dá nova redação a dispositivos da [Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993](#), que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências. 1998c. Disponível em:
<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1998/9720.htm>. Acesso em: 24/10/2008.

_____. **Lei n.º 9.608 de 18 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. 1998a. Disponível em: http://www.mpdft.gov.br/sicorde/Leg_FED9608_1998.htm. Acesso em: 24/10/2008.

_____. **Lei n.º 9.637 de 15 de maio de 1998.** Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. 1998b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L9637.htm. Acesso em: 24/10/2008.

_____. **Lei n.º 9.790 de 23 de março de 1999.** Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9790.htm>. Acesso em: 23/11/2008.

_____. **Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002.** Código Civil Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 28/10/2010.

_____. **Lei n.º 11.274 de 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da [Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. 2006. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2006/11274.htm>. Acesso em: 25/08/2010

_____. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **Decreto n.º 6094 de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela

melhoria da qualidade da educação básica. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm. Acesso em: 07/05/2008.

_____. Ministério da Educação. **Mobilização social pela educação**. 2008a. Disponível em: http://mse.mec.gov.br/index.php?view=article&catid=80%3Ame-nu-secundario&id=192%3Ao-que-e-o-plano-de-mobilizacao-social-pela-educacao-pmse&format=pdf&option=com_content&Itemid=215. Acesso em: 03/03/2010.

_____. Ministério da Educação. **Relatório de atividades 2008/2009**. 2009. Plano de Mobilização Social pela Educação. Disponível em: http://mse.mec.gov.br/images/stories/pdf/relatorioatividades2008_2009.pdf. Acesso em: 03/01/2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. Entre o estado e o mercado: o público não-estatal. *In*: Bresser-Pereira, L.C. e N. C. Grau (orgs.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 15-48. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1998/84PublicoNaoEstataRefEst.p.pg.pdf>. Acesso em: 21/02/2008.

_____. Gestão do poder público: estratégia e estrutura para um novo Estado. *In*: BRESSER-PEREIRA, L. C. e SPINK, P. (org.) **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 21 – 38.

_____. A nova esquerda: uma visão a partir do sul. *In*: GIDDENS, A. (Org.). **O debate global sobre a Terceira Via**. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BORGES, A. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], 2003, v. 18. N. 52, p. 125-138. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18069.pdf>. Acesso em: 07/06/2009.

CAMPOS, R. **Educação infantil e organismos internacionais: uma análise dos projetos em curso na América Latina e suas repercussões no contexto nacional**. 2008. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em:

http://www.ppgeufsc.com.br/ferramentas/ferramentas/tese_di/97.pdf. Acesso em: 29/10/2009.

CAMPOS, R. F. **Fazer mais com menos** – Gestão educacional na perspectiva da CEPAL e da UNESCO. 2005. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?cluster=4039748307843455560&hl=pt-BR>. Acesso em: 15/09/2009.

CARVALHO, C. A. P.; VIEIRA, M. M. F.; LOPES, F. D. **Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações**. 1999. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/enanpad/1999/dwn/enanpad1999-org-26.pdf>. Acesso em: 29/07/2010.

CARVALHO, M. C. B. Gestão social: alguns apontamentos para o debate. In: RICCO, E.M.; RAICHELIS, R. (Orgs.). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC; IEE, 1999. p. 19-29.

COHEN, J. L. **Sociedade civil e globalização: repensando categorias**. 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a01v46n3.pdf>. Acesso em: 19/01/2009. p. 419 - 459.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

CURADO, J. M. **Estruturas de governação**. 2005. Disponível em:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3703/1/ESTRUTURAS%20DE%20GOVERNACAO%20repositoriUM.pdf>.

Acesso em: 19/02/2009.

DALE, R. **Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”?** 2004. Disponível em:

<http://www.cedes.unicamp.br/revista/rev/rev87.htm>. Acesso em: 19/12/2008.

- DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 1996. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000009.pdf>. Acesso em: 13/09/2009.
- DINIZ, E. **O Pós-Consenso de Washington**: a globalização e o desenvolvimento revisitados. 2006. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/elidiniz_1_.pdf. Acesso em: 16/09/2009.
- ESPINOZA, V. Genealogia de los usos actuales del análisis de redes en Latinoamérica. *In*: PORRAS, J. I.; ESPINOSA, V. (Org.) **Redes**: enfoques y aplicaciones del análisis de redes sociales (ARS). Santiago, Chile: Editorial Universidad Bolivariana, 2005, pp.15-65.
- EVANGELISTA, O. 2008. Rede Kipus e reconversão docente. *In*: **14 Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino/ENDIPE**, 2008, Porto Alegre. 14 ENDIPE. Trajetória e processos de Ensinar e Aprender: lugares, memórias e culturas. Porto Alegre : EdIPUCRS, 2008.
- _____. 2009. Rede Kipus e reconversão docente na América Latina e Caribe. *In*: **4 Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais**, 2009, Cascavel PR. 4 Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. Cascavel PR: UNIOESTE, 2009. p. 1-14.
- _____.; SHIROMA, E. O. Redes para conversão docente. *In*: FIUZA, A. F.; CONCEIÇÃO, G. H. (Orgs.) **Política, educação e cultura**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2008. p. 33-53.
- FALCONER, A. P.; VILELA, R. **Recursos privados para fins públicos**: as grantmakers brasileiras. São Paulo: Gife: Instituto Synergos, 2001.
- FARHAT, S. **Lobby**: o que é. Como se faz: Ética e transparência na representação junto a governos. Rio de Janeiro: ABERJE: Peirópolis, 2007. Disponível em: [http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=lnR-w3HZ7HEC&oi=fnd&pg=PA17&dq="o+que+lobby"&ots=9IUFPtCrMZ&sig=ieoC41IOq6LHMkTpq_Q4xhiDMA#v=onepage&q=lobby&f=false](http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=lnR-w3HZ7HEC&oi=fnd&pg=PA17&dq=). Acesso em: 30/05/2010.

- FARIA, J. H. (Org.). **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.
- FERREIRA, E.; SILVA, M. C. **Projetos sociais: olhares sobre atores e resultados, com apoio das tecnologias sociais (TS)**. 2008. Disponível em: http://www.pessoal.utfpr.edu.br/macloviasilva/arquivos/projetosoc_tecno_sociais.pdf. Acesso em: 23/07/2009.
- FISCHER, R. M.; FALCONER, A. P. **Desafios da parceria governo terceiro setor**. 1998. Disponível em: <http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIPI'S%20e%20Terceiro%20Setor/Desafios%20da%20Parceria%20Governo%20Terceiro%20Setor.pdf>. Acesso em: 23/07/2009.
- FONTES FILHO, J. R. **Governança oragnizacional aplicada ao setor público**. VII Congresso Internacional Del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Panamá, Out/2003. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047108.pdf>. Acesso em 19/02/2009.
- FREY, K. **Governança urbana e participação pública**. 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac.e>. Acesso em: 21/02/2009.
- FULLGRAF, J. B. G. **O UNICEF e a política de educação infantil no governo Lula**. 2007. Tese (Doutorado em educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/jodetese.pdf>. Acesso em: 29/10/2009.
- GANDINI, R. P. C.; RISCAL, Sandra Aparecida. A Gestão da Educação como Setor Público Não-Estatal e a Transição para o Estado Fiscal no Brasil. *In*: ANDRADE, D. O.; ROSAR, M. F. F. R. (Orgs.). **Política e Gestão da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- GARCIA, F. C. **As bases epistemológicas do pensamento administrativo convencional e a crítica à teoria das organizações**. 2000. Disponível em: <http://www.abrad.org.br/eneo/2000/dwn/eneo2000-02.pdf>. Acesso em: 29/07/2010.

GARCIA, R. M. C. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira**. 2004. Tese

(Doutorado em educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Mimeo.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

GIFE. **Código de ética**. 1995. Disponível em:

<http://site.gife.org.br/arquivos/geral/CodigoEtica/codigoetica.pdf>.

Acesso em: 10/11/2009.

_____. **Relatório de atividade**: 2000. 2001. Disponível em:

<http://site.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2000.pdf>. Acesso em: 10/11/2009.

_____. **Relatório de atividade**: 2001. 2002. Disponível em:

<http://site.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2001.pdf>. Acesso em: 10/11/2009.

_____. **Relatório de atividade**: 2002. 2003. Disponível em:

<http://site.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2002.pdf>. Acesso em: 10/11/2009.

_____. **Guia GIFE sobre investimento social privado em educação**. 2003a. Disponível em:

http://site.gife.org.br/arquivos/publicacoes/8/LIVRO_FINAL.pdf.

Acesso em 10/11/2009.

_____. **Relatório de atividade**: 2003. 2004. Disponível em:

<http://site.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2003.pdf>. Acesso em: 10/11/2009.

_____. **Relatório de atividade**: 2004. 2005. Disponível em:

<http://site.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2004.pdf>. Acesso em: 10/11/2009.

_____. **Estatuto GIFE**. 2005a. Disponível em:

<http://site.gife.org.br/arquivos/geral/CodigoEtica/estatuto.pdf>.

Acesso em: 10/11/2009.

_____. **Visão GIFE do marco legal do terceiro setor**. Carta de

Curitiba. 2006. Disponível em: <http://www.gife.org.br/>. Acesso em: 10/11/2009.

- _____. **Censo GIFE educação.** 2006a. Disponível em:
<http://site.gife.org.br/arquivos/publicacoes/12/Censo%20GIFE%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10/11/2009.
- _____. **Censo GIFE: 2005-2006.** 2006b. Disponível em:
http://site.gife.org.br/arquivos/publicacoes/12/Censo%20GIFE%202005_2006.pdf. Acesso em: 10/11/2009.
- _____. **Relatório de atividade: 2006. 2007.** Disponível em:
<http://site.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2006.pdf>. Acesso em: 10/11/2009.
- _____. **Relatório de atividade: 2007. 2008.** Disponível em:
<http://site.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2007.pdf>. Acesso em: 10/11/2009.
- _____. **Censo GIFE: 2007-2008.** 2008a. Disponível em:
<http://site.gife.org.br/arquivos/publicacoes/2/Censo%20GIFE%202007-2008.pdf>. Acesso em: 10/11/2009.
- _____. **Perspectivas para o marco legal do terceiro setor.** 2009. Disponível em:
http://site.gife.org.br/arquivos/publicacoes/16/MARCOLEGAL_site.pdf. Acesso em: 18/02/2010.
- _____. **Mapa estratégico e plano de ação 2010.** 2009a. Disponível em:
<http://site.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/maplan2010.pdf>. Acesso em: 18/02/2010.
- _____. **Relatório de atividade: 2008. 2009b.** Disponível em:
<http://site.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2008.pdf>. Acesso em: 10/11/2009.
- _____. **Relatório de atividade: 2009. 2010.** Disponível em:
<http://site.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2009.pdf>. Acesso em: 22/05/2010.
- GHANEM, E. (org.) **Influir em políticas públicas e provocar mudanças sociais:** experiências a partir da sociedade civil brasileira. São Paulo: Ashoka; Avina; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- GIDDENS, A. (Org.). **O debate global sobre a Terceira Via.** São Paulo: Ed. UNESP, 2007.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GURGEL, C. **A gerência do pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal.** São Paulo: Cortez, 2003.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 16 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2007.

IPEA; CEPAL. **Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade.** Brasília: IPEA; CEPAL, 1995.

JACOBS FOUNDATION; FUNDAÇÃO LEMANN; INSTITUTO GERDAU. **Ações de responsabilidade social em educação: melhores práticas na América Latina.** 2006.

Disponível em:

<http://www.fundacaolemann.org.br/conferencia/port/objetivo/default.asp>. 04/10/2009.

KISIL, M. **Comunidade: foco de filantropia e investimento social privado.** São Paulo: Global; Porto Alegre: IDIS, 2005.

KLIJN, E. H. **Redes de políticas públicas: una visión general.** 1998. Disponível em:

http://www.unap.cl/p4_unap/docs/curso_sociologia/RedPolPubKlijn.pdf. Acesso em: 19/02/2009.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KUENZER, A. Z. Exclusão incluyente e inclusão excluyente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. *In*: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação.** 3 ed. Campinas, Autores Associados, 2005.

LÉLIS, U. A. **Políticas e práticas do “terceiro setor” na educação brasileira, no contexto da reconfiguração do Estado.** 2006. 344 f. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.

Disponível em:

http://www.btd.ufu.br/tde_busca/processaArquivo.php?codArquivo=1490. Acesso em: 25/05/2010.

_____; GOULART, S. **Relatório de estágio supervisionado em Orientação Educacional.** FUCAS – Fundação CASAN:

histórico e interlocução público-privado. Florianópolis, 2008. Mimeo.

_____. **Relatório de bolsista de iniciação científica**. Projeto Do global ao local: redes sociais, reformas educativas. Florianópolis, 2008. Mimeo.

LIMA, J. A. de. Redes na educação: questões políticas e conceituais. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga: IEP / UMINHO, Vol. 20 (2), 2007. p. 151 – 181.

LIMA, K. R. de S.; MARTINS, A. S. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

MAGRONE, E. **Gramsci e a educação**: a renovação de uma agenda esquecida. 2006. Disponível em:

[http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:eINgKEqFygwJ:www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a05v2670.pdf+\"gramsci+e+a+educação\"&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESiuDsqJuwj6_eXXbAqAOAJ_o4wyltTr8_Dk1Mu6f7ssE_7AAAFgSU-R9JhHWfQamtUtVDnLm-OX-KoFZu_nPIUDuG4CzR1NDjx9mYjKtaK4512IFNUT9eBO-R12Oiw70sVW7c0Or&sig=AHIEtbSdjuCRhBKdS1LeDENNYiRYup4nmA](http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:eINgKEqFygwJ:www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a05v2670.pdf+\). Acesso em: 25/08/2010.

MAINARDES, J. Análise de políticas: algumas considerações teórico-metodológicas. In: 14 ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2008, Porto Alegre. CD 1 - **Anais do 14 Endipe**, 2008. p. 1-14.

MARQUES, E. C. **Estado e redes sociais**: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

_____. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: Aplicação nos estudos de transferência de informação. **Ciência da Informação**, v. 30, n. 1, 2001, p. 71-81, jan./abr. 2001. Disponível em:

<http://www.ibict.br/cionline/include/getdoc.php?id=553&article=261&mode=pdf>. Acesso em: 29/01/2009.

MARTINS, A. S. “**Todos pela educação**”: o projeto nacional de empresários para o Brasil século XXI. 2008. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/trabalho09.htm>.

Acesso em: 05/12/2008.

_____. **A direita pelo social**: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MARTINS, M. F. **Marx, Gramsci e o conhecimento**: ruptura ou continuidade? Campinas: Autores Associados; Americana:

UNISAL, 2008a.

MILANI FLHO, M. A. F. **Responsabilidade social e investimento social privado**: entre o discurso e a evidenciação. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v19n47/v19n47a08.pdf>. Acesso em: 17/06/2010.

MINELLA, A. **Representação de classe do empresariado financeiro na América Latina: a rede transassociativa no ano 2006**. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a04n28.pdf>. Acesso em: 21/11/2008.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORAES, M. C. M. de. Recuo da teoria. In: _____ (Org.).

Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, L. M. W. **As reformas da educação escolar brasileira e a formação de um intelectual urbano de novo tipo**. 2004.

Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/inicio.htm>. Acesso em: 29/11/2008.

_____. Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: _____ (Org.).

A nova pedagogia da

hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

_____.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado.** Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

_____. (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital:** intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

NOGUEIRA, M. A. **Sociedade civil:** entre o político-estatal e o universo gerencial. 2003. Disponível em:

<http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=1&ved=0CBUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fpdf%2Frbcsoc%2Fv18n52%2F18072.pdf&ei=swF2TKKMDsP58Abas-SYBw&usq=AFQjCNFla3SJ7ALBHeM5v6FZamHLOhDsIQ>.

Acesso em: 25/08/2010.

OEA. Conselho Permanente da OEA. Comissão de assuntos jurídicos e políticos. **Sessão especial sobre debilidades institucionais e governabilidade.** 2001. Disponível em:

<http://www.oea.org/consejo/pr/cajp/Documentos/cp08152p08.doc>. Acesso em: 19/10/2009.

_____. Organização dos Estados Americanos. **Los proyectos hemisféricos en educación.** Matriz de aportacion proyectos hemisféricos. *In:* Tercera Reunión de Ministros de Educación. México, agosto, 2003. Disponível em:

<http://www.oas.org/udsc/3Ministerial/espanol/documentos.html>.

Acesso em: 15/09/2009.

OLIVEIRA, F. **A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil.** Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C08DeOliveira.pdf>. Acesso em: 29/10/2010.

ONU. **Declaração de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** 2000. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/odm/index.php>. Acesso em: 25/08/2010.

OREALC/UNESCO. **La educación como bien público y estratégico:** encuentro regional Unesco – Unicef. 2005.

Disponível em:

http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:ZW01fJsqtMJ:20.045.54.151/institucional/documentos/formacion_funcionarios/La

[educacion como bien publico.pdf+"La+educación+como+bien+público+y+estratégico"&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEsG8bpTtdu2h_pNg5qKNjtgeKtWFKiSEXgE21FazsbibXJ_u9O2WCGKGcwa7yWnVGr5rwiBdnbYnrgXJjSqoSr0x1m5h07jOmkZmVw9A83FyGKeDqOi3iJG5oz-hn4-tcE9prG1&sig=AHIEtbRrWDyyzSs43GaBpVSeIJOialglfw.](#)

Acesso em: 25/08/2010.

OSCAR, W. **A alma do homem sob o socialismo**. Porto Alegre: L&PM, 2003.

PERONI, V. M. V.; ADRIÃO, T. M. F. Reforma da ação estatal e as estratégias para a constituição do público não estatal na educação básica brasileira. **27 Reunião Anual da ANPEd**, 2004, Caxambu. 27 Reunião Anual da ANPEd, 2004.

PREAL. **Quantidade sem qualidade**: um boletim da educação na América Latina. Relatório do Conselho Consultivo do PREAL, 2006. Disponível em:

http://www.thedialogue.org/PublicationFiles/PREAL_QsQ_text_and_cover-port-FINAL.pdf. Acesso em: 10/11/2009.

PIZARRO, N. **Primera parte**: conceptos teóricos fundamentales. 2009. E-mail de: MINELLA, A. C. Primera parte: conceptos teóricos fundamentales. – Out/2009 [*Apud* PIZARRO, N. Primera parte: conceptos teóricos fundamentales.pdf. 2004. Mensagem recebida por Kátia Lopes<kl1972@gmail.com>. Recebida em: 08/08/2009.

RIBAS, E. R. S.; RIBAS JR. F. B. **Organizações de base, redes intersetoriais e processos de desenvolvimento local**: o desafio da sustentabilidade. s/d. Disponível em:

<http://www.gestrategica.org/admin/fileFS.php?table=recursos&fileld=archivo&id=89>. Acesso em 18/06/2010.

ROCHA, G. O. **A formação das agendas sociais privadas**: um estudo a partir da questão do trabalho escravo contemporâneo. Dissertação. Política Social. UFF. 2009. Disponível em:

[http://74.125.155.132/scholar?q=cache:D1TMMy2PIUOcJ:scholar.google.com/+o+que+é+advocacy"&hl=pt-BR&as_sdt=2000](http://74.125.155.132/scholar?q=cache:D1TMMy2PIUOcJ:scholar.google.com/+o+que+é+advocacy).

Acesso em: 30/05/2010.

- RODRIGUES, M. M. **Educação ao longo da vida: a eterna obsolescência humana**. 2008. 182p. Tese. (Doutorado em educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.ppgeufsc.com.br/ferramentas/ferramentas/tese_di/214.pdf. Acesso em: 29/10/2009.
- SANTOS, E. M. B. **Amicus Curiae**: um instrumento de aperfeiçoamento nos processos de constitucionalidade. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7739>. Acesso em: 21/12/2009.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 7 ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
- SCHERER-WARREN, I. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C.;
- SILVEIRA, R. L. L. da (org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 29 – 50.
- SCHNEIDER, V. **Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas**. 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/33/1605>. Acesso em: 14/05/2010.
- SEMERARO, G. **Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade**. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a06v2670.pdf>. Acesso em 10/11/2009.
- SIMIONATTO, I. **Gramsci**. Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC; São Paulo: Editora Cortez, 2004.
- SHIROMA, E. O. **O eufemismo da profissionalização**. 2003. Disponível em: <http://www.gepeto.ced.ufsc.br/arquivos/oeufemismo1.pdf>. Acesso em: 17/06/2010.
- _____; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Revista do Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, Jul/Dez, 2005.

- _____. **Profissionalização e gerencialismo na educação.** Projeto de pesquisa. Florianópolis, 2007. Mimeo.
- _____. **Do global ao local: redes sociais, reforma educativa e gestão do trabalho docente.** Projeto de pesquisa. Florianópolis, 2008. Mimeo.
- _____. **Redes sociais e hegemonia:** apontamentos para estudos de política educacional. Florianópolis, 2009. Texto encaminhado para UEM. Mimeo.
- _____. “Ligações poderosas”: redes de políticas públicas em educação. Trabalho encomendado apresentado no Eixo 11 Políticas públicas e gestão educacional do VIII Encontro de Pesquisa da Região Sul - AnpedSul. Londrina: UEL, 2010.
- SOARES, L. T. Prefácio. *In:* MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- STIGLITZ, J. *In:* GIDDENS, A. (Org.). **O debate global sobre a Terceira Via.** São Paulo: Ed. UNESP, 2007.
- _____. *More Instruments and Broader Goals: Moving Toward the Post-Washington Consensus.* 1995. E-mail de: SHIROMA, E. O. Folha de S.Paulo - Neoliberalismo em choque: O pós-Consenso de Washington - 12/07/98 [*Apud* STIGLITZ, J.] Mensagem recebida por Kátia Lopes<.ppeducacao20091@yahoo grupos.com.br. Recebida em: 08/05/2009.
- UNESCO. **Declaración de Ciudad de México.** Conferencia Regional de Ministros de Educación y Ministros Encargados de la Planificación Económica de los Estados Miembros de América Latina y el Caribe. México, 1979. Disponível: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001599/159987S.pdf>. Acesso em: 01/10/2009.
- _____. **Declaração mundial sobre educação para todos.** Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Conferência Mundial de Educação para Todos. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em: http://app.crea-rj.org.br/portalcreav2midia/documentos/declaracaojomtien_tailandia.pdf. Acesso em: 01/10/2009.

_____. **Marco de ação de Dakar.** Educação para todos: atingindo nossos compromissos coletivos. 2000. Disponível em: http://www.oei.es/quipu/marco_dakar_portugues.pdf. Acesso em: 01/10/2009.

_____. **Proyecto Regional de Educación para América Latina y el Caribe** - Prelac. Primera Reunión Intergubernamental del PRELAC. 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001599/159985s.pdf>. Acesso em: 16/09/2009.

_____. **A declaração de Ottawa.** 2003. Disponível em: <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en|pt&u=http://portal.unesco.org/en/files/8200/10656093109Final-ottawadeclaration1kl.doc/Final-ottawadeclaration1kl.doc>. Acesso em: 25/08/2010.

_____. **Educación de calidad para todos:** un asunto de derechos humanos. Documento de discusión sobre políticas educativas en el marco de la II Reunión Intergubernamental del Prelac. 2007. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150272s.pdf>. Acesso em: 16/09/2009.

_____. **UNESCO – Country programming document** (UCEP). Brasil 2008-2009. 2009. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?req=0&mt=100&mt_p=<&by=2&sc1=1&look=default&sc2=1&lin=1&mode=e&fut8=1&gp=1&hist=1&text=Country+programming+document++Brasil&text_p=inc&submit=Search. Acesso em: 14/04/2010.

VILLAR, R. **Vinculando el desarrollo de base con el desarrollo local:** estrategias de intervención de los miembros de redeamerica. 2007. Disponível em: <http://dupla5.webhost4life.com/redeamerica/Portals/0/Publicaciones/Desarrollo%20local%20y%20DB-%20Final.pdf>. Acesso em: 18/06/2008.

ZURBRIGGEN, C. **Las redes de políticas públicas:** una revisión teórica. 2006. Disponível em: <http://www.campus-arschile.cl/>. Acesso em: 18/06/2010.